

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 200

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 13 DE DEZEMBRO DE 2001

ANO XXVII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

ELIO RUSCH

1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO

2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

3º Vice-Presidente - PDT

VALDIR ROSSONI

1º Secretário - PTB

ANTONIO ANIBELLI

2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME

3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES

4º Secretário - PSDB

NELSON GARCIA

5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Durval Amaral
Líder da Oposição Waldyr Pugliesi
PTB Carlos Simões
PFL Plauto Miró Guimarães
PSDB Ademar Luiz Traiano
PMDB Nereu Moura
PPB Tony Garcia
PT Hermes Fonseca
PDT Luiz Carlos Zuk
PSL Luiz Carlos Martins
PL Pastor Edson Praczyk
PPS Cezar Silvestri

Representação Partidária

PMDB - 08: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Ricardo Chab - Waldyr Pugliesi; PSDB - 08: Algaci Tulio - Ademar Traiano - Edno Guimarães - Hermas Brandão - Luiz Fernandes da Silva Litro - Nelson Tureck - Ricardo Maia - Sérgio Spada; PFL - 07: Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Divanir Braz Palma - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Nelson Justus (licenciado) - Plauto Miró Guimarães; PTB - 07: Carlos Simões - Custódio da Silva - Hidekazu Takayama - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Tiago Amorim Novaes - Valdir Rossoni; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Eli Ghellere - José Maria Ferreira - Luiz Carlos Zuk - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 06: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Miltinho Pupio - Moysés Leônidas; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PL - 03: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSL - 03: Cartário - Luiz Carlos Martins - Antonio Carlos Belinati; PPS - 02: Cezar Silvestri - Marcos Isfer.

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 132ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
13 DE DEZEMBRO DE 2001**

(quinta-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Valdir Rossoni e Cesar Seleme.

Às nove horas é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia; PPS: Cezar Silvestri, Marcos Isfer; PL: Chico Noroeste, Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho; PPB: Duílio Genari, Fernando Ribas Carli, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Tony Garcia; PDT: Eli Ghellere, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Renato Gaúcho; PT: Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin; PSDB: Ademar Traiano, Algaci Tulio, Luiz Fernandes da Silva Litro, Nelson Tureck, Ricardo Maia, Sérgio Spada; PFL: Basílio Zanusso, Cleiton Kielese, Divanir Braz Palma, Durval Amaral, Plauto Miró Guimarães; PTB: Carlos Simões, Custódio da Silva, Hidekazu Takayama, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Tiago Amorim Novaes; PMDB: Ademir Bier, Caíto Quintana, Edson Strapasson, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Ricardo Chab, Waldyr Pugliesi; PSL: Antonio Carlos Belinati, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofícios

Sob o nº 1043/2001, do senhor Nelson Justus, secretário de Estado dos Transportes, em resposta ao pedido de informações requerido pela deputada Luciana

Rafagnin, que pede esclarecimentos sobre “Programa de Concessão de Rodovias Estaduais para a Iniciativa Privada com Exploração de Pedágio” **Ao conhecimento do deputado interessado.**

Sob o nº 2899/2001, da senhora Alcyone Saliba, secretária de Estado da Educação, em resposta ao pedido de informações requerido pelo deputado Nereu Moura, que pede esclarecimentos sobre “Denúncias de que o Paranaeducar Teria Arregimentado Pessoas do Interior do Estado, para se Manifestar a Favor do Decreto nº 4313”. **Ao conhecimento do deputado interessado.**

Sob o nº 2127/2001, do senhor Roberto Lobo Blasi, diretor geral da Secretaria de Estado da Segurança Pública, em resposta ao pedido de informações requerido pelo deputado Ricardo Maia, que pede esclarecimentos sobre “Total Arrecadado em Autos de Infração nos anos de 1997/1998;1999/2000 no município de Maringá”. **Ao conhecimento do deputado interessado”.**

Ofício nº 01/20001

Curitiba, 13 de dezembro de 2001.

Senhor Presidente:

Na qualidade de presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Alimentos, venho através do presente comunicar a Vossa Excelência que a comissão atuará, de acordo com o parágrafo 3º, do artigo 36 do Regimento Interno, no recesso parlamentar.

Outrossim, solicito as providências necessárias, funcional e logística, para que a mesma possa realizar os trabalhos com sucesso.

Informo, ainda, que a Comissão já agendou convocação de técnicos e entidades relacionadas ao setor alimentício.

Na oportunidade, renovo a V. Exa. os protestos de consideração e apreço.

Sala das Sessões, em 13.12.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI - Presidente

Apoioamento:

Cezar Silvestri.

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 4361

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a preferência para a discussão e votação do Projeto de Lei nº 661/2001, item 22 da Ordem do Dia da presente Sessão.

Sala das Sessões, em 13.12.2001.

(a) ADEMAR TRAIANO

REQUERIMENTO Nº 4392-A

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, a inclusão do Projeto de Lei nº

627/2001, de autoria do presidente desta Casa, deputado Hermas Brandão, na Ordem do Dia da próxima Sessão Plenária.

Sala das Sessões, em 13.12.2001.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 4380

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, parágrafo 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constante da Ordem do Dia da presente Sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 13.12.2001.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 4363

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a retirada por 10 Sessões do Projeto de Lei nº 132/2000, constante da presente Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 13.12.2001.

(a) MOYSÉS LEÔNIDAS

REQUERIMENTO Nº 4385

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER, a retirada do Item 27 da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária por 03 Sessões.

Sala das Sessões, em 13.12.2001.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

Apoiamento:

Serafina Carrilho, Luciana Rafagnin, Pastor Edson Praczyk, Renato Gaúcho e 1 ilegível.

REQUERIMENTO Nº 4364

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER, a votação nominal para o Projeto de Lei nº 661/2001, Mensagem Governamental nº 057/2001, de autoria do Poder Executivo que dispõe sobre alterações dos dispositivos da Lei nº 11.580 de 14 de novembro de 1996 relativas à circulação de mercadorias e sobre a prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS, item 22 da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 13.12.2001.

(a) ELI GHELLERE

Apoiamento:

Augustinho Zucchi, José Maria Ferreira, Ademir Bier, Marcos Isfer, Hermes Fonseca, Irineu

Colombo, Waldyr Pugliesi, Nereu Moura, Pastor Edson Praczyk e Algaci Tulio.

REQUERIMENTO Nº 4379

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o encerramento dos encaminhamentos para votação do Projeto de Lei nº 661/2001, Mensagem Governamental nº 057/2001, aplicando-se para este fim e analogicamente o disposto no artigo 157, inciso II do Regimento Interno desta Casa, haja vista a sua exaustiva discussão e o encaminhamento de votação que já abordou o projeto em todo o seu mérito em 1ª discussão, Sessão Plenária no dia de ontem.

Sala das Sessões, em 13.12.2001.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 4362

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de pesar à família do senhor Paulo Vandressen, falecido no dia 09 de dezembro, no município de Cianorte.

Sala das Sessões, em 13.12.2001.

(a) EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 4369

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja registrado nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações e aplausos ao município de Santa Izabel d'Oeste, em comemoração aos 37 anos de Emancipação Política do município, comemorado no último dia 29 de novembro de 2001.

Sala das Sessões, em 13.12.2001.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

O nome da cidade é homenagem à santa padroeira da localidade.

Criado através da Lei Estadual nº 4.778, de 14 de dezembro de 1963, e instalado em 14 de dezembro de 1964 foi desmembrado de Ampére e Realeza.

O povo da região sofreu em função de litígios agrários havidos entre posseiros e jagunços que defendiam interesses da empresa comercial, sendo que a situação normalizou-se somente na década de 60. Após a execução do loteamento de 1960, de área doada nas proximidades da antiga capela de Santa Izabel, foi iniciada a construção propriamente dita de Santa Izabel d'Oeste.

REQUERIMENTO Nº 4368

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, seja registrado nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações e aplausos ao município de Pato Branco, em comemoração aos 49 anos de Emancipação Política do município, comemorado no último dia 14 de dezembro de 2.001.

Sala das Sessões, em 13.12.2001.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

No ano de 1915 uma estrada partia da então Vila Clevelândia rumo a Barracão, passando por São Joaquim e cabeceiras do Rio Pato Branco, onde existia um local que se tornou pouso forçado para os pioneiros da época. Do local de pouso, partiram algumas incursões pelo sertão, com os pioneiros abrindo picadas e se estabelecendo em áreas consideradas muito boas e de muitas caças. Já em 1924, estava iniciando o povoamento que se denominou a princípio de Vila Nova de Clevelândia.

O nome da cidade é de origem geográfica, referência ao rio Pato Branco que banha o município. Com vida própria e progredindo bastante, Pato Branco foi elevada à categoria de distrito administrativo, através da Lei nº 02 de 10 de outubro de 1947, e a de município em 14 de novembro de 1951, pela Lei Estadual nº 790, com território desmembrado de Clevelândia.

A instalação oficial deu-se a 14 de dezembro de 1952, com a posse do primeiro prefeito, Plácido Machado.

REQUERIMENTO Nº 4365

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja registrado nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações e aplausos ao município de Chopinzinho, em comemoração aos 46 anos de Emancipação Política do município, comemorado no último dia 14 de dezembro de 2.001.

Sala das Sessões, em 13.12.2001.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

O município de Chopinzinho tem sua origem na formação e instalação de uma colônia militar em um local denominado Chopin. A origem do nome deve-se à abundância da ave chopim, uma espécie canora, a qual tenha denominado o rio Chopinzinho e este, ao município.

Criado através da Lei Estadual nº 253 de 14 de novembro de 1954, e instalado em 14 de dezembro de 1955, foi desmembrado de Mangueirinha.

REQUERIMENTO Nº 4366

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja registrado nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações e aplausos ao município de Coronel Vivida, em comemoração aos 46 anos de Eman-

cipação Política do município, comemorado no último dia 14 de dezembro de 2.001.

Sala das Sessões, em 13.12.2001.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

O aglomerado urbano que deu origem a Coronel Vivida surgiu em função do entroncamento de caminhos rurais, e basicamente era constituído de pequenas casas de comércio e prestação de serviços, que tinham a finalidade de fornecer apoio ao meio rural e ao fluxo rodoviário existente.

Os primeiros moradores, que se tem notícia, foram italianos que desembarcaram em Porto Alegre - RS em 1888 e, posteriormente fixaram residência em Coronel Vivida, mais precisamente na localidade de Jacutinga.

Criado através da Lei Estadual nº 253, de 26 de novembro de 1954, e instalado oficialmente em 14 de dezembro de 1955, foi desmembrado de Mangueirinha.

REQUERIMENTO Nº 4370

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja registrado nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações e aplausos ao município de Itapejara d'Oeste, em comemoração aos 37 anos de Emancipação Política do município, comemorado no último dia 14 de novembro de 2.001.

Sala das Sessões, em 13.12.2001.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

A colonização de Itapejara foi feita a partir da vinda de famílias gaúchas e catarinenses que ali se estabeleceram. A frente migratória se dedicou ao extrativismo da madeira, atividade que por algum tempo deu estabilidade financeira à região e mais tarde à lavoura.

Desta forma iniciou-se a povoação que gerou o atual município de Itapejara d'Oeste. Pela Lei nº 27, de 30 de dezembro de 1961, Itapejara foi elevada a categoria de distrito administrativo, com território pertencente ao município de Pato Branco.

Em 28 de abril de 1964, pela Lei nº 4859, foi criado o município, com denominação alterada para Itapejara d'Oeste e território desmembrado dos municípios de Francisco Beltrão e Pato Branco. O termo "do Oeste" foi acrescentado para diferenciá-lo de município homônimo. A instalação deu-se a 14 de dezembro de 1964.

REQUERIMENTO Nº 4371

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja registrado nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações e aplausos ao município de Barracão, em comemoração aos 40 anos de Emancipação

Política do município, comemorado no último dia 14 de dezembro de 2001.

Sala das Sessões, em 13.12.2001.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

Uma hospedagem que dava abrigo aos tropeiros de erva-mate e onde também se reuniam os viajantes, conhecida no início do século como o barracão devido ao formato de sua construção, deu origem ao nome da localidade e do município.

No início da década de 40, com a criação da Colônia Agrícola General Ozório, houve um grande fluxo de colonizadores oriundos do Nordeste do Rio Grande do Sul e Sudoeste de Santa Catarina. Os colonos que ali se estabeleceram dedicaram-se à cultura de cereais, fumo e cana-de-açúcar.

Criado através da Lei Estadual nº 790, de 14 de novembro de 1951 e instalado oficialmente em 14 de dezembro de 1952, foi desmembrado de Clevelândia.

REQUERIMENTO Nº 4372

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja registrado nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações e aplausos ao município de Francisco Beltrão, em comemoração aos 49 anos de Emancipação Política do município, comemorado no último dia 14 de dezembro de 2001.

Sala das Sessões, em 13.12.2001.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

O povoamento iniciou-se em 1922, mas somente na década de 40 foi efetivado. O Governo federal criou a 1º de maio de 1943 a CANGO - Colônia Nacional General Osório. A CANGO foi instalada em Marrecas (primitivo nome de Francisco Beltrão). A CANGO e o próprio território do Iguaçu foram criados para dar guaridas ao excedente de mão-de-obra agrária especialmente do Rio Grande do Sul. A migração deu-se de imediato.

Em 1957 até 1962 verificou-se espetacular destruição da mata de araucária. Em função de litígios agrários era "terra de ninguém". Para regulamentar a situação foi criada a CETSOP (Grupo Executivo de Terras Para o Sudoeste) através do Decreto nº 51.431 de 19 de março de 1962, com o objetivo específico de titular terras.

Pela Lei nº 790, de 14 de novembro de 1951, foi criado o município de Francisco Beltrão, com território desmembrado de Clevelândia. Passou à sede de comarca em 1954.

A denominação da localidade é homenagem que se prestou ao engenheiro civil Francisco Trevisan Beltrão, que na qualidade de diretor do departamento do Oeste, foi o iniciador do povoamento do atual município.

REQUERIMENTO Nº 4367

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja registrado nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações e aplausos ao município de Nova Esperança do Sudoeste, em comemoração ao aniversário de Emancipação Política do município, a ser comemorado no dia 15 de dezembro de 2001.

Sala das Sessões, em 13.12.2001.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

A denominação da cidade caracteriza a esperança dos pioneiros numa nova vida. As dificuldades iniciais foram muitas e os desbravadores achavam que o futuro seria melhor, e tinham a esperança de acabar com o grande sacrifício e estabelecer ali uma cidade.

A Lei nº 4859 de 28 de abril de 1964, criou o distrito judiciário com denominação de Nova Esperança. Em 30 de maio de 1990, através da Lei Estadual nº 9281, foi criado o município de Nova Esperança do Sudoeste. A instalação oficial ocorreu no dia 1º de janeiro de 1993.

REQUERIMENTO Nº 4376

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja registrado nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações e aplausos ao município de Coronel Domingos Soares, em comemoração ao aniversário de Emancipação Política do município, a ser comemorado no dia 10 de dezembro de 2001.

Sala das Sessões, em 13.12.2001.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

É antiga a movimentação nesta região, vindo desde os tempos do descobrimento dos Campos de Palmas. A povoação iniciou-se a partir da passagem de tropas pela Fazenda Postinho ou Bom Sucesso, de propriedade do coronel Domingos Soares, que deu nome ao atual município.

Com o passar dos tempos formou-se uma povoação destinada ao progresso mesmo que lento e gradual, porém com segurança. O município de Coronel Domingos Soares foi criado através da Lei Estadual nº 11265 de 21 de dezembro de 1995, desmembrado de Palmas.

REQUERIMENTO Nº 4377

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja registrado nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações e aplausos ao município de Bela Vista da Caroba, em comemoração ao aniversário de

Emancipação Política do município, a ser comemorado no dia 21 de dezembro de 2001.

Sala das Sessões, em 13.12.2001.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

Região de movimentação antiga por parte de aventureiros e coletores de erva-mate em estado nativo.

Bela Vista tornou-se distrito de Pérola d'Oeste em agosto de 1964. O município de Bela Vista da Caroba foi criado através de Lei Estadual nº 11254, de 21 de dezembro de 1995, alterada pela Lei Estadual nº 11493, de 22 de julho de 1996 com território desmembrado dos municípios de Pérola d'Oeste e Pranchita. Sede do antigo distrito de Bela Vista constituído do distrito-sede e instalado em 1º de janeiro de 1997.

REQUERIMENTO Nº 4378

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja registrado nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações e aplausos ao município de Flor da Serra do Sul, em comemoração ao aniversário de Emancipação Política do município, a ser comemorado no dia 22 de dezembro de 2001.

Sala das Sessões, em 13.12.2001.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

O processo de ocupação da região do município de Flora da Serra do Sul, se inicia na década de 50 com a chegada dos primeiros colonizadores. Os migrantes descendentes de alemães e italianos vieram do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Em busca das férteis terras existentes na região, esses colonos construíram suas casas em madeira lascada e tiraram da agricultura o seu sustento. O nome Flor da Serra originou-se nas conversas e cantorias, que se referiam ao local como Flor da Serra.

Criado através da Lei Estadual nº 9300 de 18 de junho de 1990, foi desmembrado de Salgado Filho, Mar-meleiro e Barracão.

REQUERIMENTO Nº 4381

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja registrado nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações e aplausos ao município de Foz do Jordão, em comemoração ao aniversário de Emancipação Política do município, a ser comemorado no dia 20 de dezembro de 2001.

Sala das Sessões, em 13.12.2001.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

As origens históricas do município de Foz do Jordão, nos levam a desvendar o segredo de Segredo. A povoação deu origem ao atual município. Os padres jesuítas, em sua fuga dos predadores de índios passaram

pelo atual sítio de Foz do Jordão em torno de 1628 a 1630, surgindo uma lenda sobre tesouros ocultos. Posteriormente, a partir da expedição militar de Cândido de Almeida Souza, em 09 de setembro de 1770 foi feito o reconhecimento da desembocadura do rio Capivarussu, hoje rio Jordão.

O município de Foz do Jordão foi criado através da Lei Estadual nº 11250, de 15 de dezembro de 1995, com território desmembrado do município de Cândói. A instalação deu-se em 1º de janeiro de 1997.

REQUERIMENTO Nº 4382

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja registrado nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações e aplausos ao município de Fernandes Pinheiro, em comemoração ao aniversário de Emancipação Política do município, a ser comemorado no dia 10 de dezembro de 2001.

Sala das Sessões, em 13.12.2001.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

De 1917 a 1930, Fernandes Pinheiro era reconhecidamente um grande centro comercial da Linha Sul. O distrito orgulhava-se de possuir naquela época a maior serralha do Estado. O município de Fernandes Pinheiro foi criado através da Lei Estadual nº 11266 de 21 de dezembro de 1995, na sede do antigo distrito de Fernandes Pinheiro, com território desmembrado do município de Teixeira Soares. A instalação deu-se em 1º de janeiro de 1997.

REQUERIMENTO Nº 4383

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja registrado nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações e aplausos ao município de Bom Jesus do Sul, em comemoração ao aniversário de Emancipação Política do município, a ser comemorado no dia 03 de dezembro de 2001.

Sala das Sessões, em 13.12.2001.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

É no município de Bom Jesus do Sul onde se encontra a primeira casa familiar do Sul do País. A Casa Familiar é um programa que atua na formação de filhos de agricultores para agirem junto à sua família e suas plantações, ensinando técnicas e cuidados no cultivo de suas produções.

A formação é realizada no período de 03 anos, oferecendo junto com especialização agrícola o supletivo referente ao 1º grau básico. O curso é dado em período integral, consistindo de uma semana na Casa Familiar e duas semanas direto na plantação. A Casa Familiar tornou-se uma referência para o Governo do Estado que a está estendendo a outros municípios paranaenses.

Criado através da Lei Estadual nº 11260 de 21 de dezembro de 1995 foi desmembrado de Barracão.

REQUERIMENTO Nº 4384

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja registrado nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações e aplausos ao município de Manfrinópolis, em comemoração ao aniversário de Emancipação Política do município, a ser comemorado no dia 21 de dezembro de 2001.

Sala das Sessões, em 13.12.2001.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

Nesta extensa região onde está situado o município de Manfrinópolis, habitaram inúmeras nações indígenas, que vagueavam mata adentro, senhores absolutos do lugar. Dentre as tribos mais conhecidas estavam os chupuás, cheripás, chovas e os caiurucres. Os primeiros exploradores tiveram dissabores com tribos indígenas, apesar de algumas se mostrarem amistosas e se incorporarem ao sistema, colaborando para o surgimento do caboclo paranaense. A primeira denominação da localidade foi Encantilado e o núcleo foi colonizado basicamente por famílias vindas do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, remanescentes das antigas colônias de alemães e italianos.

O município de Manfrinópolis nunca foi distrito e teve nome alterado quando foi criado através da Lei Estadual nº 11261, de 21 de dezembro de 1995, com território desmembrado do município de Salgado Filho. A instalação deu-se em 1º de janeiro de 1997.

REQUERIMENTO Nº 4375

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de congratulações e aplausos aos conselheiros Rafael Iatauro, Henrique Naigeboren e Nestor Baptista pela reeleição como presidente, vice-presidente e corregedor do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 13.12.2001.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

É motivo de júbilo para todos nós paranaenses a reeleição dos eminentes conselheiros: Rafael Iatauro, Henrique Naigeboren e Nestor Baptista, para os mais altos cargos do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Todos sabemos que o Tribunal de Contas do Estado do Paraná tem-se constituído um modelo para outras unidades da federação, o que é razão de orgulho. Neste contexto temos o dever de enaltecer o trabalho desenvolvimento ao longo dos anos, numa atuação que

tem colocado o Tribunal de Contas paranaense no melhor conceito da sociedade brasileira, realçando o valor e a capacidade de seus integrantes e orgulho a todos os cidadãos. Portanto, não poderia haver dia mais jubiloso do que este pela reeleição dos eminentes conselheiros.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste deputado, orgulha-se em poder constar nos Anais para a posteridade.

REQUERIMENTO Nº 4373

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, à douta Mesa Executiva desta Casa, a inserção na Ata dos trabalhos da presente Sessão, de votos de louvor e congratulações ao senhor Cel. QOBM Ubirajara Dias Paredes que, ao completar 35 anos de carreira militar, passou à reserva da Polícia Militar do Estado do Paraná no último dia 10.

Encerrado sua carreira como comandante do Corpo de Bombeiros, o Cel. Ubirajara Dias Paredes, seguindo a tradição da família Paredes dentro da Polícia Militar do Paraná, registra uma folha de relevantes serviços prestados ao Estado do Paraná, merecendo os agradecimentos e congratulações do povo paranaense.

Requer ainda que, uma vez aprovada a presente proposição, que da mesma seja dado conhecimento ao homenageado, ao Comando Geral da Polícia Militar, Cel. Gilberto Foltran, ao Comando do Corpo de Bombeiros, Cel. Ivaldo Marchesi e ao senhor secretário da Segurança Pública, José Tavares.

Sala das Sessões, em 13.12.2001.

(a) ALGACI TULIO

REQUERIMENTO Nº 4374

Senhor Presidente:

O deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao doutor Miguel Sanches Neto, diretor presidente da Imprensa Oficial do Paraná, no sentido de fornecer aos órgãos que solicitarem, as matérias que serão publicadas no Diário da Justiça, via eletronicamente, através do e-mail, CD, Zip ou por arquivos de Internet. Mesmo que parciais, seriam uma assinatura eletrônica.

Sala das Sessões, em 13.12.2001.

(aa) HERMAS BRANDÃO

ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Vários Estados já estão procedendo de acordo com esta nossa solicitação. Poderemos citar entre eles: Goiás, Minas Gerais, Espírito Santo, Ceará e outros.

Com este moderno procedimento, estará a nossa Imprensa Oficial, acompanhando e dando assistência técnica aos vários estabelecimentos, inclusive ao Poder Legislativo do Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Quero participar aos senhores parlamentares que, conforme requerimento aprovado no dia 11 de dezembro pelo Plenário desta Casa, por unanimidade, o deputado Algaci Tulio requereu que sejam eliminados das Sessões Plenárias, até o final da 3ª Sessão Legislativa, os Horários do Pequeno Expediente e Grande Expediente.

O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem)

É evidente que o requerimento é flagrantemente anti-regimental, todavia como os assuntos já foram amplamente debatidos, não iremos nem levantar uma questão de ordem, porque o requerimento fere de morte o Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Finda a leitura do Expediente.

No Horário da Liderança do PL, o senhor deputado Waldyr Pugliesi.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Senhor presidente, quero deixar registrado, como fez o líder do PMDB, que ouvi o seguinte: já se falou demais aqui.

Presidente, esta é a última Sessão, e acho que o Pequeno Expediente e o Grande Expediente, já houve essa decisão. Mas quero deixar registrado que isso é uma agressão ao Regimento e não faz bem ao Parlamento.

Lembro-me da Lei Falcão, quando o ministro Armando Falcão, em tudo que lhe perguntavam neste País, ele - cupincha dos Estados Unidos - geralmente falava: "No coments, ou se não, nada a declarar".

Não quero que esta Casa fique lembrando os tempos falconianos do "nada a declarar". Acho que ainda mais na última Sessão, quando alguém poderá até, definitivamente, fazer colocações que fiquem registradas nos Anais da Casa.

Fica aqui, essa posição pessoal minha, do deputado Waldyr Pugliesi. Acho que tudo aquilo que se fizer, mesmo que alguns estejam cansados, sabe, de ouvir, muitas vezes aquilo que não lhes interessa ouvir, é preciso que todos tenham o direito de falar, sim.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (Pela Ordem)

Quero comunicar à Casa, que hoje comemora-se 36 anos da edição do Ato Institucional nº 05.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

É um ato que não tem motivo nenhum para ser comemorado.

O SR. ALGACI TULIO (Pela Ordem)

Senhor presidente, a minha intenção, na verdade, não foi censurar ninguém aqui, até porque todo mundo tem falado todas as Sessões, encaminhando e discutindo os projetos de lei.

Não é do meu feitio, deputado Waldyr Pugliesi, e não faço parte da ditadura. Sou uma pessoa democrática, um parlamentar ativo nesta Casa. E mais do que nunca, acho que é aqui no Parlamento que temos que discutir.

Agora, é uma questão de bom senso. Só quem não tem bom senso é que pode contrariar uma intenção minha, ontem, aqui, de agilizar o processo de votação.

Ora, a Sessão terminou, ontem, quase 22h30 e ainda tivemos uma Sessão Especial aqui. O que é mais interessante, agora? É ouvir o governo fazer sua defesa, com seus parlamentares, ouvir a Oposição criticando o governo, quando o mais importante, agora, é votar os projetos, é limpar esta pauta que temos, durante toda a manhã de hoje, inclusive. Foi apenas a intenção. Absolutamente nenhuma intenção de censurar quem quer que seja.

E na verdade, o momento de discutir o requerimento era ontem. Não mais hoje. Perdeu a oportunidade quem não discutiu ontem, quando foi colocado para ser aprovado neste Plenário. Deixo bem claro: não é do meu feitio. Não faço parte da ditadura. Não pertenci a ela. Estive no palanque das "Diretas já!", deputado Waldyr Pugliesi, sou uma pessoa democrática e acima de tudo, uma pessoa de bom senso.

O SR. WALDYR PUGLIESI (Pela Ordem)

O bom senso, por exemplo, aponta no seguinte: nós já avançamos de maneira muito significativa, no dia de ontem. Mais uma razão para que não fosse impedida a manifestação de quem quer que seja. Eu, doutrinária e ideologicamente quero deixar aqui minha posição. Não estou dizendo que o deputado fez parte de ditadura nem nada. Sei o que fiz durante o regime ditatorial. Agora, não me causa saudade nenhuma lembrar-me desses períodos.

Então, senhor presidente, eu gostaria de dizer qual o mal que haveria para esta Assembléia se alguém, querendo, pudesse se pronunciar no Pequeno ou mesmo no Grande Expediente? Esta Assembléia está cumprindo com sua obrigação. Hoje é dia 13.

Só lamentamos, senhor presidente, que muitos projetos da mais alta importância, como estão aqui alguns na pauta do dia de hoje, apenas e tão somente tenham chegado a esta Casa na undécima hora! Isto não faz bem ao Parlamento. Dificulta a discussão, o aprofundamento daquilo que temos que resolver aqui com a maior capacidade possível. É isto o que nós temos que deixar bem claro.

Não estou me referindo, especificamente, ao nobre deputado que propôs essa medida e que foi aceita, para se impedir que pudéssemos falar no último dia, através do Pequeno ou Grande Expediente.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (Pela Ordem)

V. Exa. poderia nos informar em qual Sessão de ontem foi aprovado o requerimento do deputado Algaci

Tulio? Não vi o deputado Algaci nas vinte e duas horas, aqui.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Foi dia onze aprovado, anteontem. Não foi ontem.

O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS (**Pela Ordem**)

Eu queria, senhor presidente, fazer uma sugestão à Mesa, que se for para V. Exa. ficar aceitando os pedidos de “Pela Ordem” para tratar desse assunto, é melhor abrir o tempo, porque senão vamos passar mais tempo aqui.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

O assunto já está esgotado.

No Horário das Lideranças, concedemos a palavra ao deputado Geraldo Cartário, usando do horário destinado ao PSL.

O SR. GERALDO CARTÁRIO

Senhor presidente, senhores deputados, o nosso Partido Social Liberal, o qual tivemos a perda de um grande companheiro e amigo, que é o Edno Guimarães, o partido que no decorrer deste ano ele se colocou de uma forma de avanço.

Tivemos o episódio de um delegado calça curta, que foi o PSL que ingressou na Justiça, no Supremo Tribunal Federal, para acabarmos com esta figura. O PSL uma vez mais, através de sua bancada, deputado Luiz Carlos Martins, deputado Antonio Carlos Belinati, apresentamos diversos projetos no decorrer deste ano. Encerramos este ano, senhor presidente, com dados positivos a respeito de política partidária.

Fizemos alguns encontros, filiações foram feitas, mas reconheço que o mais importante foram os avanços da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, presidida pelo deputado Hermas Brandão e secretariada pelos deputados Valdir Rossoni e Antonio Anibelli. São os responsáveis diretos pela Mesa Executiva.

Ao encerrar este ano, tivemos avanços aqui na Casa, principalmente na reforma do prédio, na parte física, mas hoje quando se encerra mais um período legislativo, gostaríamos, apesar dos esforços já demonstrados, mas que também os funcionários da Assembléia Legislativa pudessem comemorar da forma como estamos comemorando, pelo trabalho que realizamos dentro do partido, dentro dos municípios que representamos e principalmente as condições que a Casa nos deu de poder atender aos nossos companheiros tanto no gabinete, como nos setores diversos da Casa.

Faço aqui um apelo, senhor presidente, que realmente o governo do Estado tenha condições de melhorar a situação dos funcionários públicos e que a Assembléia tenha condição de melhorar o salário dos seus servidores.

Mas, senhor presidente, aqui, ontem foi debatido o aumento do ICMS. Eu sou um dos que tem que se penitenciar sobre este aumento do ICMS, porque aqui diversos deputados têm colocado posições, inclusive o meu

amigo, deputado Cezar Silvestri, ele e tantos outros têm buscado aqui soluções para melhorar a distribuição desse ICMS ao ponto de criarmos aqui, projetos e aprovarmos outros criando universidades; e estas universidades, senhor presidente, como a Universidade do Paraná, que são seis, isso tudo que o deputado apresenta aqui, reduzindo o ICMS para compra de veículos para a Polícia Militar - como eu apresentei - reduzindo ICMS para compra de motos - como aqui apresentei - aumentando despesas com a criação de diversas universidades, isso deputado Nereu Moura, traz sem dúvida nenhuma, a condição de termos de trazer recursos, porque os deputados, se V. Exa. analisar quantos projetos aqui foram apresentados, pedindo a redução do ICMS, é impressionante!

Eu que sou municipalista, recebo apelos de prefeitos e de lideranças locais no sentido de que o Estado aumente a sua contrapartida junto ao município. Os funcionários públicos há sete anos sem ter aumento. Tudo isso em detrimento de insistirmos em redução de ICMS, digo é o meu caso. Apresentei um projeto neste sentido. Apresentei também um projeto sobre o Fundo Rodoviário, Funcor, porque as estradas do Paraná não contempladas pelo pedágio estão precisando de recursos.

Analizando tudo isso, voto favorável a esse projeto do ICMS, entendendo que não existe outra solução.

Quero cumprimentar todos os deputados da Oposição pela sua posição democrática em todos os projetos apresentados pelo governo. A Oposição inteligentemente tem explorado as suas colocações, ao ponto que hoje reconhecemos que os deputados da Oposição estão à frente, com uma desenvoltura muito melhor do que nós, deputados do governo. Aqui dentro desta Casa nós vestimos a camisa do governo Jaime Lerner. Eu que fui eleito pelo PFL, com o mesmo número do governador, assumi um compromisso com os meus municípios que haveria de dar sustentação política ao governo Jaime Lerner.

É o que estou fazendo. Gostaria de terminar este ano sem ter passado pelo episódio da Copel, do ICMS, mas é o que temos que enfrentar. É o desafio de enfrentarmos a situação de defendermos o governo do Estado; Porque se esse governo não tiver condições de arcar com a responsabilidade de transformar o Paraná em um Estado competitivo, como foi São Paulo muitos anos atrás, que inclusive impedia o Paraná de ter a sua laranja industrializada para enviar aos EUA. O Estado do Paraná sempre foi pisado pelo governo de São Paulo. Aí está a prova, pois o governo de São Paulo já ingressou com diversas ações para tirar o Paraná dessa competição, e nós temos que assumir essa responsabilidade, meus companheiros.

Quero encerrar cumprimentando a Oposição, que sempre aqui discuti e divergiu nas idéias e nas nossas posições, mas nunca houve uma agressão pessoal.

Tenho como adversário político próximo da minha região o deputado José Maria Ferreira, o qual tem trabalhado de uma forma inteligente, capaz e competente, ao

ponto de hoje, mesmo não levando recursos aos municípios que representa, é uma liderança na nossa região.

Ele tem aproveitado esse espaço, onde o povo nos analisa e pergunta: “Por que vender a Copel? Por que aumentar o ICMS? Os deputados da Oposição têm prontamente explicado o porquê da forma que acham melhor para poder conquistar simpatia do povo, inclusive conquistar o voto.

É difícil a nossa caminhada à frente.

Esse ano que se aproxima, 2002, é o ano de diversas dificuldades que vamos enfrentar, nós, deputados do governo.

Por isso dizemos aqui constantemente que o governo Jaime Lerner, é o governo de realizações. Um dos governos que mais realizou, só que, infelizmente, o seu secretariado é um dos piores da história do Paraná.

Concedo um aparte ao deputado Nereu Moura.

O Sr. Nereu Moura

Deputado Cartário, quero parabenizá-lo pelo seu pronunciamento e dizer que tem uma posição diferente da nossa aqui nesta Casa, mas tem o nosso respeito.

V. Exa. muito embora os embates mais firmes que tivemos aqui na Casa, sempre foi um deputado democrático, respeitou a nossa posição, como nós também respeitamos a sua posição.

Por isso, V. Exa. com esse pronunciamento, demonstra a sua grandeza, e sempre vai merecer o respeito da nossa parte.

Meus parabéns a V. Exa.

O SR. GERALDO CARTÁRIO

Muito obrigado, deputado Nereu Moura, pelas suas colocações.

Encerro as minhas palavras, se não tiver oportunidade de ainda neste período, no dia de hoje, me manifestar, gostaria de transmitir aqui aos nossos companheiros deputados da Oposição, que reconheçam que alguém tem que ser Situação e nós colocamos essa situação respeitando a Oposição e desejando tanto aos deputados da Oposição, como da Situação, um Feliz Natal para eles e seus familiares, um bom ano que se aproxima: 2002.

E que o ano de 2002, não seja problema nenhum, nem para a Oposição nem para a Situação. Que sejam apenas alguns contratempos que vamos enfrentar com muita tranquilidade.

Quando me referi ao deputado José Maria Ferreira, quero também falar a mesma coisa: ao deputado Hermes Fonseca, que também é um deputado da nossa região.

Convivemos muito bem, somos companheiros, disputamos categoricamente um espaço, mas reconhecemos também essa posição.

A todos, o nosso obrigado e o nosso respeito.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Com a palavra o senhor deputado Moysés Leônidas. PTB.

O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Hoje é a última Sessão deste período legislativo e tenho muita preocupação, exatamente com o Legislativo, que as últimas Sessões quase sempre são carregadas de projetos que encaham durante o ano e que na pressa e cansaço dessas Sessões, acabamos aprovando e colocando “goela abaixo” determinados projetos que são impopulares.

Tenho já alguma vivência no Legislativo e já aprendi a conviver com isso.

Estou recebendo da Ordem dos Advogados do Brasil, especificamente da minha cidade de Londrina, um protesto assinado por quase mil advogados da região, contra esse projeto, queria até a atenção dos senhores deputados, que está no item II de hoje, Projeto 132/2000 de autoria do Poder Judiciário que trata das questões das custas judiciais.

Queria aqui, para tecer o meu comentário, colocar a carta enviada e assinada pelo presidente da OAB local, doutor Lauro Fernando Zanetti.

Diz o manifesto dos advogados de Londrina: “A Ordem dos Advogados do Brasil subseção de Londrina, por intermédio de sua diretoria e conselho e os advogados adiante assinados, vem pelo presente manifestar veementemente discordância quanto ao substitutivo do Projeto de Lei Estadual nº 132/2000, porque, se aprovado, implicará no seguinte:

Primeiro: aumento abusivo e inoportuno das custas processuais, que no Paraná a Justiça Comum está bastante afastada do povo em razão da absurda tabela de custas processuais praticada.

Para se ter uma idéia do exagero, as custas em nosso Estado para ações do valor de dez mil reais, a grande maioria, são quase o triplo do que no Rio de Janeiro e quase cinco vezes maior que no Estado de São Paulo, Estados onde o poder aquisitivo é muito mais alto.

Um nosso aumento de qualquer tipo de custas, irá agravar ainda mais a distorção praticada, inviabilizando praticamente o acesso das pessoas à Justiça, na contramão da tendência mundial de alargar-se a via de acesso ao Judiciário.

As custas devem ter caráter retributivo, pelo serviço prestado, não enriquecedor de uma minoria como hoje ocorre no Paraná.

2º - Supressão da possibilidade de pagamento da metade das custas ao final do processo.

A regra que hoje vigora no Estado, permite que haja o parcelamento, ou seja, metade das custas dos Cartórios podem ser pagas no final. As pessoas que recorrem à Justiça o fazem como última instância, para resolução de um problema, e às vezes, esperam anos a fio, por uma solução definitiva.

Exigir que paguem 100% das custas processuais, antes mesmo do início do processo, é manifestamente ilegal, é imoral, por ferir a regra do Código de Defesa do Consumidor, que veda ao prestador do serviço a cobrança

dos valores antes de prestá-lo, além de injusto, porque na maior parte das vezes, a Justiça demora anos para entregar-lhes a prestação jurisdicional afinal.

Assim sendo, os profissionais de Londrina, de toda a região e por certo os de todo o Paraná, repudiam referidas alterações, vez que elas somente trarão prejuízo para a busca da Justiça, ferindo assim o interesse público, que deve nortear as regras, consistindo em inegável afronta a todo o povo do Paraná, razão pela qual pugnamos pela completa rejeição do referido substitutivo e do projeto original”.

Esse é o manifesto de Londrina e da região, contra esse escandaloso projeto de autoria do Poder Judiciário, de nº 132/2000, que dispõe sobre as custas judiciais.

E queria aqui, senhores deputados, fazer um alerta, principalmente aos deputados da Oposição, que já me informaram que tem muitos deputados da Oposição que votam com esse projeto.

Aqui nesta Casa, existe um excesso de zelo, com relação a participar...

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Um minuto para concluir o seu pronunciamento.

O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS

Queria o mesmo tempo que V. Exa. deu ao orador que me antecedeu, senhor presidente, que eu marquei. Foram quase 20 minutos, mas eu vou encerrar.

Este deputado, naquela votação da Copel, sofreu aqui, um injuriamento público com a chamada “barganha”. E o projeto nem foi solidificado, porque a Copel não foi vendida. Se houver “barganha” aqui, e eu souber, vou denunciar aqui quem barganhou!

Porque hoje pela manhã, recebi um telefonema de um cartorário desaforado, dizendo para mim: “Nós nem precisamos mais do seu voto, deputado, porque nós já barganhamos lá, ajuda política para não sei quem.”

Então, estou falando com seriedade! Se souber, vou denunciar, porque tive até que me submeter a um processo junto à Corregedoria da Casa, para dizer que o que eu disse naquela oportunidade, tinha sido realmente no sentido de tentar ajudar a minha região.

Agora, aqui, quem estiver a favor, vai estar a favor de esmagar o povo, principalmente aquele que precisa da Justiça. A Justiça tem que ser cega. A Justiça tem que ser muda, mas a Justiça não pode ser surda!

E eu aqui, como manifestante e também como representante e filiado à OAB de Londrina, vou estar aqui, medindo essas forças. O que não valer de uma forma, valerá na palavra, porque, se submetem a mim, um processo de injuriamento público, ferindo a minha carreira política, vou aqui também demonstrar quem está fazendo lobby aqui, para defender os cartórios.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Infelizmente, deputado Moysés Leônidas, seu tempo já está expirado. Temos diversas Sessões hoje.

V. Exa. poderá usar no horário da Liderança do PPS, que será chamado em seguida.

O SR. CEZAR SILVESTRI (Pela Ordem)

Senhor presidente, o deputado fez uma acusação gravíssima!

Ele diz que recebeu um telefonema de um cartorário, que tinha aqui um deputado, não sei quem, e que essa pessoa estaria recebendo vantagens para votar esse projeto. Acho que temos que saber qual é o nome! Ele citou, inclusive, a Oposição. De repente, ficamos todos nós sob suspeição! Eu gostaria de saber quem é!

O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS

A informação que recebi, senhor deputado, não citei aqui ninguém, é de uma pessoa que se intitulou cartorário, dizendo que já tem o apoio de muitos deputados da Oposição. E eu não estou achando que tem.

Estou dizendo que se eu sentir, vou denunciar!

Espero até, e acho que pela sua atuação o senhor não tem nada a ver com o cartório, já está isento, pelo menos para o meu julgamento.

Queria aqui, senhor presidente, deixar, na última Sessão deste ano, cumprimentando também a todos os deputados, as senhoras deputadas, dizer que foi um ano que realmente a Assembléia Legislativa apareceu muito no contexto do Paraná e deixando aqui a todos um feliz Natal e que tenhamos todos um próspero Ano Novo, combatendo o bom combate, guardando a fé, falando a verdade mesmo que doa, mas sem medo.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Ainda no Horário das Lideranças: PPS.

(Declina)

PDT.

Com a palavra, o deputado Augustinho Zucchi.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Nós já debatemos praticamente sobre quase todos os projetos que se encontram na pauta. E durante este período legislativo, senhor presidente, nós estamos ouvindo alguns pronunciamentos como é o caso do deputado Fernando Ribas Carli, que fala sobre as obras do governo, que fala sobre a atuação do governo.

Eu acho importante, porque há poucos dias atrás, nós, da Oposição e Bloco Independente pedimos para que os deputados da Base do Governo pudessem defender aqui o posicionamento do governo, pudessem colocar aqui as razões pelas quais sustentam aqui o governo, porque de todas as críticas que foram levantadas aqui ao governo do Estado, dificilmente nós tínhamos o contraditório daqueles que aqui o defendem.

Então, acho importante que nestes últimos dias, deputado Geraldo Cartório, tanto V. Exa. como o deputado Fernando Ribas Carli, tenham defendido aqui as

propostas do governo, tenham colocado aqui quais são as atuações do governo a nível de Estado. Aliás, acho que a Bancada da Situação, - já estamos encerrando aqui o ano legislativo, deputado Durval Amaral - a Bancada do Governo tem mais é que agradecer à Bancada de Oposição.

Nunca, pelo menos depois que eu estou na Assembléia, nunca uma Bancada foi tão valorizada pelo seu governo quanto a Situação de hoje. Nada, em termos de Governo de Estado, acontece que não seja pela mão dos deputados da Base do Governo. E eu acho que o governador tem prestigiado muito os deputados da Base do Governo!

Eu estranhava de que não houvesse aqui a defesa do governo. Eu estranhava! E o deputado Geraldo Cartário colocou aqui hoje pela manhã as razões para aprovar o aumento do ICMS: que tem que levar para o município, que tem que ajudar o município, que tem que ajudar isso e aquilo.

Deputado Geraldo Cartário, eu já ajudei inclusive a aprovar aqui alguns projetos com essa mesma justificativa. E essa foi a justificativa também para vender a Copel. Foi a justificativa para antecipar os Royalties. Foi a justificativa para fazer os empréstimos todos que foram feitos. E agora, mais uma vez, a justificativa de que tem que aumentar o ICMS para ajudar os nossos municípios! Mas, eu não sei se, numa dessas, à obra que se leva ao município não é muito menor do que aquilo que se está tirando do cidadão paranaense. Não sei se os meios justificam os fins se os fins justificam os meios. Não sei!

Acho que nós aqui temos feito uma oposição política e embasada na divergência administrativa que temos no atual governo.

Não é pessoal! Eu estava comentando ontem à noite, informalmente, com companheiro aqui da Assembléia de Oposição, de Situação, após nós sairmos daqui em um jantar que tivemos, comentava que na verdade, deputado Geraldo Cartário, nós, eu particularmente, gosto muito do governador enquanto pessoa, homem respeitoso, sempre me recebeu com muito respeito, extremamente educado. Não tenho nada pessoal a reclamar do governador Jaime Lerner.

Agora, também não é verdade que não atua com nenhuma discriminação, não, não é verdade! Nós, os deputados que não votamos a favor da venda da Copel é claro que não temos o mesmo prestígio da Bancada e é claro também que os nossos municípios, os nossos companheiros, o nosso prefeito, que ousem dizer que o seu deputado que não votou a favor é claro que não está tendo o mesmo tratamento que os outros deputados, mas nem por isso também, tanto é que eu nunca vim aqui reclamar disto nem nada.

Acho, apenas, que a nossa divergência não é pessoal, nem com os companheiros da Bancada de Oposição, nem com o governador a quem particularmente respeito como pessoa, respeito como um homem educado, de diálogo. Sempre conversou comigo no mais alto

nível, nunca tive absolutamente nenhum problema pessoal com ele.

O nosso posicionamento é político e de divergência administrativa, e é por isso que a nossa divergência, mais uma vez, se coloca com relação a essa questão do ICMS que eu disse ontem, muita gente está subestimando isto. Pode ser que esta questão do ICMS não tenha repercussão pública, como querem muitos, mas eu tenho certeza absoluta que isto vai pesar no setor produtivo do Paraná, isto vai pesar no bolso do contribuinte, vai pesar no bolso das empresas e nós, obviamente, vamos ter que justificar o que é que foi feito aqui na Assembléia Legislativa, e nós, da bancada de Oposição e Bloco Independente, vamos justificar obviamente que votamos contra e a bancada de Situação tem que justificar que votou a favor para levar a obra (?).

E entendendo sua solicitação quero aproveitar para desejar um Feliz Natal e um ótimo Ano Novo para todos os senhores deputados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

PPS, deputado Cezar Silvestri.

O SR. CEZAR SILVESTRI

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Inicialmente quero, em nome do meu Partido, PPS, agradecer de forma especial à Mesa Executiva, a todos os companheiros deputados que durante este ano conviveram conosco, debateram conosco, onde todos nós exercemos as nossas prerrogativas, muitas vezes discordando, mas isto faz parte do Parlamento e é importante que o contraditório seja estabelecido, até porque isto enriquece realmente o parlamento.

Tivemos aqui divergências muitas vezes até no ímpeto, no entusiasmo de realmente procurar melhorar projetos, de defender a população que nós representamos e muitas vezes nos excedemos e quero aqui com toda humildade, pedir desculpas aos meus colegas que porventura eu tenha agredido ou tenha, de uma forma ou de outra, magoado, porque a minha intenção realmente nunca foi esta. Tenho certeza absoluta que falo também em nome do meu colega Marcos Isfer, que pensa exatamente como eu.

Senhor presidente, senhores deputados. Com relação à mensagem governamental que nós votaremos hoje em segunda discussão, com relação ao ICMS, venho aqui dizer que votaremos contra, o PPS, por várias razões que já declinei em pronunciamentos anteriores, mas basicamente, deputado Waldyr Pugliesi, pela insensibilidade do governo Jaime Lerner, governo que usa da mídia, dos meios de comunicação falando em avanços no Estado do Paraná, falando em modernidade, em conquistas, e age exatamente na contra-mão da história, quando está comprovado tecnicamente de que o aumento de tributação não leva diretamente ao aumento de arrecadação, o governador Jaime Lerner numa demonstração total de

insensibilidade, principalmente para o setor produtivo, principalmente com relação aos pequenos, manda nos últimos dias uma mensagem que na verdade é um verdadeiro absurdo e eu digo aqui com toda tranqüilidade, estou aqui há três mandatos, nunca houve um aumento de carga tributária como está havendo agora, e o que é pior, usa a mídia, o governo usa os meios de comunicação para tentar ludibriar a população mais uma vez, dizendo que o aumento é de apenas um por cento, e vários deputados ainda querem questionar e dizer que realmente o aumento é de um por cento. Eu sou engenheiro civil de formação, e pela última vez, direi o seguinte - se nós temos uma alíquota de doze por cento, ela passa para treze por cento, este aumento, direto, é em torno de oito e meio a nove por cento.

Como o ICMS é calculado por dentro, é imposto sobre imposto que inclusive nós deveremos na próxima legislatura apresentar um projeto de lei retificando este abuso. Este imposto chega a passar de 10%, somente no óleo diesel. E o que representa o aumento do óleo diesel?

Aumenta diretamente o custo de produção, principalmente como eu disse, do pequeno produtor rural, e o que é pior, do consumidor das grandes cidades, das pessoas mais carentes, porque este custo é transferido diretamente nos produtos da cesta básica, que nós tivemos uma luta muito grande nesta Casa para reduzir a alíquota dos produtos que compõem a cesta básica. Damos com uma mão e tiramos com as duas mãos! Esta é a pura verdade. Para que vocês tenham uma idéia da gravidade deste projeto e até voltado a história na época, a Inconfidência Mineira se deu exatamente pelo imposto que foi chamado do Quinto, que era 20%.

Então, senhores deputados, na Inconfidência Mineira, que houve um levante, foi exatamente quando Portugal tentou impor para a colônia brasileira um imposto de 20%. Nós temos em alguns produtos, e produtos que afetam principalmente a classe média paranaense, como é o caso da gasolina, como é o caso do álcool, como é o caso do telefone, da energia elétrica, nós temos imposto já de 25%. Como é calculado por dentro, é 33%. Hoje nós estamos com imposto de 33%. Quer dizer, muito acima do Quinto lá da época da Inconfidência Mineira que deu um grande levante em todo o país e ainda o governo quer aumentar mais, chegando a 27%, 26%, ou seja, nós chegaremos aí a imposto na base de 35% com a maior carga tributária de todo mundo.

Senhor presidente, até para respeitar o pedido do presidente da Casa aos senhores deputados, eu vou encerrar meu pronunciamento, apenas fazendo um desabafo: nós entramos em contato com a Associação Comercial do Estado do Paraná e com diversas entidades representativas e nenhuma delas, nenhuma delas se fez presente, nem na data de ontem, nem na data de hoje para acompanhar um projeto de tamanha importância, tamanha repercussão.

Eu não aceito críticas e acho que nenhum deputado, independente de ser da Base de Apoio do Governo

ou da Oposição, deverá aceitar críticas de qualquer entidade representativa do setor produtivo do Estado do Paraná. Criticam os deputados, dizem que os deputados não fazem a sua parte, mas não comparecem num momento importante que nós estamos aqui para defendê-los! Como não comparecem, também não podem nos criticar.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

PT. Deputado Hermes Fonseca.

O SR. HERMES FONSECA

Senhor presidente, senhores deputados.

Escutamos alguns discursos que revelam oportunismo, que revelam exatamente a falta e a coragem de assumir a responsabilidade nesta Casa. Além disso, o discurso da Base do Governo é totalmente equivocado, até porque exemplos em diversos países, em diversas economias mundiais de que a diminuição da carga tributária provoca o aumento da arrecadação do bolo tributário em um país. Aqui no Paraná se dá exatamente ao contrário. O Governo, acho que está cometendo um erro estratégico, porque não avaliou corretamente o que vai provocar essa diferença de alíquotas dos impostos no Estado do Paraná em relação aos demais Estados da Federação, vai se estimular o contrabando interno.

Se tivermos alíquotas diferentes, principalmente dos nossos Estados vizinhos de Santa Catarina e de São Paulo, nós estamos incentivando ou vamos incentivar aquilo que poderemos chamar de contrabando interno, até porque o contrabando externo está aqui. Nós temos divisas com o Paraguai, e o Paraná é um dos Estados mais atingidos pelo ingresso de mercadorias contrabandeadas no país.

Se não colocarmos o exemplo do cigarro, vai aumentar a clandestinidade, vai aumentar exatamente a sonegação, porque com a elevação dos preços, vai estimular o contrabando e vai estimular exatamente o setor informal para ganhar, é aquele que ganha e ganha mais e não paga impostos. Vai ser uma consequência nefasta para a arrecadação do Estado do Paraná. Basta esperarmos alguns meses para analisarmos a arrecadação do ICMS sobre alíquotas diferenciadas, vamos perceber que vai ter um decréscimo de arrecadação.

Esse discurso é equivocado, o governo não avaliou corretamente. E isto, sim, implica em penalizar todo o povo do Paraná.

A Bancada do Governo aprovou e aplaudiu as mudanças no IPVA. A Base do Governo aplaudiu e incentivou e votou a favor dos aumentos do ICMS.

Portanto, nós não queremos e não podemos aceitar o oportunismo. Aqui, neste espaço, não há lugar para fariseu, que fala uma coisa e pratica outra. Não podemos concordar com as insinuações que nos fizeram aqui anteriormente, que os deputados de Oposição estariam aprovando e defendendo esse projeto de alteração das custas das tabelas, de custas de atos judiciais, não de custas judi-

ciais. Existe uma diferença muito grande entre custas e o regimento de atos judiciais.

Não podemos aceitar, de forma alguma! Isso é um oportunismo de final de ano, de último dia de Assembléia. Nós que ficamos na trincheira da defesa do povo do Paraná, nós que posicionamos contra a qualquer aumento de ICMS, estamos defendendo que não se aumente o ICMS. Nós que não concordamos com as alterações da cobrança do IPVA, nós que não aplaudimos o aumento do pedágio que foi imposto à sociedade paranaense mais uma vez.

No entanto, vêm os discursos de última hora equivocados também, querem atribuir a responsabilidade deste projeto ou de sua aprovação aos deputados da oposição. Vamos parar de brincadeira! Esta Assembléia tem que ter...

O Sr. Moyés Leônidas.

V. Exa. permite-me um aparte?

O SR. HERMES FONSECA

Não!

O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS (Pela Ordem)

Senhor presidente!

É para dizer ao deputado que o discurso não é de brincadeira! É de verdade! E se for votado, ele vai ver quantas pessoas do lado dele vão votar a favor. É só uma questão de a gente medir.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Solicito ao deputado, que usa a tribuna, se pudesse concluir o seu pronunciamento.

O SR. HERMES FONSECA

A questão de ordem não cabe.

Vossa Excelência está sendo condescendente com um discurso de fariseu!

Vou concluir a minha fala: oportunismo contra o povo do Paraná, é votar na elevação do ICMS, oportunismo é aplaudir o aumento do IPVA.

O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS (Pela Ordem)

Senhor presidente.

Quero dizer ao deputado, que esse é um projeto que interessa a toda a sociedade. Vou passar para ele uma cópia da representação da minha atividade profissional, para dizer que não é nada disso. Ele está nervoso à toa! Vote contra, deputado, e o senhor estará fazendo um grande trabalho!

(Vozes paralelas)

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

A Presidência já falou que não procede a questão de ordem do deputado Moysés.

V. Exa. tem um minuto para concluir.

O SR. IRINEU COLOMBO (Pela Ordem)

Senhor presidente.

Requeiro, pela ordem, para pedir a V. Exa. que o nosso líder do PT está usando o horário do PT e foi apartado, pela ordem, para interferir no seu discurso.

(Vozes paralelas).

Gostaria de concluir a minha ordem à Mesa.

Não estou me dirigindo nem ao deputado Moysés Leônidas e nem ao deputado Hermes Fonseca! Na condição de membro da bancada do PT, requeiro que V. Exa. conceda mais cinco minutos para que ele consiga expor o pensamento do Partido dos Trabalhadores, contrário à elevação do ICMS do Estado do Paraná, proferido pelo deputado Hermes Fonseca, que foi pela ordem, interferido, no seu pronunciamento, tendo em vista as condições especiais da nossa Sessão, sendo eliminados o Pequeno e o Grande Expediente.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Deputado Irineu Colombo, esta presidência esclarece a V. Exa. e aos demais deputados, que quando o deputado Moysés Leônidas pediu pela ordem, ele já havia falado cinco minutos. Como a liderança é de seis minutos, então, ele não foi interrompido. Ele tem um minuto para concluir o seu pronunciamento.

Por favor, deputado Hermes Fonseca.

O SR. HERMES FONSECA

Acredito que o povo do Paraná saberá mais uma vez, fazer a distinção entre aqueles que exercem o mandato auscultando a opinião pública, aos seus eleitores e aqueles que dizem amém ao governo, em um aceno de mão do seu líder.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

No horário do PMDB, concedo a palavra ao deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA

Senhor presidente, senhores parlamentares. Gostaria da atenção dos parlamentares para fazer o ponto daquilo que colocou o deputado Moysés Leônidas, a quem respeito a posição - não aceito a acusação colocada.

Vou procurar justificar esse projeto, publicamente, para que não pare dúvida de lobbies eventuais, que não fazem o estilo de procedimento deste parlamentar.

Eu gostaria, primeiro, de dizer uma coisa, deputado, sou advogado também, como milhares de pessoas o são, neste Estado. Sou cartorário também.

Quero dizer de começo, que esse assunto aqui, este projeto, trata-se dos Juizados Especiais Cíveis. Não há absolutamente tratativa neste projeto, de custas de cartório. Não envolve tabelionato, não envolve protesto, não envolve distribuidor, não envolve nada, envolve cartório de cível e cartório de crime, só, nos juizados especiais, e

notem bem, senhores parlamentares, em que circunstâncias.

É só nós pegarmos e lermos o enunciado do projeto, que diz assim:

“As custas processuais nos juizados especiais cíveis, conforme estabelece a lei federal número tal, são devidos nas seguintes hipóteses, e só nessas hipóteses, no preparo do recurso inominado.

Portanto, esse juizado especial cível, senhores parlamentares, em qualquer cidade ou comarca em que V. Exas. moram ele é gratuito. No entanto, há um julgamento, muitas e muitas vezes lá na comarca, trabalha o cartório ou trabalha o cartório do crime sem cobrar absolutamente nada. Há um julgamento na comarca, muitas e muitas vezes o advogado, subscritor inclusive desse manifesto, porque eu conheço muitos assim, é da minha classe, para ganhar tempo na ação recorre ao Tribunal de Justiça do Paraná.

Neste caso, exclusivamente neste caso, quando ele fizer um recurso de primeira para segunda instância é que ele vai pagar o quê? Ele vai pagar 25 reais no recurso interposto para o Tribunal de Justiça e Alçada e para os tribunais superiores para quê? Para preparar o recurso, para bater todo o recurso, para colocar o recurso no correio.

Nesses casos, qual é o outro caso que paga?

Na extinção do processo motivado pelo não comparecimento do autor, quer dizer, quando alguém vai em juízo, nos juizados especiais cíveis, fazer uma denúncia e depois não aparece mais.

Deixa o processo morrer, não vai mais lá. Nesse caso, ele vai pagar as custas.

Quando reconhecida a litigância de má fé, quando alguém for fazer uma denúncia em juízo de má fé, e for comprovada a má fé, ele vai pagar as custas. Quanto são essas custas? O que cobram os advogados? Não! É os 25 reais das custas da preparação do processo que ele vai pagar.

Aqui não está falando em custas de cartório, aqui não tem nada a ver com preço de escritura ou de registro de escritura, ou de protesto ou qualquer que seja. Isso aqui é custas do trabalho da justiça na preparação dos processos.

E quero dizer mais a V. Exa. Tenho um respeito profundo pela capacidade intelectual de V. Exa. eu não sou de subestimar a inteligência de ninguém, embora alguns às vezes se deixam mostrar que não conhecem a situação, mas eu estou aqui encima de um manifesto da minha categoria em Londrina, que é a OAB, e a OAB está fazendo um apelo veemente à Assembléia.

Então, acho que V. Exa. tem todo direito, também respeito a sua posição e gosto de debater com V. Exa., V. Exa. tem inteligência, tem conhecimento na matéria, e acho que propus até agora aí, que esse projeto seja retirado por 10 Sessões, porque quero trazer aqui o presidente da OAB de Londrina para falar, para que deixe

consubstanciado e fortaleça o que me mandaram por escrito.

Agora, numa hora que nós estamos sofrendo todo o tipo de censura pela necessidade de fazer majoração em imposto, nós ainda vamos impor uma matéria que não é tão urgente, porque ela é de 2000. Se fosse, realmente, uma sangria desatada, já teríamos votado isso aqui no ano 2000.

Quero respeitar V. Exa. e dizer que também não estou impondo nenhuma carapuça em V. Exa. Acho que V. Exa. é bastante maduro para entender.

O SR. CAÍTO QUINTANA

Não aceitaria a carapuça em hipótese alguma.

Há uma emenda para retirar a nota 10, que diz que as custas serão devidas da base de 100% da efetivação do depósito inicial. Tem uma Emenda para tirar.

Mas, queria colocar aos senhores parlamentares (?) “vale mecum forense”, isso aqui é a Bíblia de advogados.

O artigo 19 do Código do Processo Penal Civil já diz o seguinte: “Salvo as disposições concernentes à justiça gratuita, cabe às partes prover as despesas dos atos que realizarem ou requererem no processo antecipando-lhes o pagamento desde o início até a sentença final”.

Portanto, isso já consta do código. Essa cobrança de 50% foi uma matéria que nós votamos aqui na Assembléia o ano passado, numa forma precipitada e sem estudo.

Senhor presidente, esse é um assunto que poderia ser tratado com mais profundidade. Os aumentos que têm aqui são de 20 centavos, por desentranhamento de um processo que fica no arquivo público de Curitiba, que é para lá da BR! Faz mais de um ano que esse projeto está sendo tirado de pauta!

Não é urgente? Não é urgente, para nós, mas para os pequenos cartórios do Civil que vivem disso, muitos aqui, em cidades grandes, querendo entregar o cartório, não têm mais renda.

Senhores, raríssimos cartórios são milionários, eu concordo com os senhores, protestos, cartórios de tabelionato. Isso aqui trata exclusivamente Cível e Crime das pequenas cidades, inclusive do interior, que têm que manter todo o trabalho da manutenção da Justiça.

O Sr. Hermas Brandão

Quero assumir publicamente que sou favorável ao projeto. Não tenho medo que meu nome seja colocado como favorável a ele, porque é muito justo, eu defendo a minha classe. Não tenho medo de defender a minha classe!

Nós não podemos, realmente, ficar querendo discutir um assunto de suma importância e que não vai causar nenhum impacto, porque quando um advogado pega uma ação para defender, ele nunca discute a custa.

Eu tive diversas ações - o advogado me fala: A questão custa tanto, está embutido, custa, tudo.

Quero deixar claro aqui, deputado Caíto Quintana a minha posição. Sou favorável ao projeto e não tenho medo de quaisquer conotações, que foram colocadas aqui, porque faço parte da classe do Judiciário, sou serventário da Justiça também. Não estou sendo beneficiado por essa lei, porque sou registrador, sou do extra-judicial.

Mas, é muito justo esse projeto e peço aos meus amigos e companheiros que votem favoravelmente.

O SR. CAÍTO QUINTANA

Queria dar uma outra colocação, deputado.

Quero pedir a colaboração de V. Exa. e da Ordem dos Advogados do Brasil, as custas do Paraná, realmente são caras, mas o dobro do preço das custas do Paraná são feitas, deputado Moysés Leônidas, por causa de um chamado Funrejus que é Fundo do Reequipamento do Judiciário, que não existe em nenhum outro Estado. Tem uma ação de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal, porque isso reduziria na metade as custas. No entanto, até hoje, a Ordem não se manifestou contra o Funrejus.

Obrigado.

O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS (Pela Ordem)

O deputado Caíto fez uma colocação aí que me chamou a atenção: tem cartório querendo entregar o cartório.

Já que tem cartório querendo entregar o Cartório, que é inédito, porque eu nunca vi falar isso na minha vida, seria bom que a Assembléia fizesse uma CPI dessa questão dos cartórios.

Vou até sugerir, para o ano que vem, porque seria uma situação inédita, neste País, cartório mendigando, entregando os seus cartórios.

Então eu acho que a posição é boa e quero sugerir aqui, acho que este Funrejus nós teríamos a responsabilidade aqui de eliminar, assim como no Cartório de Registro de Imóveis tem mais uma outra taxa que se paga lá, que foi imposta pela Assembléia, que é uma vergonha! Outro dia entrei num cartório, em Londrina, fiquei envergonhado!

Então eu quero sugerir aqui, quem sabe a gente poderia fazer uma CPI, no ano que vem, para investigar a pobreza que vivem os cartórios?

O SR. HERMAS BRANDÃO

Nós vamos assinar a CPI de V. Exa., nobre deputado e na realidade tem duas classes; aqueles que têm cartório e aqueles que têm vontade de ter cartório. Não existe a terceira classe.

O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS (Pela Ordem)

Só para dizer que não estou incluído naqueles que querem ter cartório. Eu gostaria, muito, de ter um cartório quando eu não tinha a minha formação jurídica, hoje eu não tenho mais vontade.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

No Horário do PTB, deputado Carlos Simões.

O SR. CARLOS SIMÕES

Senhor presidente, senhores deputados.

Eu quero dizer ao meu estimado amigo e presidente, Hermas Brandão, que sou seu amigo e o estimo há muitos anos e não é por um projeto ou por dez projetos, por cem, que teremos a nossa amizade rompida, o Hermas sabe disso.

Ele é como um pai para nós, cuida e orienta já há muito tempo.

Quero dizer também ao Hermas que eu lhe tenho uma estima especial, torci muito para ele ser presidente, votei nele, fui seu cabo eleitoral e, Hermas, seus projetos nunca nem discutimos, quando é projeto Hermas Brandão, aquela Lei que o Hermas criou, extraordinária, teve o apoio unânime aqui da Assembléia, todos nós apoiamos e aplaudimos a sua idéia.

Digo ao meu presidente, Hermas Brandão que eu sou seu amigo e votarei contra o projeto, porque o projeto não é do Hermas Brandão, se fosse do Hermas Brandão, o PTB, meu presidente, não estaria nem discutindo, eu sei que do presidente Hermas só parte coisa boa, coisa séria, idéias brilhantes, mas não é do Hermas, é do Poder Judiciário, o Hermas é nosso deputado!

Eu falo em nome do PTB, nós os sete deputados do PTB, fechamos questão e votaremos contra o projeto. Se for retirado no ano que vem, sente-se discute-se. Estou falando em nome do Tiago Amorim, do Custódio, do Takayama, do Alborghetti.

Essa posição nossa é muito clara.

Continuo sendo amigo do Hermas, ele continua sendo nosso líder, nosso orientador e nosso presidente. Quero deixar aqui, bem clara, a nossa posição, minha, do PTB. Pelo menos na conversa preliminar com os deputados, nós fechamos essa questão e votaremos contrariamente ao projeto.

Muito obrigado, senhor presidente.

O SR. PRSIDENTE (Elio Lino Rusch)

No horário da liderança da Oposição com a palavra o deputado Waldyr Pugliesi.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Senhor presidente, senhores deputados.

Em relação a esse problema de cartórios, eu só quero fazer uma referência numa situação que eu conheço bem.

Na minha cidade tem uma família de cartórios que durante toda a vida possui, naquela cidade, quatro cartórios, tabelionato, títulos e documentos, registro de imóveis e protesto. Eu não conheço nenhum caso, no Brasil! Esta mesma família tem cartório em Maringá, em Rolândia e numa cidade vizinha de Maringá.

Mas, eu quero chamar a atenção aqui porque no ano que vem teremos aqui o projeto de lei de organização

e divisão judiciária e já vi, deputado Simões, que está lá o seguinte, olha bem, aqui nesta Casa, 1976 na análise que se fez deste projeto de lei, ficou estabelecido que esta família responderia precariamente por alguns cartórios em 1976. Estamos em 2001 e eles estão respondendo precariamente ainda e já no projeto está lá, que eles continuaram a responder precariamente pelo cartório de protesto, Estou colocando mais 50 anos de prazo. Sabe lá o que gera isso? Oligarquia política, influência econômica, de todas as maneiras. Contra quem?

Contra aqueles que ficam ao lado dos pequenos, do povo, e esta Assembléia vai passar por cima disso.

E eu nunca falo de problemas municipais, paroquiais. Quero falar politicamente no geral, mas isso aqui é o que vocês estão vendo, precariamente durante 35 anos e já está, deputado José Maria Ferreira, no projeto que foi enviado aqui, que eles continuaram a responder por mais quanto tempo? Mais 35 anos?

É insustentável, inaceitável esse tipo de coisa, mas é a verdade.

O Sr. Moysés Leônidas

Na sua cidade não tem alguém descontente com os cartórios? Conheço a situação dos cartórios na sua cidade. Tem alguém descontente?

O SR. WALDYR PUGLIESI

Esses cartórios, como o deputado Caíto falou, são muito rentáveis, apegam-se como carrapato-estrela se apegam na paleta do boi: não largam mais, nem matando.

É aquilo que falei, você cria uma oligarquia, você cria uma influência fantástica em cima de quem? Em cima de quem? Em quem está do lado de lá, e esse pessoal fez o quê, durante toda a vida?

Defenderam o ministro Falcão, a ditadura militar, colocaram-se contra aqueles que golpearam as instituições, nunca falaram contra a tortura, não levantaram nunca uma palavra para defender a liberdade de imprensa, mas fica muito difícil nos colocarmos durante toda a vida contra este tipo de política que eles fazem.

É um país onde a classe dominante deita e rola, ela é dona das propriedades, ela é dona do sistema financeiro, ela impõe a sua vontade! É isso que queremos discutir muitas vezes aqui e muitos não entendem. O que acontece?

O governo “raspa tacho” do senhor Jaime Lerner, tentou dar uma bocada lá na Copel, até agora não conseguiu, mas já tinha dado a bocada lá no Banestado, na Sanepar, agora está buscando o quê, através dos aumentos dos impostos? Fazer que haja uma chegada aos seus cofres de generosas quantias em dinheiro para obtenção dos seus fins, entre os quais eu coloco permanência no Palácio Iguazu! Inclusive, estão nesta ânsia desmedida de se jogar com todo o esforço em cima dos locais onde há dinheiro, estão aí em busca dos depósitos judiciais!

Nós não nos aprofundamos nesta discussão. Logicamente que se conseguirem que os depósitos judiciais

sejam carregados ao Tesouro do Estado em 24 horas, é porque deverá haver a concordância daqueles que são os semeadores da justiça: o Poder Judiciário.

Mas, o que fica claro aqui é o seguinte: por que é que se busca aumentar o ICMS? Porque não conseguiram “torrar” a Copel. Então, agora, vêm sempre com aquela mesma conversa: “o aumento é pequenininho, não vai ter influência em lugar nenhum, o povo não vai pagar por isso”. Vai pagar, sim! E muito! Já se falou, aqui, com grande capacidade de interpretação, que o imposto se multiplica e quando chegar lá na casa de todo mundo, ele vai ter uma repercussão muito grande!

Portanto, queremos inclusive, senhor presidente, que na votação do ICMS ficasse caracterizada, por exemplo, a votação nominal, porque estes que hoje não comparecem aqui, porque talvez estejam com medo de bater de frente com o governo, amanhã vão falar assim: “os deputados aumentaram as alíquotas do ICMS”. E este deputado que está falando aqui, não vai votar favorável ao aumento dos impostos!

E quero que meu nome fique registrado aqui nos Anais da Assembléia, através da posição clara que sempre tomei. Gosto daqueles como fez o presidente da Casa, agora! Ele assumiu a sua posição de votar favorável ao projeto que trata das custas judiciais.

Queremos aqui, que aqueles que votarem a favor do aumento dos impostos, que assumam! Como vão assumir suas responsabilidades! Mas, que haja sim, uma definição clara, cristalina, com relação a tudo isto. Porque senão, amanhã, o que é que acontece? A Assembléia aumenta impostos e todos, com posições. inclusive diferentes, são jogados na mesma avaliação.

Aqueles que acham que devem votar favoravelmente ao projeto que aumenta impostos, que trata de elevar o custo de vida da população, que o façam e ninguém tem nada a ver com isto, porque os deputados estão aqui para assumir suas responsabilidades! Mas, aqueles que estão votando contra o aumento dos impostos, também precisam ter o mínimo de garantia para dizer: “olha, eu votei esta matéria, não fui favorável ao aumento dos impostos, no final do ano”!

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, Ofício nº 01/2001, subscrito pelo senhor deputado Orlando Pessuti, na qualidade de líder da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Alimentos, com apoio do senhor deputado Cezar Silvestri, constante do expediente, comunicando que a Comissão atuará de acordo com o parágrafo 3º do artigo 36 do Regimento Interno, no recesso parlamentar. **Recebido.**

Requerimento do deputado Hermas Brandão e diversos senhores deputados. Requerem a transformação da Sessão em Comissão Geral para apreciação do Projeto 558/2001. Em votação. **Aprovado.**

Requerimento do deputado Durval Amaral e diversos senhores deputados. Requerem a transformação da Sessão em Comissão Geral de Plenário. Em votação.

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, estes requerimentos são aqueles apresentados no dia de ontem?

(**Assentimento**)

Eu levantei uma questão de ordem no dia de ontem, senhor presidente, e o presidente ficou de decidir em relação à minha questão de ordem, com relação ao que diz o Regimento Interno quanto a transformação em Comissão Geral. Apresentado o requerimento, o projeto pode ser votado após 24 horas. É o artigo 107 do Regimento Interno, parágrafo 2º.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Deputado Nereu Moura, ontem foi apresentado e na mesma Sessão foi aprovado um requerimento do deputado Durval Amaral pedindo a quebra de interstício para as Sessões Extraordinárias. Automaticamente está dentro dos trâmites regimentais.

O SR. NEREU MOURA

O Regimento Interno é muito claro.

No artigo 107, parágrafo 2º: “o requerimento propondo a constituição da Assembléia em Comissão Geral só será submetido à discussão e votação no decorrer de 24 horas.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Desde que o Plenário delibere contrário. O Plenário é soberano. O Plenário aprovou o requerimento.

O SR. NEREU MOURA

No Regimento Interno não fala em quebra de interstício. Fiz questão de ordem com amparo regimental e caberá a V. Exa. decidir. Iremos acatar a sua decisão. Isso vai permitir a possibilidade de busca na justiça, de que não houve respeito no Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Se V. Exa. entender desta forma, poderá encaminhar à Justiça. Quando o Plenário tem deliberado sobre a matéria, o Plenário é sempre soberano. O que o Plenário não poderá fazer é contrariar a Constituição, mas em relação ao Regimento, poderá.

O SR. NEREU MOURA

O Plenário não pode rasgar o Regimento Interno! Ele é para disciplinar os trabalhos da Casa, senão, não precisaria Regimento Interno!

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Sei, deputado Nereu Moura, mesma coisa com os projetos que votamos, um seguido do outro, deveria estar num intervalo de 24 horas.

Está em votação o requerimento. **Aprovado.**

O SR. NEREU MOURA

Voto contrário da Oposição.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Devidamente registrado.

Requerimento do deputado Cleiton Kielse. Requer Comissão Geral para apreciar o Projeto de Lei nº 421. Em votação. **Aprovado.**

O SR. NEREU MOURA

Nosso voto contrário.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Devidamente registrado.

Requerimento nº 4361, de autoria do senhor deputado Ademar Traiano, constante do expediente, solicitando preferência para a discussão e votação do Projeto de Lei nº 661/2001, item 22 da Ordem do Dia da presente Sessão. **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento acima aprovado:

ITEM 22

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 661/2001, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 057/2001, que altera os dispositivos da Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996, que dispõe sobre o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ E CONTRÁRIO DA CF.

Sobre o referido projeto, Substitutivo Geral de Plenário, de nº 01, de autoria dos senhores deputados Durval Amaral, Plauto Miró Guimarães, Basílio Zanusso e demais deputados, devidamente apoiado. Também 3 emendas de Plenário, de autoria do senhor deputado Cezar Silvestri, devidamente apoiadas, nos seguintes termos:

SUBSTITUTIVO GERAL DE PLENÁRIO, DE Nº 01, AO PROJETO DE LEI Nº 661/2001

Art. 1º - Ficam introduzidas as seguintes alterações na Lei nº 11.580, de 14 de janeiro de 1996:

Alteração 1ª - O inciso IV do art. 14 passa a vigorar com a seguinte redação:

“IV - alíquota de 18% (dezoito por cento) para os demais serviços, bens e mercadorias”.

Alteração 2ª - Ficam acrescentados os incisos V e VI e o parágrafo 4º ao artigo 14, com a seguinte redação:

“V - alíquota de 26% (vinte e seis por cento) para as operações com:

- a) gasolina;
- b) álcool anidro para fins carburantes;

VI - alíquota de 27% (vinte e sete por cento) para operações e prestações com:

a) energia elétrica, exceto a destinada à eletrificação rural;

b) serviços de telefonia;

c) bebidas alcoólicas classificadas nas posições 2203, 2204, 2205, 2206 e 2208 da NBM/SH;

d) fumos e sucedâneos manufaturados no Capítulo 24 da NBM/SH”.

§ 4º - Para efeitos dos disposto na alínea “b” do inciso VI deste artigo a alíquota incidirá sobre o montante dos serviços prestados e efetivamente recebidos”.

Art. 2º - Acrescenta ao projeto o seguinte dispositivo, dando nova redação à alínea “f” do inciso do artigo 14:

“f) energia elétrica destinada à eletrificação rural”.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2002.

Sala das Sessões, em 12.12.2001.

(aa) DURVAL AMARAL, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, FERNANDO RIBAS CARLI, BASÍLIO ZANUSSO, CESAR SELEME, DUÍLIO GENARI, GERALDO CARTÁRIO, VALDIR ROSSONI, MILTINHO PUPIO, TIAGO AMORIM NOVAES, CARLOS SIMÕES, ANTONIO CARLOS BELINATI, MOYSÉS LEÔNIDAS, EDNO GUIMARÃES, CUSTÓDIO DA SILVA, LUIZ CARLOS ALBORGHETTI, LUIZ ACCORSI, DIVANIR BRAZ PALMA, ELIO RUSCH, NELSON GARCIA e ADEMAR TRAIANO.

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda suprime a elevação das alíquotas do óleo diesel (nenhum aumento sofrerá) e mantém, no projeto, a mesma alíquota originalmente prevista para gasolina e álcool anidro para fins carburantes, e eleva, em relação ao projeto, em 1% a alíquota relativa à prestação de serviço de comunicação, bebidas alcoólicas, fumos e sucedâneos e telefonia (exceto a destinada à eletrificação rural e óleo diesel que não sofreram nenhum tipo de aumento).

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 02

Art. 1º - O artigo 1º, alteração 2ª, incisos V e VI, do Projeto de Lei nº 661/2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

Alteração 2ª - Ficam acrescentados os incisos V e VI ao artigo 14, com a seguinte redação:

“V - alíquota de 25% (vinte e cinco por cento) para as operações com os seguintes bens, mercadorias e serviços:

- a)
- b)
- c)
- d)
- e)
- f)

VI - alíquota de 12% (doze por cento) para as operações com óleo diesel”.

Sala das Sessões, em 12.12.2001.

(a) CEZAR SILVESTRI

Apoiamento:

Irineu Colombo, Marcos Isfer, Renato Gaúcho e Pastor Edson Praczyk.

JUSTIFICATIVA:

Não tem qualquer justificativa de ordem econômica, política, social e até moral a elevação da alíquota do ICMS de 25% para 26% sobre a energia elétrica, telefonia, gasolina e outros.

Primeiro porque a alíquota de 25% já é muito elevada e suficiente para garantir a receita tributária do Estado do Paraná.

Segundo porque o ICMS é um imposto que se cobra por dentro. Cobrança por dentro quer dizer que o montante do ICMS integra a base de cálculo do próprio imposto, para fins de cálculo e cobrança, nos termos do artigo 2º, parágrafo 7º, do decreto Lei nº 406, de 1968 e artigo 6º, parágrafo 1º, inciso I, da Lei Estadual do ICMS.

A cobrança do ICMS por dentro faz com que o imposto, na hora da cobrança do seu valor, seja efetivamente majorado em torno de 8%.

A alíquota de 26% passa a equivaler um valor efetivo de imposto em torno de 34%.

Trata-se de uma imposição tributária escorchantes, abusiva e confiscatória, equivalente a mais de 1/3 do valor da mercadoria.

Terceiro porque o ICMS é um imposto indireto. O contribuinte de fato não é o contribuinte de direito. O valor do imposto é sempre transferido e efetivamente suportado pelo consumidor, diante da chamada repercussão fiscal.

O ICMS, na alteração proposta no Projeto de Lei nº 661/2001, atrapalha o comércio, constitui uma afronta à indústria e mais um encargo para o consumidor.

Longe de promover o desenvolvimento, vai produzir mais dificuldades econômicas.

Isso, sem considerar o fato evidente de que quanto maior a carga tributária menor a arrecadação, diante do estímulo à sonegação.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE Nº 03

Art. 1º - O artigo 1º, alteração 1ª, inciso IV, do Projeto de Lei nº 661/2001, passa a ter a seguinte redação:

Alteração 1ª - O inciso IV do artigo 14 passa a vigorar com a seguinte redação:

“IV - alíquota de 17% para os demais serviços, bens e mercadorias”.

Sala das Sessões, em 12.12.2001.

(a) CEZAR SILVESTRI

Apoioamento:

Serafina Carrilho, Marcos Isfer, Renato Gaúcho e Pastor Edson Praczyk.

JUSTIFICATIVA:

Não tem qualquer justificativa de ordem econômica, política, social e até moral a elevação da alíquota do ICMS de 17% para 18%.

A alíquota de 17%, para a maioria das mercadorias, bens ou serviços é mais do que suficiente para garantir a receita tributária do Estado do Paraná.

Primeiro porque já se trata de uma alíquota elevada. Nos países desenvolvidos, do chamado primeiro mundo, a alíquota incidente sobre o consumo varia entre 7% à 12%.

Segundo porque o ICMS é um imposto que se cobra por dentro. Cobrança por dentro quer dizer que o montante do ICMS integra a base de cálculo do próprio imposto, para fins de cálculo e cobrança, nos termos do artigo 2º, parágrafo 7º, do Decreto Lei nº 406, de 31 de dezembro de 1968 e artigo 6º, parágrafo 1º, inciso I, da Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996 (Lei do ICMS do Estado do Paraná).

A cobrança do ICMS por dentro faz com que o imposto, na hora da cobrança do seu valor, seja efetivamente majorado em torno de 8%.

O que é 18%, passa equivaler a 26%, a alíquota de 26% passa a equivaler um valor efetivo de imposto em torno de 34%.

Trata-se de uma imposição tributária escorchantes, abusiva e nitidamente confiscatória.

Terceiro porque o ICMS é um imposto indireto. O contribuinte de fato não é o contribuinte de direito. O valor do imposto é sempre transferido e efetivamente suportado pelo consumidor, diante da chamada repercussão fiscal.

O ICMS, na alteração proposta no Projeto de Lei nº 661/2001, atrapalha o comércio, constitui uma afronta à indústria e mais um encargo para o consumidor.

Longe de promover o desenvolvimento econômico, só tem a ver com recessão e inflação.

Isso, sem considerar o fato evidente de que quanto maior a carga tributária menor a arrecadação, diante do estímulo à sonegação, com menor arrecadação.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 04

Art. 1º - O artigo 1º, alteração 2ª, passa a vigorar com a seguinte redação:

V - ...

VI - ...

VII - alíquota de 12% para as operações com gasolina de avião (avgas)”.

Sala das Sessões, em 12.12.2001.

(a) CEZAR SILVESTRI

Apoioamento:

Serafina Carrilho, Marcos Isfer, Renato Gaúcho e Pastor Edson Praczyk.

JUSTIFICATIVA:

A aviação de pequeno porte no Estado do Paraná (agrícola e comercial) está praticamente paralisada e em dificuldades.

Isso tudo é o resultado dos altos custos operacionais e principalmente do preço da gasolina de avião.

Praticamente 1/3 do valor da hora de voo é resultado do combustível e 1/3 do valor final deste, na bomba, é ICMS.

A alíquota do ICMS sobre gasolina de avião (avgas) no Estado do Paraná é de 25%, enquanto que no Estado de São Paulo é de 12% e em Santa Catarina é 17%.

O volume de gasolina de avião consumido no Estado do Paraná sempre foi pequeno.

Nos anos de maior consumo, representou em torno de 1.800.000/2.000.000 litros/ano, segundo informações contidas em trabalho escrito pelo piloto comercial Sr. Jefferson Rezende.

“Portanto - acrescenta o referido profissional - a redução do ICMS sobre a AVGAS não acarretaria problemas para os cofres do Estado. Ao contrário, pois hoje a Receita Estadual está comprometida pela falta de consumo - de voos. Avião parado não gera emprego e muito menos impostos (sobre a AVGAS e sobre outros segmentos)”.

Com a redução do imposto para 12% - a mesma alíquota praticada no Estado de São Paulo - o Estado do Paraná estaria viabilizando a atividade aérea agrícola e comercial, estimulando a retomada dos voos e a geração de empregos no setor, circunstâncias que repercutirão favoravelmente na arrecadação tributária do Estado do Paraná.

Sobre o mesmo há emendas.

O SR. WALDYR PUGLIESI (**Pela Ordem**)

Quantas emendas, senhor presidente?

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Designamos o deputado Durval Amaral para que relate as emendas.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Senhor presidente, quem são os autores das Emendas, para esclarecimento da Casa?

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

O 1º secretário fará a leitura.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Valdir Rossoni**)

Há um Substitutivo Geral de autoria do deputado Durval Amaral, devidamente apoiado com, em torno de vinte deputados. Se aprovado o substitutivo geral, como disse o presidente, as Emendas estão prejudicadas.

Há três Emendas do deputado Cezar Silvestri.

Tem três Emendas e uma Emenda Substitutiva.

O SR. ELI GHELLERE

Senhor presidente, pela ordem.

(**Assentimento**)

Tenho um requerimento na Mesa, pedindo votação nominal no item 22. Gostaria de pedir informação se é o momento oportuno de pôr em votação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

V. Exa. está encaminhando o requerimento?

O SR. ELI GHELLERE

O meu requerimento, apoiado por vários deputados, pedindo votação nominal do item 22, já está protocolado na Mesa.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Posteriormente, se relatado. Inicialmente, temos que relatar, posteriormente, votarmos o requerimento.

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, gostaria de saber o conteúdo do Substitutivo do deputado Durval Amaral, pois não temos conhecimento.

O SR. CEZAR SILVESTRI

Senhor presidente, pela ordem.

(**Assentimento**)

Só queria saber de que forma que vão ser encaminhadas as emendas de minha autoria. Posso até relatar para o Plenário: uma que mantém o ICMS do óleo diesel no índice de 12%; a outra que mantém, também, a alíquota única de 17%; e a outra que reduziria o ICMS da gasolina de avião para 12%.

Então, seriam essas três Emendas de minha autoria, que gostaria de saber de que forma vão ser votadas.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Vamos pedir, primeiramente, que se faça o relatório das Emendas.

Vou solicitar ao deputado Valdir Rossoni que leia a Emenda Substitutiva Geral de Plenário, depois as suas Emendas também, para que possamos designar o relator.

O deputado Durval Amaral não poderá relatar, porque ele foi o autor do Substitutivo Geral.

O SR. NEREU MOURA

Eu posso relatar, senhor presidente.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Valdir Rossoni**)

(**Procede à leitura do Substitutivo Geral**)

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente. Estamos em processo de votação ou de discussão?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Vão ser relatadas as Emendas ainda.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

O secretário Valdir Rossoni fez a leitura dos produtos que estão incluídos e colocou como está no Substitutivo, a nomenclatura.

Agora, nós não temos a nomenclatura para saber o que significa na realidade.

Eu gostaria que o relator do projeto, o autor, fizesse esta distinção colocando os itens, porque a numeração que coloca, nós não sabemos o que significa na nomenclatura brasileira de produtos.

Vinte e dois é uma coisa, vinte e três é outra.

Agora, isso precisa ter a descrição desses itens, para que possamos, com tranquilidade, fazer a votação deles, e saber se eles, efetivamente, estão correspondendo ao interesse do voto que será dado em Plenário.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Para relatar a Emenda Substitutiva, o deputado Ribas Carli, e posteriormente, para relatar as demais Emendas do deputado Cezar Silvestri, deputado Nereu Moura.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Chamado a relatar a Emenda ao Projeto de Lei nº 661/2001, Substitutivo Geral de Plenário, e analisando o Substitutivo, nosso parecer é pela constitucionalidade, e é favorável à apreciação pelo Plenário.

É o relatório, senhor presidente!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Em votação o parecer do deputado Ribas Carli, que relatou pela constitucionalidade da Emenda Substitutiva.

Os deputados que aprovam o parecer do relator Ribas Carli, permaneçam como estão.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, insisto em conhecer a nomenclatura, porque foi mencionada e eu sei que não é compromisso.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

É encaminhamento do mérito. Nós estamos só discutindo a constitucionalidade. V. Exa. poderá solicitar as informações necessárias.

Está em votação o parecer de constitucionalidade feito pelo relator, deputado Ribas Carli.

Os deputados que aprovam, permaneçam como estão. **Aprovado.**

O SR. WALDYR PUGLIESI

Senhor presidente, pela constitucionalidade nós votaremos favoravelmente.

Em seguida é outra história.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está aprovado o parecer do deputado Ribas Carli.

Deputado Nereu, para relatar as Emendas do deputado Cezar Silvestri.

O SR. NEREU MOURA

Eu pedi. Na verdade foi uma brincadeira, senhor presidente.

Mas, a Emenda nº 02 de Plenário, modifica o artigo 1º, alteração 2ª, incisos IV, V e VI do projeto de lei de autoria do deputado Cezar Silvestri e outros deputados.

Pela constitucionalidade o nosso parecer é favorável, bem como na Emenda nº 03 de Plenário, de autoria do deputado Cezar Silvestri e outros deputados, também, que visa alterar o artigo 1º, inciso IV do projeto de lei que aumenta a alíquota do ICMS. O nosso parecer também é favorável.

E na Emenda nº 04, acrescenta o inciso VII ao artigo 1º, de autoria do deputado Cezar Silvestri e outros deputados. O nosso parecer é favorável pela constitucionalidade da matéria.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está em votação o relatório às Emendas do deputado Cezar Silvestri feito pelo deputado Nereu Moura, favoravelmente.

Os deputados que aprovam, permaneçam como estão. **Aprovado.**

Sobre o Item nº 22, há um requerimento do deputado Eli Ghellere, pedindo a votação nominal do projeto.

Está em votação o Requerimento nº 4364, de autoria do senhor deputado Eli Ghellere, com apoio dos deputados Augustinho Zucchi, José Maria Ferreira, Marcos Isfer, Nereu Moura e demais deputados, constantes do expediente, solicitando votação nominal para o Projeto de Lei nº 661/2001. **Rejeitado.**

O SR. DURVAL AMARAL

Verificação de votação, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Será procedida a verificação de votação.

Os senhores deputados que aprovam o requerimento do deputado Eli Ghellere, queiram levantar-se.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Valdir Rossoni**)

Dezenove deputados, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Dezenove senhores deputados aprovam o requerimento.

Os senhores deputados que rejeitam o requerimento, queiram levantar-se.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Valdir Rossoni**)

Vinte e nove deputados, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está **rejeitado** o requerimento.

está em discussão o projeto.

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Para Discutir**)

Senhor presidente e senhores deputados.

Compareço à tribuna hoje para discutir esta matéria no seu mérito até por um dever de consciência e até por um apelo que fez ontem o deputado Durval Amaral, dizendo que tudo aquilo que nós tínhamos dito na noite de ontem de nada servia, porque afinal de contas, nós estávamos discutindo apenas a constitucionalidade da matéria e que nós tínhamos feito a discussão do mérito. Alegava ele que tudo aquilo que nós dissemos ontem em um pronunciamento aqui de cerca de uma hora de nada valia. Então, vimos à tribuna hoje para discutir o mérito no momento em que o mérito é discutido.

E venho a esta tribuna, senhor presidente, para dizer que não posso, em hipótese alguma, votar com esse Projeto de Lei nº 661, - por pouco ele não é o 666, a besta prevista no Velho testamento e na Bíblia Sagrada. Por pouco ele não chegou a isso, porque, senhor presidente, e senhores deputados, esta Assembléia Legislativa, ao longo deste ano, na minha avaliação, comportou-se de forma elogiável, de forma a reconhecer a importância do setor produtivo do nosso Estado, seja o setor agropecuário, o setor industrial, quando nesta Casa, por unanimidade de votos dos senhores deputados, aprovamos incentivos e benefícios para o setor de carne, para o setor de leite, para o setor de margarinas, maioneses, para o setor de informática, num projeto do deputado Durval Amaral, da lâminas de aço. Também um projeto do deputado Durval Amaral, para o setor moveleiro; um projeto do deputado Hermas Brandão, para o couro, para os ovos, para a areia utilizada na construção civil.

Existe, inclusive, transformado por esta Casa, em projeto à parte, uma proposta do deputado Divanir Braz Palma, que propõe um tratamento diferente daquele que é dado hoje ao setor sucro-alcooleiro, ao setor de álcool e açúcar das nossas usinas produtoras de álcool e açúcar do Paraná.

Quer dizer, e de repente, o que vemos?

No apagar das luzes, dia 03 de dezembro, portanto, há dez dias atrás, o governador mandou a esta Assembleia e tornou conhecida dos senhores deputados uma proposta de aumento da carga tributária em cima de todo o setor produtivo!

O deputado Durval, ontem, quando se manifestava dizia: “em cima da energia, em cima do cigarro, em cima do combustível”. Todos os produtos que pagam 12%, vão pagar 13%.

E aí é que precisamos, senhor deputados, ter a atenção que não é 1% que está aumentando na carga tributária; está aumentando 1% no valor nominal na alíquota.

Agora, façam a conta para verem: de 12% para 13%, dá ao redor de 8% o acréscimo. Quem pagava, vamos dizer, vendeu lá um determinado bem, gastou, comprou óleo diesel, tem um ICMS hoje de 12%, vai pagar 100 reais desse ICMS. A partir da sanção desta lei, o pagamento não será mais de 100 reais, será de 108 reais. Então, o aumento não é de 1%, não é que pagava 100, vai pagar 101; vai pagar 108, porque aumentou em valores verdadeiros, em valores reais, aumentou mais de 8%.

Concedo um aparte ao deputado Fernando Ribas Carli.

O Sr. Fernando Ribas Carli

Deputado Orlando Pessuti em primeiro lugar quero saudar o senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Mas, deputado Pessuti, eu queria aqui, neste momento não corrigi-lo, - eu não teria essa audácia de querer corrigir o deputado Pessuti, um homem experiente, - mas talvez haja um pequeno equívoco da sua parte ao fazer o cálculo.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Mas, se eu estiver errado, V. Exa. tem o direito de me corrigir, sim!

O Sr. Fernando Ribas Carli

Na verdade, deputado Pessuti, o aumento de imposto é de 1%, não é de 8%.

O SR. ORLANDO PESSUTI

É o aumento de alíquota que é de 1% deputado!

O Sr. Fernando Ribas Carli

Não. Não, o aumento na alíquota é de 8%. Agora, o aumento real que cada paranaense vai sentir, é de 1%.

E vejo o deputado Cezar Silvestri contrapondo os argumentos, mas eu vou expor: se o senhor hoje compra um produto que custa 100 reais e o imposto é 17%, o ICMS é 17 reais. se amanhã o senhor for comprar esse mesmo produto e se já estiver vigorando a lei de 18%, o senhor vai pagar de ICMS 18 reais. dezoito reais, menos 17 reais, é um real. Um real é 1% sobre os 100 reais.

Disse isso para o deputado Cezar Silvestri e ele disse: não, o senhor fez a conta de 100. mas, pode fazer de trezentos, faça de quinhentos! Mas faça de trezentos, deputado, veja o cálculo para trezentos. Trezentos reais: o senhor vai e compra, vamos supor, a sua gravata, que é uma bonita gravata, que custa trezentos reais, hoje o senhor vai e paga o imposto de 17%. Quanto o senhor paga de trezentos reais?

O Sr. Cezar Silvestri

Cinqüenta e um reais.

O Sr. Fernando Ribas Carli

Cinqüenta e um reais. daqui a um mês, o senhor volta na mesma loja e compra a mesma gravata e vai pagar o mesmo trezentos, só que a alíquota subiu para 18%, então o senhor vai pagar 54 reais...

O Sr. Cezar Silvestri

Já não é, já não é um! Agora o senhor faça sobre mil, sobre um milhão...

O Sr. Fernando Ribas Carli

Não, não, deixa eu concluir!

O senhor está pagando 54 reais de ICMS, 54 menos 51 são 3 reais, três reais é um por cento da sua gravata que foi de 300, entende?

Eu concordo quando os senhores colocam que é de oito por cento o aumento da alíquota. dezessete para dezoito representa oito (?), agora o aumento que cada paranaense vai sentir é de apenas um por cento. A matemática é uma ciência exata. Nós não podemos querer colocar números diferentes.

Então, agradeço a gentileza do seu aparte. Creio que possa ter contribuído para este debate e até para que nós possamos debater mais estes números.

Muito obrigado, nobre deputado.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Pelo que entendi de V. Exa., deputado Ribas Carli, que também está portando uma bela gravata, que tenho certeza não deva ter custado 300 e tantos reais, já que sei que V. Exa. é um cidadão bastante rigoroso nas despesas que desenvolve, mesmo que seja para um benefício pessoal.

Vamos então, admitir que, em valores de reais, o aumento seja realmente de um por cento, mas V. Exa. admite aqui que o governo está aumentando a alíquota de 8%, V. Exa, admitiu.

O Sr. Cezar Silvestri

É mais do que 8, deputado Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Mas ele está dizendo que é 8, ele já está admitindo que está aumentando e é isto que nos importa neste momento, que o governo do Estado do Paraná, admitido

inclusive pelo próprio líder que tem nesta Casa, o deputado Ribas Carli, se não o líder oficializado, mas líder de ofício, ele admite que o governo está implementando um aumento de mais de 8% na alíquota do ICMS. É o que nós temos dito. Talvez nós tenhamos confundido de repente na forma de nos expressar e ele vem corrigir o nosso pronunciamento e admite que o governo está corrigindo, aumentando em mais de 8% a alíquota de ICMS no Paraná e isto é justamente o que nós estamos contestando, porque num momento como este em que a Assembléia Legislativa, com a contestação inclusive do deputado Ribas Carli que em muitas oportunidades se colocou a favor do setor produtivo, do setor comercial, do setor industrial como um todo, do setor prestador de serviços, a Assembléia, ao longo de todo o ano, fez isto, disse que era a favor de estimular a geração de empregos, de estimular a produção maior deste Estado, desenvolver a economia e depois no apagar das luzes o que a Assembléia Legislativa faz, não toda a Assembléia Legislativa, uma maioria hoje já não tão maioria assim?

Ela vem aqui e nega tudo o que fez ao longo do ano, penaliza de novo o setor leiteiro, o setor carne, penaliza de novo todos os segmentos, o prestador de serviço, a micro empresa, a pequena propriedade, porque pode voltar o deputado Ribas Carli e dizer - não, mas aquele benefício que nós aprovamos para a carne está mantido, aquele benefício que nós propusemos para o leite está mantido, correto está mantido, mas, e os indiretos e aquilo que está por volta de todo este setor produtivo que vai ser penalizado, lá a produção de qualquer produto que acontecer e que paga 17%, vai ter uma alíquota corrigida superior a 5%, lá dos 25% vai ter uma correção dessa alíquota de mais de 4%.

O Sr. Cezar Silvestri

Permite um aparte, deputado?

(Assentimento)

Deputado Pessuti, só para que não paire dúvida, eu teria que rasgar o meu diploma. Eu sou engenheiro civil. Um por cento, eu vou dar aqui um exemplo só, só porque esses números foram muito divulgados através da imprensa, inclusive dados da própria Secretaria da Fazenda falam que este projeto daria um aumento de receita para o Estado do Paraná que variaria muito, logicamente vai depender de como se comportar o mercado, mas varia entre 200 e 240 milhões na arrecadação.

Ora, se nós tivéssemos o aumento de apenas um por cento, o ICMS do Estado do Paraná é na faixa de trezentos milhões de reais por mês. Isto daria o quê, 3 bilhões e 600 milhões de reais por ano de arrecadação de ICMS? Se tivéssemos apenas um por cento, nós teríamos um aumento de 36 milhões! Quando o governo fala e admite que daria 240 milhões, isto daria uma média, entre todos os aumentos, em torno de 6,5, 7%! No caso do diesel, como o cálculo é feito por dentro, ele ultrapassa os 8%, chega em torno de 10% no aumento e isto

logicamente que encadeia as conseqüências e V. Exa. muito bem discorrerá no futuro.

Agora, não dá para admitir isso, porque isso é tentar, logicamente que não posso dizer que o deputado Ribas Carli está usando de má-fé porque tenho certeza absoluta que ele não está fazendo isso, mas ele está enganado e este último exemplo para que não haja mais contestação. Na verdade as pessoas que estão acreditando que é de apenas um por cento, estão enganadas. O aumento, na verdade, é oito, e em alguns produtos chegando a superar 10%.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Na realidade, deputado Silvestri, eu concordo com V. Exa. O deputado Ribas Carli não está usando de má-fé; ele está contando apenas uma parte do jogo.

É a mesma coisa, deputado Isfer, nós que fomos à Baixada Atleticana recentemente no jogo com o Bahia e se tivéssemos saído de lá aos trinta minutos do segundo tempo diríamos que o jogo tinha sido 3 a 3, porque ninguém perdeu, ninguém ganhou, 3 a 3 o jogo, eu estava lá e vi 3 a 3, mas quem, como nós que ficamos até 47 minutos, quando acabou o jogo saímos de lá contando que o jogo foi 6 a 3 para o Atlético! Então, o deputado Ribas Carli não está mentindo quando está falando, não está equivocando; está contando apenas um pedaço do jogo. O deputado Silvestri traz à discussão e eu até me socorro no aparte que vou conceder na seqüência ao deputado José Maria, semana passada estávamos verificando os dados do balancete publicado referente à arrecadação até o mês de outubro, se não me falha a memória. O Paraná está arrecadando ao redor de 360 milhões de ICMS. Vai arrecadar ao final de um ano ao redor, como disse o deputado Silvestri, de três milhões e seiscentos, mais uns 700, quer dizer, 4 bilhões e quatrocentos!

Se o incremento na arrecadação é de 240, é fácil fazer a conta - $5 \times 4 = 20$, $6 \times 4 = 24$ quer dizer, um aumento real na arrecadação de seis por cento. Então aí a conta do deputado Ribas Carli, por favor, de um por cento, não vale mais, porque se o Estado vai arrecadar, a mais, duzentos e quarenta milhões, significa que ele está tendo um incremento na sua arrecadação e se ele está tendo este incremento, é porque o contribuinte está tendo que pagar a mais, pelo menos 6% ao final desse processo.

Então, vamos contar a história por inteiro. E este governo não adianta vir aqui querer contar história para nós.

É a mesma coisa, senhor presidente, é a mesma coisa que faz o grande agiota. O governador está se comportando agora, ele, o secretário da Fazenda, e eu espero que os nobres parlamentares não se comportem assim, ele está se comportando como um grande agiota, aquele que empresta: olha, vou te ajudar, vou te socorrer, vou lhe emprestar 60 mil reais, 60 milhões de reais, porque o setor produtivo precisa, porque é bom a gente dar algum incentivo. Só que passa alguns meses e esse agiota vai lá e cobra aquela dívida, aquele benefício, só que não cobra

mais 60 milhões, ele cobra 240 milhões como está pretendendo o governo, um comportamento típico daquele agiota que empresta 10 hoje e busca 30, 40, 50 amanhã, matando e aniquilando as pessoas.

O Sr. Cezar Silvestri

Queria aproveitar a conta do deputado Fernando Ribas Carli e fazer o seguinte: nós apresentamos uma emenda de Plenário de que o aumento será de apenas um por cento no pagamento do ICMS de todos os setores do Estado do Paraná. Nós não discutimos mais. A Situação e Oposição aprovam.

Agora, dezessete para dezoito não! De vinte e cinco para vinte e seis não! De 12 para 13, não! Agora, se for apenas um por cento que vá pesar no bolso do contribuinte, tem meu apoio, voto favoravelmente e tenho certeza absoluta que a Oposição também.

O Sr. Fernando Ribas Carli

Deputado Pessuti, se me permite, só para ajudar no esclarecimento, é muito simples, deputado Silvestri, respeito seus conhecimentos de matemática, tendo em vista que o senhor foi um brilhante aluno na Escola de Engenharia, é engenheiro, eu não sou formado em Ciências Exatas, sou da área biológica, sou farmacêutico-bioquímico.

É muito simples, senhor presidente, é a mesma coisa que nós instituímos um imposto de 01% dá no mesmo de que nós passarmos de 17 para 8, matemática é uma ciência exata! Concordo com o que o senhor diz, que quando passa de 17 para 18, essa diferença dá 08. Mas não é isso que vai refletir no bolso de cada paranaense. Quando ele vai comprar o produto, o aumento que ele terá no cigarro, na bebida alcoólica, na gasolina ou no sapato, no paletó, em qualquer vestimenta, ele vai sentir o impacto de 01%. Não é verdadeiro o discurso de que vai aumentar 08.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Como é que faz essa mágica? Como é essa mágica? V. Exa. diz que é só 01% que vai aumentar a arrecadação. 1% de quatro bilhões, seria 4 milhões!

Como é que dá 240 milhões na arrecadação?

O Sr. Fernando Ribas Carli

Em primeiro lugar, não sei de onde o senhor está tirando 240 milhões.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Das afirmações da própria Secretaria da Fazenda, do senhor Miguel Salomão, do líder Durval Amaral, já afirmou isso, eu assisti a suas entrevistas.

O Sr. Fernando Ribas Carli

Deputado Pessuti, eu, oficialmente, não tenho esse número. Mas é muito simples o senhor encontrar o valor que estou lhe dizendo, que é de 01%.

É só o senhor pegar a base tributária e aplicar 01%, que é esse o aumento.

(Vozes paralelas)

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Quero esclarecer ao Plenário que não é permitido o diálogo.

O Sr. Fernando Ribas Carli

Deputado Pessuti, quero lhe dizer, que em nenhum momento estou usando de sofisma. Estou usando números! A matemática é uma ciência exata. É 01%. É como se estivéssemos criando um imposto novo de 01%, e aplicar o 01% sobre a base tributária, sobre tudo o que vamos tributar. Esse é o cálculo, é simples, é direto. Não existe nenhum sofisma. É matemática pura e simples.

Muito obrigado, deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Acho que esse cálculo é muito direto.

É direto no bolso do contribuinte.

Porque V. Exa. diz que é apenas 01%. Eu aprendi alguma coisa de matemática, na minha vida 01% de quatro bilhões, sei que é 40 milhões. Se o Estado projeta uma arrecadação de 240 milhões, certamente que o incremento na arrecadação, na punição ao contribuinte não vai ser de 01%. Se fosse, 01, seriam 40 milhões. Se é 240 milhões é 06% (?).

O Sr. Neivo Beraldin

Deputado, concede-me um aparte?

Assentimento.

Deputado Orlando Pessuti, vou lembrar mais uma vez um velho ditado: o governo não promoveu um estudo para saber se esse aumento da alíquota vai dar mais receita para o caixa ou menos receita. Digo isso porque ele não sabe, aumentando o imposto, se o mercado vai reagir positiva ou negativamente.

O governo não fez esse estudo do impacto, do que representaria o aumento da alíquota; ele não traz essa justificativa.

O que se discute, aqui, o que V. Exa. diz que representa 08% na cadeia, é evidente! V. Exa. tem que dividir 01% por 12% e verá que esse aumento dá, na cadeia, 08%. Aquele produto que foi de 17 para 8, segue a mesma maneira.

Estranha-se os que defendem o governo, não estão preparados para o embate lógico, que haveria de ter aqui neste Plenário, porque a Oposição tem demonstrado que a sua assessoria é mais preparada, vindo aqui para discutir números reais, como V. Exa. está fazendo. Esse aumento não precisaria sequer estarmos discutindo aqui. Se o governo azeitasse a sua máquina, na cobrança e cobrasse os devedores e os sonegadores, visto que em 96, o Estado tinha a receber dos sonegadores, 1 bilhão e 300 milhões e agora em 3 bilhões e 450 milhões, então ele está sendo companheiro dos sonegadores, daqueles que

têm um bom entendimento com o Governo, e está sendo cruel, metendo o chicote em cima da indústria, do comércio, aumentando a alíquota, evidente, ele tem duas saídas, reduzir despesa, diminuir despesas ou aumentar receita.

Como não quer cobrar os sonegadores, como não quer demitir os cargos em comissão e altos salários de fantasmas no Palácio, ele quer que o industrial, que o empresário pague a conta.

Muito obrigado.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Deputado Neivo, eu quero agradecer-lhe o aparte que nos ofereceu e dizer que é lamentável chegarmos numa situação como esta que estamos chegando, onde no final do ano a gente assiste, não calado, porque estamos levantando a nossa voz aqui na Assembléia, nos meios de comunicação que buscam informações conosco, nos jornais, na televisão, no rádio, nas reuniões das quais temos participado para mostrar a voracidade que tem esse governo em relação à arrecadação, em relação ao nosso contribuinte.

Esta Assembléia não assistiu calada, pelo menos de nossa parte, o aumento exagerado do IPVA. Esta Assembléia não assistiu calada em nenhum momento, pelo menos de parte nossa, da Bancada de Oposição, este aumento do pedágio nas rodovias do Paraná.

Esta Assembléia não assistiu calada, de parte dos deputados de Oposição e até mesmo de alguns da Situação, desse aumento violento que teve, dos buracos das rodovias do Estado do Paraná, porque esse talvez tenha sido um dos mais terríveis aumentos que o governo promoveu, aumento de buracos, é buraco para todo que é lado nas rodovias estaduais, e esta Assembléia também não assiste calada, pelo menos de nossa parte e de uma parcela significativa de deputados, esta vontade que tem o governo de aumentar o ICMS para penalizar o contribuinte.

Eu sei que o deputado Durval Amaral está bastante excitado, já tentou um aparte para conosco, depois me parece que desistiu, mas vai usar para discutir a matéria e sei que ele vem com o seguinte argumento: no tempo do Roberto Requião mandou-se uma mensagem para a Assembléia, aumentando de 17 para 18, para se instituir um Fundo de Habitação. Sei que ele vai falar isso porque já falou na imprensa e agora há pouco ali nas provocações, amistosas, evidentemente, ele dizia isso, e eu lhe respondi e respondo agora.

Naquela oportunidade, quando se propunha aumentar de 17 para 18 a alíquota do ICMS, destinava-se especificamente para onde iam os recursos arrecadados, e mesmo assim, e não concordando com a proposta do governo naquela época, do qual V. Exa. era integrante da Bancada e posteriormente secretário de Estado, em não concordando como seu líder aqui na Assembléia, nós, junto com o deputado Anibal Khury, deixamos a proposta na gaveta. Esta é a diferença do líder do Roberto Requião para com o líder do Jaime Lerner neste momento.

Naquela oportunidade, o Requião mandou a proposta, sim, e é verdade, mas com destinação específica, como também deputado Durval, quando nós votamos aqui autorização para vender as ações da Telepar.

Nós temos destinação específica para o dinheiro, que foi construir a ponte Guaíra - Mundo Novo e duplicar a BR-376 - Curitiba-Garuva, como também quando se discutiu aqui a possível venda de cerca de 30% do patrimônio da Copel, naquele momento também destinávamos especificamente a aplicação do dinheiro, 1.200 quilômetros de novas rodovias pavimentadas, construção da Usina Salto Caxias, construção de mais um berço atracador no Porto de Paranaguá, término das obras Ferroeste e construção de 20 mil casas populares, diferente do que fez o Governo Jaime Lerner, fez V. Exa. o deputado Duílio Genari, quando apresentou o projeto em 95, que deu destinação aleatória subjetiva à aplicação do dinheiro, tanto que, esse governo, que vendeu 40% da Sanepar, agora quer vender o resto! Já vendeu 53% do patrimônio da Copel e quer vender o resto. Já vendeu a Ferroeste, e até hoje ninguém de nós sabe clara e especificamente, aonde foi o dinheiro, como não sabe aonde também irá o dinheiro relativo a esse aumento do imposto, porque na justificativa o que diz o Governo?

- Suprir o Estado de recursos para que o mesmo possa cumprir os seus objetivos institucionais.

Bem específico isso.

- Proporcionar o atendimento dos dispêndios determinados constitucionalmente.

Muito específico isso.

Manter as finanças públicas estaduais concentradas ao disposto da Lei Complementar nº 101.

Muito específico isso.

Igualar a carga tributária geral do Estado do Paraná vigente, no Estado de São Paulo.

- Arrecadar recursos para ampliar e melhorar o atendimento à população carente.

É a mesma conversa que ele teve, quando foi antecipar os royalties, de Itaipu, até o ano de 2022. A mesma conversa que teve, quando foi privatizar o Banestado. A mesma conversa que teve, quando permitiu - dois ou três ao mesmo tempo no Banestado Leasing, que hoje o Ministério Público, já mostra fraude do Banestado Leasing.

A conversa é sempre a mesma. A balela é sempre a mesma e o ferro no contribuinte, a mão grande no bolso do contribuinte, também, é sempre a mesma.

O Sr. Antonio Carlos Belinati

V. Exa. que está há mais tempo nesta Casa e como presidente da Unale, certamente tem conhecimento de outros Estados da Federação, se V. Exa. pudesse, se tiver essa informação, com relação a outros Estados do nosso Brasil, se existem Estados da nossa Federação, que têm uma alíquota quebrada?

Digo no sentido, por exemplo, um Estado que tenha uma alíquota de ICMS, de 17,3%, de 17,5% ou de

17,7%, se V. Exa. puder informar a nós que estamos há menos tempo nesta Casa...

O SR. ORLANDO PESSUTI

Deputado Antonio Carlos, com certeza temos conhecimento disso, sim.

Quero dizer-lhe que o conhecimento que temos é a exemplo do governador, neste caso, também um conhecimento subjetivo. Não tenho esses números, mas sei que cada Estado tem exercitado a sua vontade, muitas vezes voraz de aumentar a arrecadação.

O Sr. Antonio Carlos Belinati

Apenas faça essa observação, deputado Pessuti, porque é evidente até, quando nós assistimos o aumento da passagem de ônibus, que normalmente as empresas procuram arredondar os seus valores.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Quero dizer, deputado Antonio Carlos, que nós temos conhecimento dessa situação, sim, e temos conhecimento bastante aprofundado, porque junto com uma dezena de parlamentares desta Casa, nós participamos de Conferências Nacionais e de reuniões posteriores na Câmara Federal, aonde o deputado Germano Rigoto do PMDB do Rio Grande do Sul, presidia a Comissão Especial da Reforma Tributária, cujo relatório era feito pelo deputado Musademes do Partido da Frente Liberal.

Nós conhecemos mais ou menos como é o comportamento de alíquota, de postura de arrecadação dos Estados brasileiros.

Não, especificamente, mais de uma forma bastante genérica, com o que nós não concordamos. Nunca concordei com essa sistemática de querer aumentar imposto a torto e a direito, como diria o bom caboclo.

Neste momento, senhor presidente, a gente faz um último apelo evidentemente aos parlamentares da Base do Governo, que não votem esse aumento. V. Exas. que já votaram para vender a Copel, que já votaram para aumentar o IPVA no Paraná, que já votaram ou se calaram diante do aumento do Pedágio, que concordaram ou consentiram que o Governo não investisse na reconstrução das rodovias, que em determinado momento concordaram com a retirada de recursos do ensino especial e tivemos que fazer uma caminhada, um levante para que o Governo voltasse atrás e continuasse atendendo o ensino especial do Paraná, que não concedam neste momento nada mais a esse Governo que possa prejudicar o povo do Paraná e que possa prejudicar também a história política de cada um de V. Exas. Não gostaria que nenhum de V. Exas., meus amigos pessoais, passassem para a história política do Paraná como aqueles que praticaram um aumento terrível nos impostos deste Estado.

Até hoje os paranaenses e os parlamentares estão convivendo bem, porque em termos de ICMS nós tivemos um comportamento muito bonito no decorrer deste ano. Que não estraguemos aquilo de bom que construí-

mos ao longo do ano. Vamos votar contrário a esse projeto, porque é votar a favor do povo do Paraná.

Votar a favor desse projeto, é votar contra o povo do Paraná.

Espero que V. Exas. não votem contra o povo do Paraná.

O SR. DURVAL AMARAL (Para Encaminhar)

Senhor presidente e senhores deputados. Ouvi atentamente o pronunciamento do deputado Orlando Pessuti, que não me concedeu um aparte de tão empolgado que ele estava. Fico pensando como é bom ter memória; e o deputado Orlando Pessuti efetivamente tem memória, quando colocava com muita propriedade que naquela oportunidade a Oposição agia com extrema competência e conseguiu impedir naquele momento o aumento da alíquota do ICMS proposto quando o deputado Pessuti era o líder. A Oposição impediu, efetivamente, a votação naquele momento. O que se buscava? Buscava um aumento da alíquota de mais 1%, de 18% no ICMS, que aliás, não era novidade. É exatamente o que praticava o vizinho Estado de São Paulo, 1% a mais do que praticava o Estado do Paraná, 18%. Mas se não logrou êxito naquele momento a Oposição, em outro momento a Situação foi extremamente competente, porque a carga tributária de ICMS no Paraná em telecomunicações, em gasolina, em energia elétrica, nas bebidas alcoólicas, no cigarro, efetivamente, a Situação logrou êxito, passou de 17% para 25% em uma tacada fenomenal, reforçando os cofres públicos do Estado do Paraná.

Aliás, fico sempre a me perguntar, como é bela a política, senhor presidente, quanto oportunismo existe no discurso político, muitos até com coerência, outros por mero oportunismo!

Por exemplo, vejo aqui, deputado Valdir Rossoni ao longo do ano, todos os dias a Oposição ocupar a tribuna e fazer discurso de que o assalariado não tem aumento, que o assalariado não tem reajuste salarial há 7 anos, que esse governo tem reprimido a todo momento os servidores públicos do Estado do Paraná, e me pergunto, tínhamos em dezembro de 94 uma carga de pagamento de salários de 115.000.000; hoje temos uma carga de pagamento salarial de 270.000.000.

Qualquer servidor público do Estado do Paraná que anteriormente, até em outros governos vivia a mostrar o seu olerite, o seu contracheque, não faz isso com a preocupação de ser indagado de quanto era o seu olerite no dia 31 de dezembro de 94, comparado com o que recebe hoje.

Todos nós sabemos da Lei de Responsabilidade Fiscal que determina que aumentos só podem ser prestados aos servidores públicos na proporção exata que não ultrapasse os 48% da receita corrente líquida. Então, que situação é essa? A oposição fala: - "Tem que se dar aumento salarial." E a Oposição proíbe que se aumente a receita corrente líquida! Olha que situação contraditória"! Que oportunismo deslavado! Realmente eu fico a

me questionar, até onde vai o bom senso? E eu fico me questionando, mais ainda, quando vejo que, entre as modalidades praticadas no Brasil, a carga tributária, reduzida que temos, aprovada por unanimidade aqui, por proposta do deputado Hermas Brandão, a carga tributária é reduzida na cesta básica, a carga tributária que zera a alíquota sobre a carne bovina, sobre as aves, sobre os suínos que faz com que o Estado do Paraná seja um dos Estados mais competitivos, a partir da Lei Brandão com a agroindústria e aí a Oposição vem e faz o seu discurso melancólico, me perdoem, sem dados e sem fundamentos!

Por exemplo, que me responda a Oposição.

Qual foi a renúncia fiscal do Estado do Paraná em alguns setores, por exemplo, no gado, nas aves e nos pescados? Chutem quantos milhões quiserem, como estão chutando os 250 ou 300 milhões, mas eu vou lhes dizer que só aí o Estado abriu mão de receitas para a agroindústria do Estado do Paraná no valor de 28.964.000, porque eu falo com dados concretos e não com sofismas. Na farinha de trigo, o Estado renunciou R\$11.620.000,00, nos laticínios, que o deputado Orlando Pessuti preside agora uma CPI, o Estado abriu mão de R\$17.150.000,00, num total, só este ano de R\$57.000.000, e olhem, buscando a memória, brilhantemente colocada aqui, porque se não foi competente a Situação, naquele momento, para aumentar a alíquota de 17 para 18, foi extremamente competente, liderado por V. Exa., deputado Pessuti, para, no ano de 1992, aumentar a alíquota de 17 para 25% na telefonia, nas telecomunicações, na bebida e nos cigarros. E naquele ano, eu não tenho aqui as notas taquigráficas, mas a sua competência e dos seus liderados, fez com que esta alíquota fosse aumentada, e não foi 1%, como está propondo este Governo, ou 2%, aí a Oposição me vem agora dizendo que é de R\$250.000.000!

Respondam-me então, quanto é que representa o aumento da carga tributária, sobre bebidas alcoólicas? Responda-me quanto representa, no decorrer do ano, sobre cigarros? Digam-me agora, o que representa sobre a gasolina? Digam-me em números, digam-me em fatos concretos, inquestionáveis, porque aí então nós poderemos ter até uma discussão um pouco mais racional!

E vejam só, as alíquotas, por exemplo, de óleo diesel, que esta Bancada que dá sustentação política no Governo, não aceitou que fosse elevado de 12 para 13%, não haveria mal, inclusive porque a maioria dos Estados da Federação, preside, cobra a alíquota de 17%, 18% no óleo diesel!

Se eu perguntasse agora para o deputado Pessuti, quais são os Estados da Federação que cobram a alíquota de 18% sobre o óleo diesel, ele não saberia me responder. Se eu perguntasse, agora, quais os Estados da Federação que cobram alíquota de 30%, também não saberia me responder. Se eu perguntasse quais os Estados que cobram alíquota de 28%, também não saberia responder. Mas, com toda certeza, tem o verbo ferino para atentar transformar uma medida que poderá aumentar a receita corrente líquida do Estado do Paraná, poderá trazer bene-

fícios ao Estado do Paraná e aos servidores, aí tem discurso.

Aliás, a mesma Oposição que dizia que o Governo do Estado não conseguiria pagar a folha de pagamento do mês de abril deste, porque o Estado estava quebrado. A mesma Oposição que dizia que o Estado do Paraná, nobres deputados, não conseguiria pagar a folha de pagamento do mês de junho, a mesma Oposição que dizia que o Estado do Paraná queria privatizar a Copel porque estava quebrado, e se não vendesse a Copel, não conseguiria pagar os salários de novembro, dezembro e o 13º salário!

E, de repente, o discurso foi-se esvaziando. De repente a privatização da Copel não ocorreu. O Estado pagou outubro, pagou novembro, já temos 13º em caixa para pagar. A Oposição, daqui a pouco, vai dizer o seguinte: “não! Pagou o 13º porque tirou o dinheiro da Secretaria dos Transportes, tirou o dinheiro da Secretaria da Agricultura, tirou o dinheiro da Secretaria da Educação”. E o dinheiro é de quem, se não é do Tesouro? Se não é do regime único de caixa? E isto é o quê?

A mesma Oposição que dizia que o Estado estava quebrado e que devia todos os convênios para os fornecedores, me diga um empresário, nobre deputado Orlando Pessuti, me diga um empreiteiro, neste Estado, que está com o pagamento atrasado? Porque o secretário Ingo Hübert pagou, ao longo de 2001, 500 milhões de reais! A comunicação está em dia, os empreiteiros estão em dia, os servidores públicos estão em dia, a sociedade paranaense vê a fantástica recuperação atestada pela Secretaria do Tesouro Nacional, de que o Paraná é um dos poucos Estados deste País que cumpriu o ajuste fiscal.

O Sr. Orlando Pessuti

Quer que fale o nome de quem para receber ou não? Tem município que tem convênio de calcário para receber, de 97, de 98. Tem município que tem convênio de pedra irregular.

Ontem ainda falei com o secretário Nelson Justus para que ele agilizasse o pagamento lá de Nova Tebas, trinta e quatro mil reais de calçamento atrasado, o empreiteiro que está executando a obra de Ariranha do Ivaí, num trabalho do deputado Miltinho Pupio, se não me falha a memória, é até filho do ex-presidente da Assembleia Legislativa, Wilson Figueiredo Fortes, me parece que tem mais de 50 mil reais para receber.

O SR. DURVAL AMARAL

Perfeitamente.

Eu posso dizer o seguinte: só tem duas hipóteses: ou o prefeito e o município não têm certidão negativa e está irregular perante o Tribunal de Contas ou o empreiteiro que está fazendo a obra tem irregularidade na execução da obra. Só estas duas hipóteses. Ou contrato vencido, que pode acontecer. Ou então uma terceira, para sugerir ao prefeito de Nova Tebas que quem sabe ele procurando o deputado Miltinho Pupio consiga resolver seu

problema, se ele estiver com suas certidões em dia. Talvez seja um problema do deputado.

Então, meus companheiros, meus nobres deputados, eu fico com muita tranqüilidade, porque o que poderia trazer um impacto maior, que era a questão do óleo diesel, que o governo propunha um aumento de 12% para 13%, este risco não se corre mais, porque na nossa emenda substitutiva, está excluído.

Um impacto que poderia ocorrer com o aumento da alíquota da eletrificação rural - deputado Augustinho Zucchi já lhe concedo aparte - este risco não se corre mais. Claro que alguns setores deste País, alguns megaempresários deste País tentaram ontem, durante todo o dia, fazendo até lobby, evitar o aumento da carga tributária porque eles sabem, quando se fala em cigarros, se fala em gasolina, existem interesses muito fortes que estão sendo contraditados, existem megaempresários que têm interesse que não aumente esta carga tributária por que eles sabem que vai ter o seu lucro diminuído.

Eu espero que nenhum de nós parlamentares, nem da Situação, nem da Oposição, vamos sacrificar os interesses dos servidores públicos do Estado do Paraná, contra os interesses da sociedade do Estado do Paraná, em benefício, em detrimento de alguns megaempresários que no dia de ontem andaram conversando com vários deputados desta Casa.

Lobby de fato, defendido por alguns aqui nesta Casa.

O Sr. Augustinho Zucchi

Deputado Durval Amaral, tenho prazer sempre de ouvir V. Exa. É um prazer, parlamentar preparado tem conhecimento de causa e não é só deste governo como deputado estadual, ou como secretário, V. Exa. atua numa área que não é de fácil entendimento para todos, mas quem sabe, para corroborar com o discurso de V. Exa. o doutor Ingo Hübner há poucos dias atrás deu uma entrevista na imprensa, quero que o senhor me corrija se eu estiver errado, estava tudo atrasado, todas as obras praticamente atrasadas e realmente neste último ano o secretário Ingo colocou muito do que estava atrasado, em ordem.

Disse ele que ainda faltava pagar, não em dados concretos, mas aproximadamente, palavras dele, cerca de 50 milhões de reais.

Eu só gostaria de colocar realmente, eu ouvi, V. Exa. dizendo que não tem nenhum empreiteiro, realmente eu acho que houve um progresso no pagamento das obras atrasadas e o secretário falou que tem cerca de 50 milhões para pagar.

Muito obrigado.

O SR. DURVAL AMARAL

Em novembro faltava, porque, neste mês de dezembro, ele acabou de pagar esses 50 milhões e só para dar mais um adendo ao desespero daqueles que ficarão só com o discurso porque a ação concreta do governo foi

feita de sobra, o governo do Paraná conseguiu graças à genialidade financeira do Estado do Paraná, ter hoje na Parana Previdência, não resolve o problema da Parana Previdência, mas praticamente dois milhões depositados na Parana Previdência.

Nós íamos resolver o problema da Parana Previdência, com toda a certeza, com a privatização da Copel. Não foi possível, carta virada, mas não tem problema.

Eu acho que seria interessante até para os deputados da Oposição, se eles quiserem, quem sabe, uma sugestão que dou, apresentar uma emenda nesta mensagem que terei muito prazer em receber a emenda, propondo aumento de 1% de 2% na alíquota perdure somente até 31 de dezembro de 2002.

Quem sabe seria bem conveniente, não é deputado Orlando Pessuti, deputado José Maria, como a CPMF, prazo certo para começar, prazo certo para terminar. Só até 31 de dezembro de 2002.

Nós podemos apreciar muito uma emenda desta natureza.

Fica aí para a Oposição, esta incumbência.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Deputado José Maria.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Primeiro, eu gostaria de tomar um tempo para cumprimentar a Casa pelo ano que se passou, um ano de muita discussão, discussões acirradas, discussões que estremeceram, por um momento, alguns parlamentares, mas que sem dúvida, hoje, neste encerramento, prevalece a concórdia, prevalece o sentimento mais próximo do natalino, do que aqueles sentimentos que vivemos, por momentos, há meses atrás.

A Casa cresceu, com certeza, ficou muito mais amadurecida em função deste relacionamento que tivemos.

Senhor presidente, ontem quando nós argumentávamos em plenário no colóquio pessoal com alguns parlamentares, um dos nossos companheiros disse: "qual é a preocupação da Oposição tanto com a Situação?" Por que é que a Oposição está tão preocupada com a nossa situação, que pode ser piorada com a votação deste projeto?

Acho e entendo que é com a discussão, com a disposição de falarmos que vamos encontrar a solução. Nós não queremos que se vote sobre o signo do equívoco. Porque o exercício de lógica que fez o deputado Ribas Carli, um deputado experimentado, competente. Mas lá um aumento nominal e absoluto. O aumento absoluto é aquele que estamos imprimindo na carga tributária. Não tenha dúvidas, o aumento da carga tributária, daquilo que lá na frente vai sobrecarregar o contribuinte, o comerciante que vai recolher. O cofre do Estado será muito maior que 1% apregoado pelo governo.

Aqui deputado Durval Amaral falou da riqueza do discurso. Que às vezes faltam dados, mas, há o sofisma. Para exprimir os cálculos e o raciocínio aqui esposado pelo deputado Durval Amaral, teríamos que chamar Malba Tahan. Aquela estorinha que aprendemos dos 3 camelos e dos três irmãos. Ele dividia 36 por 33 sobrava três tendo só 33. Assim está fazendo o governo com relação ao ICMS.

A discussão não é para poder tirar da carga da Base de Situação o peso e a responsabilidade pelo voto que aqui vai ser dado, para que possamos votar com a consciência. Não tenho nenhuma dificuldade em, lá fora, explicar os responsáveis pela carga tributária. Só que não gostaria, enquanto companheiro de parlamento, que fossem enganados aqui, como foram enganados do Estado quebrado, que o deputado Durval Amaral acabou de sentenciar que não estava. Tentaram vender a Copel por outras razões, não porque o Estado estava quebrado.

O deputado Durval Amaral está dizendo que o Estado foi saneado. Então, por que, deputado Durval Amaral, foi com tanta ânsia para vender a Copel? Por que tanta determinação! A justificativa do Alcení Guerra, do Miguel Salomão era que o Estado estava quebrado, não tinha condições de caminhar se não vendesse a Copel! Por que motivo V. Exas. foram enganados? Ou estão enganando junto com o governo, a sociedade paranaense?

É a pergunta que faço e fazem aqueles que têm um pouco de raciocínio. Ou estão querendo apagar, da condição de fiscalização da Copel, do futuro, as mutretas que foram estabelecidas neste governo.

Esta é a questão. Aumento dos servidores. Tem um trabalho produzido pela assessoria do deputado Neivo Beraldin. Ele traz, com todos os dados, e para cima do contribuinte indefeso, quando não tem quem o ampare dentro desta Casa, mais impostos, mais tributação. Onde o governo tem onde buscar esses recursos? O deputado Neivo Beraldin mostrou um gráfico e faço uso dele aqui: em 1996, o Governo tinha um bilhão trezentos e quarenta de dívida ativa para apresentar um saldo de três quatrocentos e cinquenta em 2000.

Por quê um aumento 435% na dívida ativa e o Governo não foi receber?

Se ele tem necessidade de caixa por que prorrogou por mais cinco anos o direito que ele tinha ao ICMS das empresas montadoras? Por quê?

Com todo estímulo, com todo incentivo?

Essas são as perguntas que fazemos. Essas são as indagações, deputado Durval Amaral, deputado Ribas Carli.

O sofisma, deputado Durval Amaral, foi V. Exa. que usou naquela tribuna, porque, se tem recurso, o que será que aconteceu nesses últimos anos? O que foi feito da Receita do Estado, se com um ano e pouco da administração Ingo, que V. Exa. está a dizer, saneou as finanças que estavam quebradas no Estado? O que foi feito da arrecadação dos últimos seis anos?

O que foi feito da privatização de dois bilhões de reais da Copel? O que foi feito de duzentos e quarenta e oito milhões de reais da Sanepar?

São essas perguntas. Nós estamos esperando respostas.

Se hoje, o Estado do Paraná se apresenta com receita capaz e competente para honrar os seus compromissos, muito bem! Agora, se nós da Oposição não trazemos dados aqui deputado Durval Amaral, é porque o seu governo tinha que trazer na mensagem as justificativas do porquê da elevação e tinha que trazer na justificativa a informação do porquê precisava desses aumentos. Aí, sim, seria transparente, aí, sim, com certeza, estaríamos produzindo uma consciência da necessidade do aumento, não só a esta Casa, mas à sociedade, para que ela pudesse assumir e receber mais dessa carga tributária.

Fala-se que estamos tributando setores que não vão ter influência. Mas, como não tem influência na economia, deputado Marcos Isfer?

Transmissão de dados. Como não tem influência na economia um setor que cresce, se avoluma e se transforma como um dos setores mais competentes para geração de tributos, ampliação e movimentação da economia?

Ora, estamos tributando em 2% a mais, que significa 8% de taxaçaõ, deputado Ribas Carli, lá no final, porque é muito simples, se aumentando de 17 para 18, tenho um valor, um aumento nominal de 1% de acréscimo na alíquota, no percentual.

Agora, aquele reflexo traz, simplesmente, 7,7 na carga final, porque é só dividir, é muito claro, porque não estou vendo neste caso, no imposto que vai ser aumentado, mas sobre a base que vai ser aumentada do imposto.

O Sr. Marcos Isfer

Se o aumento fosse de 17% para 34%, de quanto seria o aumento?

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

O deputado Marcos Isfer faz um exemplo claro, um exemplo primário.

Se tivéssemos uma alíquota de 17 e a ampliássemos para 34, íamos aumentar só 17%. Só que, no entanto, estaríamos aumentando em 100%. Este é o cálculo matemático que vamos fazer, isto no nominal, porque no absoluto estaríamos mais que quintuplicando a taxaçaõ de ICMS do contribuinte.

O Sr. Marcos Isfer

Concede-me um aparte, deputado?

(Assentimento)

Agradeço o aparte que V. Exa. me concede, deputado José Maria. E quando se fala em sofisma, fico aqui pensando que a Base de Sustentação do Governo me parece aproximadamente a mesma do Governo Federal, que diz que está com a sua economia estabilizada, que não temos mais inflação, que a produtividade brasileira

hoje, pode ser medida em qualidade pelas empresas, em torno de um, dois por cento.

Então, quando se fala aqui e mesmo que fosse 1% para o contribuinte, o que é 1% para o contribuinte?

Afinal de contas, ele tem tido aumentos ao longo de sua vida, nos últimos 7, 8 10 anos, ele tem tido aumentos muitos generosos, de 50% no seu salário!

Talvez seja isso! Eu não sei em que país vivem, não sei com que números eles trabalham, para falarem em sofisma.

Mesmo que fosse 1%, deputado José Maria, o senhor imagine, o que significa isto! Para cada um dos cidadãos da sociedade, mas o que é pior, deputado, é que não é.

Esse preço chegará ao final, ao contribuinte muito maior, de uma forma muito pior.

Agora, esquecem a mesma política sob a qual, sob a égide, que eu acho que vários deputados, inclusive eu, ajudamos a eleger o governador Jaime Lerner.

Que era a industrialização do Estado, a geração de emprego, o belo discurso feito ali pelo deputado Ribas Carli, falando do crescimento do emprego.

Ora, será que nós não sabemos, que toda vez que aumentamos a carga tributária, que toda vez que aumentamos o prejuízo da produção, tornamos inviável que os produtos possam ter uma boa competitividade, nós estamos gerando desemprego, nós estamos gerando uma queda industrial?

Então, me parece que sofisma é isso! É trocar o discurso no meio do caminho.

Será que um único desemprego, gerado em qualquer município paranaense, valerá o chafariz colocado na praça pública? Se valer um único desemprego no chafariz em praça pública, feito com dinheiro público, aí talvez esteja correta toda argumentação da Base Governista.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Agradeço o aparte, deputado Marcos Isfer, e concedo aparte ao deputado Fernando Ribas Carli.

O Sr. Fernando Ribas Carli

Deputado José Maria, agradeço a gentileza do aparte, e queria aqui fazer uma colocação.

Digo e reafirmo que o contribuinte paranaense, vai sentir no seu bolso, o impacto de 1%. O cálculo é verdadeiro.

E vou dar uma maneira, talvez, de tornar mais compreensível o que falei. Talvez eu não tenha sido muito claro nas minhas colocações. Vamos esquecer que nós estamos aumentando a alíquota de 17 para 18% e vamos hoje aqui votar um novo ICMS. O ICMS 2, vamos dizer assim, que terá uma alíquota de 1%. Só isto é suficiente, para explicar que o contribuinte vai sentir no seu bolso, o aumento de 1%. Se aumentar 1% no litro da gasolina, vamos supor que esteja 1,6 o litro de gasolina, se aumentar 1% nós vamos ter, 0,016, somados a 1,6, vamos ter menos de 1,7.

Essa que é a verdade. Muito fácil de se calcular. O impacto no bolso de cada paranaense será de 1%. Os números mostrados pelos senhores, tentam desvirtuar esse número. Mas é a proposição que faço. Façam o cálculo! Se instituímos um novo imposto hoje, de 1% quanto que o paranaense sentirá no bolso?

É muito fácil compreender.

E quanto as colocações do nobre ilustre deputado, me permita o senhor no aparte que me concede, deputado Marcos Isfer, queria lhe dizer que quando nós estamos aumentando a alíquota, nós estamos também equiparando o Paraná, com o Estado mais industrializado, um Estado que mais produz e que mais vende para todo o Brasil, que é São Paulo.

E quanto ao crescimento das exportações, ilustre deputado Marcos Isfer, eu queria lembrá-lo que existe a Lei Kandir, todos os produtos exportados estão isentos de ICMS, baseados na Lei Kandir que é uma lei federal, que isenta de tributação de ICMS os produtos exportados.

Então, nós não vamos perder competitividade no mercado externo.

Muito obrigado pelo parte que me concedeu, nobre deputado José Maria Ferreira.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Eu que agradeço pela sua participação no meu pronunciamento.

Com a palavra o deputado Hermes Fonseca!

O Sr. Hermes Fonseca

Deputado José Maria, nós precisamos analisar o efeito inverso que provoca um aumento de tributação.

Tem um exemplo recente do Estado do Pará em que foi proposto aumento da alíquota do ICMS sobre cigarros e com esse aumento, aumentou a ilegalidade. Três meses depois o governador pediu para reverter toda essa questão, por quê? Porque com a alíquota mais baixa, o que acontece? Ninguém quer correr o risco de usar o contrabando, de comprar no contrabando. Então, a alíquota sobre o cigarro, hoje, lá no Pará é de 17%.

Tem mais, o discurso do deputado Ribas Carli, ele está insistindo, é uma questão de lógica matemática. Acho que nós temos que chamar aqui um especialista para convencê-lo de que o argumento dele é um sofisma muito grande. O impacto desse aumento da tributação no bolso do consumidor é muito maior do que 1%. Não podemos ficar com esse “discursinho” que tenta, como se fosse realmente diminuir 36 de 37! Não o impacto é maior, porque o aumento é percentual. É uma lógica matemática que nós não precisamos discutir.

E tem mais, se esse Governo tivesse saneado as finanças públicas, realmente tivessem em equilíbrio as finanças, não precisaria aumentar, propor no final dessa Legislatura, no apagar das luzes do período legislativo, propor um projeto dessa natureza que vai atingir o bolso do consumidor paranaense, o bolso da sociedade paranaense.

Muito obrigado!

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Agradeço o aparte e concedo um aparte ao deputado Nelson Tureck.

O Sr. Nelson Tureck

Obrigado pelo aparte, deputado José Maria. Mas, ouvindo os índices de 1% que vai para 3, que vai para 4, vai para 8 eu quero dizer o seguinte: acabei ficando meio confuso, porque faz trinta anos que eu tenho escritório de contabilidade e mexer com ativo, com passivo, com ativo que são os direitos, com passivos que são as obrigações, fiz um cálculo aqui com um contabilista dentro de um escritório de contabilidade comparando o empresário que coloca o custo na sua produção quando a sua mercadoria, vamos dizer o exemplo das bebidas, e o empresário que adquire essa mercadoria.

Por exemplo, vamos supor que o empresários têm um custo e R\$100,00 nas suas mercadorias. Na hora de ele emitir a nota 17%, vamos fazer antes, R\$100,00 vezes 17% dá R\$17,00. Então, ele vai emitir uma nota no valor de R\$100,00, R\$17,00 ele vai pagar e vai se creditando para quem essa mercadoria, porque aí o estabelecimento vai ter um lucro em cima dessa mercadoria, porque ele não pode comprar por R\$100,00 e vender por R\$100,00; ele vai jogar o lucro, que seja 20%, que seja 30% ou que seja 50%. Vamos colocar 30%. Então, essa mercadoria será vendida por R\$130,00 vezes 17%, nós vamos ter o valor decido do ICMS pelo empresário de 22,10% e o crédito que ele tem da empresa que vendeu para ele, onde foi fabricada a bebida, de R\$417,00. Aí, nós tiramos R\$22,00 que ele tem que pagar, mas com um crédito de 17, ele vai pagar de ICMS R\$5,10. Veja bem, isso no 17%. Então, R\$5,10.

Agora com 1% de aumento, o mesmo empresário R\$100,00 novamente a 18%, ele vai pagar R\$18,00 e a empresa vai ter um crédito de R\$18,00 na sua conta de ICMS e ele vai vender esse produto por R\$130,00. R\$130,00 vezes 18% vai dar R\$23,40 é o débito na conta gráfica do ICMS. Com o crédito de 18%, ele vai pagar R\$5,40, diminuindo, agora vamos fazer a diferença: R\$5,10 que ele pagaria antes para R\$5,40 agora não dá 1% na conta gráfica do ICMS para o empresário que vai pagar. Então, isso é uma conta gráfica do ICMS que nós fazemos no escritório de contabilidade. Então, na verdade, de R\$5,40 para R\$5,10 ele está pagando apenas R\$0,30 e deveria pagar praticamente 5.4. Então, não dá. Na conta gráfica, ele não vai pagar 1%; está pagando até menos.

Por isso só queria fazer esse esclarecimento, porque como contabilista, você tem que seguir os números. E em um balanço geral, você pode errar por um centavo, porque as contas são obrigadas a bater. E eu fiz esse comparativo.

Então, eu só queria deixar registrado que, na verdade, na hora, no final, nas confrontações do crédito, do

débito como crédito, não chegaremos a essa empresa, neste valor, não chega para 1% porque só deu 30 centavos.

Era isso que eu queria deixar registrado. Sem querer dizer, mas é aquilo que entendemos como contabilidade. Então, não tem que fugir disso aqui, é onde fazemos a comparação do débito e o crédito, do custo de uma empresa, até o produto final sendo vendido em um supermercado, um armazém, ou em uma lanchonete.

Eu só queria dizer, deputado José Maria, porque eu estava ficando louco aqui já, vai para tanto, não sei, então fiz a conta.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Eu agradeço o vosso aparte.

Vossa Excelência como técnico, me oferece a oportunidade e a seriedade dos seus cálculos para fazer um outro questionamento: V. EXa. colocou de 17, o crédito, para 18%, e de 18% vezes a margem de reputação de 128 para 130, que foi o valor da venda. V. Exa. achou um acréscimo de 30 centavos. Só que nesses 30 centavos, senhoras e senhores deputados, aí é que está justamente a razão do cálculo. Você não tem que calcular em razão da base dos 18%, mas você tem que calcular para achar o aumento em relação aos 18% para os 23, dá cinco e pouco de diferença, se não me falha a memória.

O Sr. Nelson Tureck

É, dezoito para vinte e três, deu cinco e quarenta.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Cinco e quarenta. E os trinta centavos de aumento tem que tirar sobre a base de cinco e quarenta, porque é sobre o que você está pagando. V. Exa. faz o cálculo e vai encontrar que não é 1%, não, é só fazer o cálculo aí.

Esses dados são matemáticos, é como a questão dos camelos: se cuidarmos de fazer as frações, nós pegamos 33 camelos e distribuímos por 36, e ficaremos com um ainda.

Esse cálculo é matemático, é só fazer aí o cálculo, que V. Exa. vai encontrar dos cinco para os trinta centavos, a carga tributária é enorme e nós precisamos ficar atentos!

Não estou aqui tentando convencer ninguém, deputado, e sei que V. Exa. tem, há trinta anos, um escritório em Lousiana, por sinal um escritório bem montado, competentemente executado por V. Exa., mas eu gostaria de dizer aqui, inclusive ao deputado Ribas Carli, em um aparte que fez em referência o Marcos Isfer, deputado Ribas Carli, com quem eu tenho sempre um bom relacionamento, diz o seguinte: o Estado mais industrializado do país, São Paulo, hoje com 31% do PIB Nacional, já teve mais, teve 53%, evidentemente tem perdido espaço para a Bahia, Rio de Janeiro, Minas Gerais, para o Paraná, não tenha dúvidas, e outros Estados, especialmente o Mato Grosso e o Mato Grosso do Sul.

Agora, o que temos aqui, deputado, a equiparação, tentar equiparar a quem tem uma capacidade na sua economia de competitividade muito maior do que a nossa, é simplesmente equiparar para poder perder o diferencial de competitividade. Quando falamos em equiparar com São Paulo e com os Estados mais industrializados da Nação, estamos perdendo justamente o diferencial de competitividade.

Então, nem esse argumento serve, porque o Paraná, que podia estar se valendo deste diferencial de competitividade, está perdendo e igualando aos demais Estados! E aí, então, nós perdemos, inclusive estamos entregando a oportunidade neste aspecto de competir com vantagens em relação aos outros Estados.

Volto à situação porque é fundamental. O discurso tem riquezas, mas a maior riqueza que um discurso pode trazer é a elucidação da verdade. Discurso que não busca elucidar a verdade, que não busca iluminar caminhos, evidentemente se transforma em sofisma. A nossa disposição é justamente de mostrar que a carga tributária, não taxa nominal, a carga tributária que estamos lançando sobre a sociedade paranaense é muito maior do que aquela que o Governo está a declarar, é muito maior do que aquela que o líder do Governo defendeu daquela tribuna!

Ora, não tem nenhum ensaio! V. Exas. talvez votem favorável a este projeto, conhecem algum ensaio matemático de como isto vai refletir na economia? Quais são os cálculos, quais são os desdobramentos? Só a equiparação com São Paulo?

Ora, nós estamos aqui, com uma decisão nossa impondo que outros cumpram, não estamos impondo a nós; estamos impondo a outros que cumpram e sem nenhum ensaio, sem nenhum levantamento, um projeto que aportou na Casa há poucos dias e que não tinha a distribuição, não discutiu!

Então é nesta questão que a minha presença na tribuna busca fazer, é de trazer à discussão para o aumento da carga e para a responsabilidade. Não estou, confesso a V. Exas. imbuído de convencimento de ninguém, apenas da informação que precisa ser clara e elucidadora.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Encerrada a discussão, passamos à votação.

O SR. NEREU MOURA

Para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Nós temos um requerimento recebido do deputado Durval Amaral que requer o encerramento do encaminhamento para a votação ao Projeto de Lei nº 661/2001.

O SR. NEREU MOURA

É o projeto do ICMS?

(**Afirmativa do presidente**)

Senhor presidente, o Regimento Interno é claro em relação a isto. Ele garante ao deputado o direito de se manifestar em relação às matérias ou encaminhamento ou na discussão da matéria.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Deputado Nereu Moura, o artigo 157 do Regimento Interno, no inciso 2º, diz o seguinte: - na segunda discussão quando já tenham falado três oradores, pelo menos, sobre o assunto cuja discussão se pretende encerrar...

O SR. NEREU MOURA

Perfeito, mas estou pedindo para encaminhar.

Eu não estou pedindo para discutir. Estou pedindo para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Para encaminhar o requerimento, V. Exa. pode, sim.

O SR. NEREU MOURA

Não, eu não quero encaminhar o requerimento.

Eu quero encaminhar a votação. Não quero discutir a matéria. Quero encaminhar a votação, que é diferente.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Primeiro vamos apreciar o requerimento.

Está em votação o Requerimento nº 4379, de autoria do senhor deputado Durval Amaral, constante do expediente, solicitando o encerramento dos encaminhamentos para votação do Projeto de Lei nº 661/2001.

Aprovado.

O SR. IRINEU COLOMBO (**Pela Ordem**)

Verificação de votação, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Vai se proceder à verificação de votação em relação ao requerimento do deputado Durval Amaral.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (**Pela Ordem**)

Daria para o senhor repetir o que é o requerimento? Não ler, mas qual a intenção do requerimento?

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Peço ao senhor 1º secretário que faça a leitura na íntegra.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Valdir Rossoni**)

Requer o encerramento dos encaminhamentos de votação ao Projeto de Lei nº 661/2001.

Senhor presidente, o deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário o encerramento dos encaminhamentos para votação do Projeto de Lei nº 661, mensagem governamental, aplicando-se para este fim o encerramento dos encaminhamentos...

(**Continua a leitura**)

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Para encaminhar a votação do requerimento, senhor presidente.

(**Assentimento**)

Senhor presidente, imagino que analogicamente não podemos discutir uma questão, que é facultada no Regimento Interno da defesa do encaminhamento de uma votação.

O que pede o líder do governo, deputado Durval Amaral, que se encerre, baseado no artigo 157, o encaminhamento da votação, tal como da discussão, acho que não procede. Não sei se V. Exa. tem amparo regimental, para acatar esse requerimento e colocá-lo em votação.

Acho que o encaminhamento da votação é garantido pelo Regimento.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

A presidência entende que aprovado o requerimento, estaríamos votando o projeto.

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente. Questão de Ordem.

Assentimento.

Artigo 172 - “No encaminhamento da votação será assegurada a palavra a qualquer deputado, para encaminhá-la pelo prazo de dez minutos”. Não tem como um requerimento se suplantar ao Regimento Interno, deputado Élio Rusch.

V. Exa. não pode nem acatar esse requerimento, porque ele é uma afronta ao Regimento da Casa, de forma que aos deputados é assegurada a palavra.

Não se pode cassar a palavra!

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

A presidência entende, que aprovado o requerimento, abrimos a discussão. Ela irá por dez minutos, para cada orador. Caberia a qualquer deputado, novamente requerer o encerramento da votação.

O SR. NEREU MOURA

Não caberia, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Cabe sim, Artigo 157, está claro.

Vamos proceder à verificação de votação.

Os senhores deputados que aprovam o requerimento do deputado Durval Amaral, queiram levantar-se.

O SR. NEREU MOURA

Esse requerimento do deputado Durval Amaral nós aprovamos. Não queremos mais discutir.

Queremos encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Alguém pediu verificação de votação antes.

Então, está **Aprovado** o requerimento.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Senhor presidente, aprovou o encerramento e não se pode encaminhar a votação?

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Não existe mais a discussão. O encaminhamento, abrimos as discussões para três.

Está em votação o Substitutivo Geral de Plenário.

O SR. NEREU MOURA

Para Encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Para Encaminhar a votação, V. Exa. tem 10 (dez) minutos.

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, senhores deputados.

Nós já encaminhamos a matéria no dia de ontem, apenas para deixar marcada aqui a posição no sentido da inconveniência de votar essa matéria, no apagar das luzes, do período legislativo.

O deputado Durval Amaral, usando da palavra, teceu algumas críticas em relação a aumentos da alíquota de ICMS, verificada em governos anteriores.

Se naquele período foi um erro ter concedido um aumento, erro maior é agora, porque um erro não se justifica com outro. Se naquela época cometeu-se um erro de conceder aumento na alíquota do ICMS para alguns produtos, não se justifica sob qualquer hipótese, conceder o aumento da alíquota para quase todos os produtos de forma genérica e geral, como se pretende o governo Jaime Lerner.

Eu disse ontem aqui, senhor presidente, o deputado José Maria Ferreira, o deputado Cezar Silvestri, o deputado Orlando Pessuti, já com muita propriedade e com dados abastados, e com dados fartos, colocar a nossa posição contrária ao aumento da alíquota ou da carga tributária ao povo do Paraná.

Eu quero em dados políticos. Eu disse ontem aqui que o presidente Fernando Henrique tem a Casa da Moeda que é a máquina de fabricar dinheiro, e o governador Jaime Lerner tem o bolso do povo do Paraná.

O Fernando Henrique quando quer produzir dinheiro aciona a máquina de fabricar dinheiro e o governador Jaime Lerner vai no bolso do povo do Paraná, para ter o dinheiro para tapar a incompetência do seu governo, para cobrir o buraco do seu governo, e o deputado Líder do Governo diz: “O Paraná está uma maravilha, o Estado não deve mais nada, está tudo 100%. Então, por que aumentar a alíquota do ICMS ocasionando um pesado presente ao povo do nosso Estado no final desse período legislativo?

Senhor presidente, um erro não justifica outro. Se assim fosse nós poderíamos permitir que Nero, quando

incendiou Roma cometeu um erro e que este erro fosse hoje repetido pelo governador Jaime Lerner que pudesse mandar incendiar a cidade de Curitiba ou o Estado do Paraná, incendiar de fogo, porque incendiado o Paraná já está por este governo que infelizmente a cada dia nos brinda com atitudes, atos, ações, palavras que desfavorecem o povo do Paraná.

Então, é injustificável!

Eu quero dizer aqui a esta Casa e ao povo do Paraná, que nada justifica o aumento da tributação, aumento do ICMS, aumento de qualquer coisa num período em que nós vivemos uma recessão econômica mundial, num período em que o povo brasileiro, convive com a miséria e a pobreza, num período em que as dificuldades se agigantam.

Nada justifica, senhor presidente, o aumento de impostos e do ICMS, sobretudo, matéria específica que estamos votando aqui nesta Casa.

Então, encaminho a votação, em nome do meu partido, PMDB, para que nós, deputados do PMDB, coerentes com a nossa postura, votemos inteiramente pela rejeição desta matéria, a favor do povo do Paraná, para que o povo do Paraná não receba um presente de grego, um presente malvado desse governo, que não contente com a dilapidação do patrimônio público, se envereda por esse caminho, vê aumento das dificuldades para que a nossa população possa sobreviver.

O PMDB votará contrário ao reajuste do ICMS!

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Está em votação.

Para encaminhar, deputado Ademar Traiano.

O SR. ADEMAR TRAIANO

Senhor presidente, senhores deputados.

O assunto já foi por demais discutido desde o dia de ontem. Por muito tempo diversos parlamentares acabaram colocando aqui opiniões pessoais com relação ao projeto em pauta. Por parte dos parlamentares da Oposição, estão criando uma certa dúvida com relação ao presente Projeto.

Não quero me estender, apenas para justificar mais uma vez aquilo que já com muita propriedade, o deputado Durval Amaral colocou, com números claros, concretos daquilo que realmente vai acontecer com esse projeto e dos resultados altamente benéficos que a população do Paraná com certeza terá.

Não tenham a menor dúvida de que o que se faz neste dia com a aprovação desse projeto é dar ao Estado do Paraná uma situação com certeza muito melhor daquela que já estamos vivendo no presente momento, para adequarmos ao Estado, essa nova realidade nacional, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

A esta nova realidade que com certeza nós vamos colocar em igualdade de condições. É o que já acontece no Estado de São Paulo e, acima de tudo oferecendo ao Paraná e à população paranaense uma situação invejável

em termos de economia no Estado, para fazer investimentos em áreas sociais, para melhorarmos a qualidade dos servidores paranaenses, com certeza.

É somente dessa forma que nós vamos encontrar mecanismos para melhorar as condições de todo o conjunto da estrutura econômica, social, cultural do Estado do Paraná.

Por isso, quero apenas fazer essa justificativa e dizer que realmente no passado, aqui, quando estivemos no mandato de 90 a 94, fato idêntico foi discutido amplamente nesse fórum maior que é a Casa dos paranaenses, quando o governador Requião encaminhou mensagem à Casa, e muitos dos parlamentares que aí estão defenderam de uma forma muito intransigente naquela oportunidade o aumento das alíquotas dos impostos de ICMS, dos produtos naquela época sustentado.

Portanto, se naquela época era oportuno acontecer, não há nenhuma razão para ficarmos falando contrariamente nessa oportunidade. Até porque, aquilo que se pretende é realmente algo muito pequeno em termos de o que vai acontecer na ponta.

Nós estamos apenas dando uma situação melhor de governabilidade ao Estado, em benefício do povo paranaense.

Muito obrigado, senhor presidente

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Em votação o Substitutivo.

Com a palavra, o deputado Irineu Colombo.

O SR. IRINEU COLOMBO

Senhor presidente, apenas para fazer a declaração do voto do Partido dos Trabalhadores.

Inicialmente perguntando se a Chrysler, se a Renault e as outras empresas vão começar a pagar o ICMS, o ano que vem. Seria uma boa sugestão, porque desoneraria os nossos trabalhadores rurais, os pequenos comerciantes, os pequenos atacadistas, os nossos industriais, as nossas queridas indústrias, em cada parque municipal, em cada parque industrial de cada município.

Se estas empresas de fora, de outros países, riquíssimas, com tecnologia de ponta, vêm aqui e não pagam ICMS, e o povo paranaense, a produção local, paga o ICMS, vem pagando historicamente o ICMS e a cada ano é premiado, ou com a produção de pedágio ou com aumento de tarifa da exportação, a taxa portuária, com as péssimas condições das estradas, de responsabilidade do Governo do Estado do Paraná e ainda sobre-taxação de ICMS.

É um absurdo o que se comete aqui. O governo do Paraná aumenta o ICMS para cobrir o problema de não ter vendido a Copel, porque queria usar este dinheiro para fazer gastos pré-eleitorais. Quer fazer, mais uma vez, o sacrifício dos trabalhadores e dos empresários paranaenses! Todos vão pagar esta conta, porque o governo é capaz de ter uma engenharia financeira! Primeiro, para ter substancial incremento de arrecadação. E, por outro

lado, uma rigidez nos gastos. Gasta-se neste governo como se fosse aquelas festas homéricas, gregas, as idílicas romanas, com o dinheiro público!

Nós, do PT, como de resto a Bancada da Oposição, somos contra o aumento do ICMS no Estado do Paraná! Vamos dizer em bom e claro som ao povo paranaense: a Oposição, o PT, o PMDB, o PPS, os demais partidos de Oposição, o PL, votam contra o aumento de ICMS. Os deputados têm que saber o que estão votando aqui, porque o ano que vem, no período que antecede a eleição, senhor presidente e senhores deputados, um pouquinho antes da eleição, trinta dias antes, vai ter deputado que vai participar de debate e vai dizer: “eu sou contra a carga tributária porque o Brasil já paga mais de 56 impostos, etc e tal, porque no próximo governo vamos baixar o imposto a zero, vamos aprovar inclusive este projeto do imposto único”!

Tem gente que vai dizer isto na eleição!

É agora! É agora, deputadas e deputados, é esta a hora que nós vemos a prática do discurso! O voto, tem que ser um voto responsável!

Venho aqui à tribuna, não para argumentar sobre números, muito bem colocados pelo deputado José Maria Ferreira e demais companheiros, mas venho falar do ponto de vista político. O importante no político é discursar e votar. Tem que ser coerente! Não adianta, ano que vem, os candidatos a Governo e tudo mais, falarem que vão discutir a planta tributária, que não têm razão!

Nós do PT, queremos discutir a planta tributária do Paraná, toda ela, para valorizar os empreendedores paranaenses. E vamos começar hoje, votando contra o aumento do ICMS!

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Em votação o Substitutivo.

Aprovado.

O SR. NEREU MOURA

Solicito verificação de votação.

O SR. DURVAL AMARAL

Chamada nominal, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

A Mesa defere e solicita ao senhor 1º secretário que proceda a chamada nominal dos senhores deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Valdir Rossoni**)
(**Inicia a chamada nominal**)

O SR. DURVAL AMARAL

Senhor presidente, dispense a chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Vai-se proceder à verificação de votação.

Vinte e oito (28) deputados aprovam.

Vinte e um (21) deputados rejeitam.

Está aprovado o Substitutivo, artigo por artigo.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Senhor presidente, eu gostaria de registrar os votos contrários, que são dos deputados: Irineu Colombo, Nereu Moura, Augustinho Zucchi, Eli Ghellere, Neivo Beraldin, Edson Strapasson, Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Ademir Bier, Luciana Rafagnin, Serafina Carri-lho, Renato Gaúcho, Orlando Pessuti, Cezar Silvestri, Marcos Isfer, Hermes Fonseca, Tony Garcia, Antonio Anibelli, Pastor Edson e Waldyr Pugliesi.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Devidamente registrado. Com a aprovação do substitutivo ficam prejudicadas as emendas nºs 2 e 3.

O SR. ELI GHELLERE (**Pela Ordem**)

Queria justificar o meu voto, até para que fique registrado no Anais da Assembléia, que o Partido do PDT votou contra o aumento geral de 17, para 18%. Isso equivale a 6% do aumento do ICMS. Votou contra o aumento 4% da alíquota do ICMS, e também votou contra o aumento do ICMS na energia elétrica e na telefonia, nas bebidas alcoólicas e no fumo, de 25% para 27% que equivale aproximadamente a 8%.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Está em votação a Emenda nº 4, porque o encaminhamento já foi.

O SR. NEIVO BERARDIN (**Pela Ordem**)

Sei que é matéria vencida, mas não podia deixar de fazer o registro.

Não há 28 deputados que votaram a favor.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Está vencido, deputado.

O SR. NEIVO BERARDIN

Mas é preciso fazer uma constatação.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

O secretário passou para nós e confiamos plenamente no secretário.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (**Pela Ordem**)

Gostaria de fazer um registro, que a ausência do deputado Zuk se dá por problemas de saúde.

O SR. CEZAR SILVESTRI (**Pela Ordem**)

Pelo que entendi ficou prejudicada a emenda nº 2 e nº 3, a que trata da manutenção da alíquota do ICMS, e a alíquota única de 17%.

É isso?

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Exato, estão prejudicadas.

Está em votação a emenda do Cezar Silvestri, nº 4. Os deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovada.**

O SR. WALDYR PUGLIESI
Verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)
Vai se proceder à verificação de votação. Os deputados que aprovam a emenda queiram levantar-se. 22 senhores deputados aprovam.
Os deputados que rejeitam, queiram levantar-se. 27 senhores deputados.
Está rejeitado.

O SR. NEREU MOURA
O deputado Duílio Genari votou contra.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)
Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 201/2000, de autoria do deputado Antonio Anibelli, que denomina Professora Lourdes Stefanello Lago, o imóvel que abriga a Secretaria Municipal de Educação de Palmas. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE LEI Nº 201/2000
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica denominado de Professora Lourdes Stefanello Lago, o imóvel que abriga a Secretaria Municipal de Educação do Município de Palmas, pertencente ao Estado do Paraná, conforme transcrição nº 2282, às fls. 149 do livro 3 D, do dia 11 de novembro de 1942, no Registro Geral de Imóveis da Comarca de Palmas.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Sala das Comissões, em 12.12.2001.
(aa) ALGACI TULIO - Presidente
ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 310/2000, de autoria da deputada Serafina Carrilho, que obriga as empresas revendedoras de aparelhos de telefonia celular, a divulgarem avisos de advertência quanto aos riscos à saúde advindos do uso inadequado de aparelhos celulares. **Aprovado. (Publ. no DA nº 125/2000, de 20.09.2000)**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 120/2001, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, que dispensa o município de apresentar Certidão Negativa de Débito - CND, expedida pelo Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, para a celebração de convênio com o Estado, administração direta ou indireta. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE LEI Nº 120/2001
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Para celebração de convênio com a administração direta ou indireta do Estado, não será exigida do município a apresentação da Certidão Negativa de Débito - CND, expedida pelo Instituto Nacional de Seguro Social - INSS.

Art. 2º - O disposto nesta lei não se aplica à transferência de recursos provenientes da União, quando contrário aos procedimentos por esta estabelecidos.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 12.12.2001.

(a) ALGACI TULIO - Presidente e Relator

O SR. IRINEU COLOMBO
Deputado Colombo e Luciana Rafagnin votam contra.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)
Qual item?

O SR. IRINEU COLOMBO
Item 3 - Projeto de Lei nº 120/2001.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)
Fica registrado, com voto contrário. E dos deputados Nereu Moura e Waldyr Pugliesi, também.

O SR. IRINEU COLOMBO (**Pela Ordem**)
Apenas para justificar a ausência de um membro do PT, que é o deputado Ângelo Vanhoni. Ele está participando neste momento em Recife, do Encontro Nacional do PT, convocado que foi pela direção nacional do nosso Partido para uma reunião muito importante, que continuará amanhã com a minha presença.

Por isso ele não se encontra neste momento, já era uma reunião agendada há muito tempo.

O SR. NEREU MOURA
A Bancada do PT inteira vota contra o item 3 da pauta.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Já registramos V. Exas. e o deputado Hermes também.

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 454/2001, de autoria do deputado Nelson Tureck, que cria o Programa Estadual de Arrendamento Comunitário de Propriedades Rurais e dá outras providências. **Aprovado. (Publ. no DA nº 128/2001, de 18.09.2001)**

ITEM 05

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 559/2001, de autoria do deputado Hidekazu Takayama, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Agricultores da Linha da Madrugada, com sede e foro no município de Palotina. **Aprovado. (Publ. no DA nº 159/2001, de 29.10.2001)**

ITEM 06

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 567/2001, de autoria do deputado Hidekazu Takayama, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Recreativa, Cultural e Beneficente Abraão, com sede e foro no município de Palotina. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE LEI Nº 567/2001
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Sociedade Recreativa, Cultural e Beneficente Abraão, com sede e foro no município de Palotina.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

(aa) ALGACI TULIO - Presidente
ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

ITEM 07

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 571/2001, de autoria do deputado Edson Strapasson, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Padre Jones João Tibolla, com sede e foro no município de Colombo. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE LEI Nº 571/2001
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Padre

Jones João Tibolla, com sede e foro no município de Colombo.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

(aa) ALGACI TULIO - Presidente
LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

ITEM 08

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 098/2000, de autoria do deputado Caíto Quintana, que autoriza o Poder Executivo a implantar a Faculdade de Administração e Direito na Região da CIC, nesta Capital. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CECE. SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA SUBSTITUTIVA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

ITEM 09

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 626/2001, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 056/2001, que altera a redação dos dispositivos da Lei nº 11280, de 26 de dezembro de 1995 - IPVA, conforme especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA SUBSTITUTIVA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 030/2000, de autoria do deputado Pastor Edson Praczyk, que dispõe sobre a utilização de programas abertos pelos entes de Direito Público e do Direito Privado sob controle acionário da administração pública. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CAIC. EMENDA DA CCJ.

Vamos analisar a emenda da CCJ neste turno.

O SR. IRINEU COLOMBO

Verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

22 (vinte e dois) deputados aprovam a emenda, ressalvado o projeto; 28 (vinte e oito) senhores deputados rejeitam.

Rejeitada a emenda.

Em votação o projeto.

Deputados que aprovam o projeto...

O SR. NEREU MOURA

Verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

22 (vinte e dois) deputados aprovam; 28 (vinte e oito) deputados rejeitam.

Projeto rejeitado.

ITEM 11

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 132/2000, de autoria do Poder Judiciário, que dispõe sobre as tabelas I, II, III, VII, IX e X do regimento dos atos judiciais e adota outras providências. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ.**

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do deputado Moysés Leônidas, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) Sessões. **Prejudicado.**

Ainda, sobre o referido projeto, Emenda Supressiva de Plenário, de autoria do deputado José Maria Ferreira, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

**EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO
PROJETO DE LEI Nº 132/2000**

Fica revogada a nota 10 da tabela IX do substitutivo geral ao Projeto de Lei nº 132/2000, de autoria do Poder Judiciário do Paraná.

Sala das Sessões, em 12.12.2001.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

Apoiamento:

Caíto Quintana, Serafina Carrilho, Eli Ghellere e Pastor Edson Praczyk.

O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS (Para Encaminhar)

Senhor presidente, nós temos um requerimento aí na Mesa pedindo a retirada de pauta desse projeto por 10 Sessões, e queria fazer a seguinte ponderação.

Existe uma Emenda do deputado José Maria que deve estar na Mesa e como este projeto não está convocado para a Comissão Geral, ele poderia aceitar a Emenda, conseqüentemente volta para as Comissões, e aí eu retiraria por 10 Sessões.

Caso contrário vou manter, porque a Emenda do deputado José Maria não tem condição de ser analisada agora porque não está convocado para a Comissão Geral.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem)

Senhor presidente, apenas para lembrar ao deputado Moysés Leônidas e à Mesa, esse projeto está em Regime de Urgência. Já foi retirado duas vezes, por 10 Sessões, inclusive ficou mais de dois meses retirado, de modo que, regimentalmente, não cabe o pedido de retirada.

Em segundo lugar, acho que a gente precisa definir, porque este projeto está há um ano e pouco, aqui na Casa e afinal de contas, de uma forma ou de outra ele precisa ter uma solução.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Regimentalmente ele não pode ser retirado da pauta, mas regimentalmente também, se não houver um entendimento, ele não pode ser votado hoje porque não está incluído na Comissão Geral.

O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS

Acho que se V. Exa. recebesse a Emenda e mandasse votaria logo no início do recesso, ficaria até numa condição de ser analisado de uma melhor forma.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Não tem entendimento e eu vou encaminhar à CCJ.

Não tem outro meio legal.

ITEM 12

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 536/2001, de autoria do deputado Miltinho Pupio, que declara de Utilidade Pública a APM do Colégio Estadual Rosa Delúcia Calsavara - Cambira, com sede e foro no município de Cambira. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. EMENDA DA CCJ. Aprovada a emenda.**

ITEM 13

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 572/2001, de autoria do deputado Ademar Luiz Traiano, que declara de Utilidade Pública a Escola Profissionalizante Arcanjo Miguel e Agrovila Arcanjo Rafael, com sede e foro no município de Santo Antônio do Sudoeste. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 14

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 574/2001, de autoria do deputado Elio Lino Rusch, que declara de Utilidade Pública o Centro de Tradições Gaúchas C.T.G. - Recordando os Pagos, com sede e foro no município de Corbélia. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 15

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 590/2001, de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães, que declara de Utilidade Pública a Instituição Beneficente "Casa São Luiz", com sede e foro no município de Ponta Grossa. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. Aprovada a emenda.**

ITEM 16

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 603/2001, de autoria do deputado Luiz Fernandes Litro, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Agricultores de São Camilo do município de Palotina, com sede e foro na mesma municipalidade. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 17

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 606/2001, de autoria do deputado Duílio Genari, que declara de Utilidade Pública a ABET - Associação Beneficente Esperança de Tupãssi, com sede e foro no município de Tupãssi. **COM**

**PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. EMENDA DA CCJ.
Aprovada a emenda.**

ITEM 18

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 620/2001, de autoria do deputado Duílio Genari, que declara de Utilidade Pública o Núcleo Terapêutico Nova Vida, com sede e foro na cidade de Rio Negro. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. EMENDA DA CCJ. **Aprovada a emenda.**

ITEM 19

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 637/2001, de autoria do deputado Luiz Fernandes Litro, que declara de Utilidade Pública Estadual o Provopar do município de Candói, com sede no município de Candói e foro no município de Guarapuava. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado o Substitutivo Geral, artigo por artigo.**

ITEM 20

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 638/2001, de autoria do deputado Luiz Fernandes Litro, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Moradores e Agricultores de Esquina Progresso do município de Palotina, com sede e foro no município de Palotina. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovada a emenda.**

ITEM 21

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 533/2001, de autoria do deputado Geraldo Cartário, que autoriza o Poder Executivo Estadual a conceder auxílio transporte aos integrantes das Polícias Civil e Militar, da ativa e inativa. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 23

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 514/2001, de autoria do deputado Geraldo Cartário, que autoriza o Poder Executivo Estadual a conceder isenção do ICMS na compra de motocicleta à categoria de moto - taxistas. COM PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO GERAL DE PLENÁRIO.

Sobre o referido projeto, Substitutivo de Plenário, de autoria dos senhores deputados Custódio da Silva, Nelson Garcia, Durval Amaral, Carlos Simões e Nelson Tureck, devidamente apoiado.

Também, 2 Subemendas Aditivas ao Substitutivo Geral, de nºs 02 e 03, ambas de autoria dos senhores deputados Orlando Pessuti, Augustinho Zucchi, Eli Ghellere, José Maria Ferreira e Caíto Quintana, devidamente apoiadas, nos seguintes termos:

**SUBSTITUTIVO DE PLENÁRIO DE Nº 01
AO PROJETO DE LEI Nº 514/2001**

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a conceder isenção a motos de qualquer cilindrada destinado ao efetivo emprego como "moto-taxi".

Parágrafo Único - A isenção no *caput* aplica-se às aquisições de motocicletas de fabricação nacional, adquirida de revendedor neste Estado, zero quilômetro, de unidade única para cada moto-taxista, na forma estabelecida em regulamento, que, sob pena de perda do benefício, só poderá vendê-la após 5 (cinco anos) de efetivo uso do veículo nessa atividade.

Art. 2º - Fica o Poder Executivo autorizado a conceder crédito fiscal a ser apropriado em conta gráfica, no livro próprio de Apuração do ICMS:

I - nas operações interestaduais com produtos industrializados que se utilizam da matéria-prima, trigo, classificada na posição da Nomenclatura Brasileira de Mercadorias/Sistema Harmonizado - NBM/SH - Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI - com número 10019090.

II - ao estabelecimento industrial produtor dos bens classificados nas posições 19012000 (Pré-Misturas para pães, massas e misturas para bolos) 11010010 (farinha de trigo) e 23023010 (farelo de trigo) da Nomenclatura Brasileira de Mercadorias Sistema Harmonizado-NBM/SH - Tabela de Incidência do Imposto Sobre Produtos Industrializados -TIPI em suas operações interestaduais, concedendo-se o registro de crédito diferencial no período compreendido pela vigência da Medida Liminar na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2.097-8 e a promulgação da Lei nº 13.214, de 29 de junho de 2001 e referente aos impactos gerados no ano fiscal de 2001, ou seja, de 01 de janeiro de 2001 a 01 de julho de 2001.

III - referidos créditos fiscais serão calculados conforme a regra a seguir discriminada:

a) sobre os totais mensais de débitos de ICMS referentes a operações interestaduais lançados com alíquota aplicada sobre a base de cálculo de 12% será calculado o diferencial de 5% dividindo-se o débito mensal lançado das operações interestaduais a 12% por 0,12 (zero vírgula doze) e multiplicando-se por 0,05 (zero vírgula zero cinco);

b) o valor obtido no cálculo acima será lançado na coluna de créditos de ICMS sob a rubrica "Outras Entradas", de conformidade com o disposto no item IV a seguir:

IV - os créditos diferenciais objeto desta lei serão registrados em conta gráfica no Livro de Apuração de ICMS, obedecendo ao calendário a seguir:

1. fato gerador em janeiro de 2001 - crédito diferencial com lançamento em agosto de 2002;

2. fato gerador em fevereiro de 2001 - crédito diferencial com lançamento em setembro de 2002;

3. fato gerador em março de 2001 - crédito diferencial com lançamento em outubro de 2002;
4. fato gerador em abril de 2001 - crédito diferencial com lançamento em novembro de 2002;
5. fato gerador em maio de 2001 - crédito diferencial com lançamento em dezembro de 2002;
6. fato gerador em junho de 2001 - crédito diferencial com lançamento em janeiro de 2003.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.12.2001.

(aa) CUSTÓDIO DA SILVA, NELSON GARCIA, DURVAL AMARAL, CARLOS SIMÕES, NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

Historicamente, os Estados brasileiros, inclusive o Paraná, sempre concederam benefícios para veículos quatro-rodas destinados a táxi. Não há nenhuma razão para que o benefício não seja estendido aos veículos de duas rodas (motos).

Quato ao benefício à farinha de trigo, farelo de trigo e a pré-mistura para pães, massas e misturas para bolo resta dizer que até recentemente o Estado do Paraná, nos moldes de outras unidades da federação, vinha concedendo tratamento diferenciado aos produtos da cesta básica, dentre os quais incluem-se os produtos desta lei. A reversão do tratamento até então vigente, ocorreu forte comprometimento patrimonial nas unidades empresariais do setor. O Estado do Paraná restabeleceu, em julho de 2001, por força da Lei 13214, justiça ao equiparar, a partir de então, o tratamento das empresas do setor neste Estado ao tratamento dado por outros Estados, restando, entretanto equiparar o período de janeiro a junho de 2001.

Enfatizamos que as ações objeto deste projeto de lei viabilizando o crescimento da população tríticola do Estado do Paraná, hoje estimada em 1,8 milhões de toneladas para o ano corrente, pelo incremento da demanda do setor moageiro, hoje estimada em 1,0 milhão de toneladas deste cereal, o que, conseqüentemente implicará na redução de nossa dependência das importações da Argentina.

EMENDA ADITIVA AO SUBSTITUTIVO GERAL DE PLENÁRIO, DE Nº 02

Inclua-se onde couber o seguinte artigo ao Substitutivo Geral ao Projeto de Lei nº 514/2001:

Art.... Ficam isentos de pagamento do Imposto Sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, os portadores de deficiência física, cujo número de veículos não exceda a 03 (três).

Sala das Sessões, em 13.12.2001.

(aa) ORLANDO PESSUTI, AUGUSTINHO ZUCCHI, ELI GHELLERE, JOSÉ MARIA FERREIRA, CAÍTO QUINTANA.

EMENDA ADITIVA AO SUBSTITUTIVO GERAL DE PLENÁRIO, DE Nº 03

Inclua-se onde couber o seguinte artigo ao Substitutivo Geral ao Projeto de Lei nº 514/2001:

Art.... Fica suprimido o Inciso VIII do Artigo 14 da Lei nº 11280 de 26 de dezembro de 1995.

Sala das Sessões, em 13.12.2001.

(aa) AUGUSTINHO ZUCCHI, ORLANDO PESSUTI, ELI GHELLERE, JOSÉ MARIA FERREIRA e CAÍTO QUINTANA.

De autoria do deputado Geraldo Cartário, anexados os projetos da deputada Luciana e deputado Ademir Bier.

Existem emendas de plenário, então, as emendas, já que este projeto está incluído na Comissão Geral, eu vou passar ao deputado Ribas Carli para relatar.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Senhor presidente, senhores deputados.

O Projeto de Lei 514/2001 recebeu em Plenário um substitutivo e duas subemendas aditivas ao substitutivo geral. Analisando a constitucionalidade, nosso parecer é favorável ao substitutivo e às subemendas aditivas ao substitutivo de Plenário.

É o parecer.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Em votação o parecer. **Aprovado.**

Emenda número dois, do deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Para Encaminhar**)

Da mesma forma que ontem a Liderança do Governo aprovou na lei do IVPA o artigo 3º que traz a discussão dos fundos.

Nós nos sentimos no direito de igualdade de condições, propor que, nessa lei que trata de ICMS aos moto-taxistas, possamos também colocar a discussão da isenção do IPVA aos portadores de deficiência física que não possuam mais de três veículos.

Ontem, quando o deputado Ângelo Vanhoni em justificativa de votos, esclarecia a questão dos portadores de deficiência não estarem recebendo esse benefício, que alguns parlamentares vieram conversar conosco dizendo: "foi em bloco, não tive oportunidade, se fosse feito em destaque eu até teria votado com a sua Emenda".

Então, está aí a oportunidade para que resgatemos esse benefício aos nossos portadores de deficiência, atribuindo-lhes a isenção do IPVA, desde que, evidentemente não possuam mais que três veículos.

Então, peço o voto favorável dos senhores deputados, porque é uma questão de resgatar alguma coisa que todos nós, tenho certeza, temos como compromisso em relação aos nossos irmãos portadores de deficiência, que é a isenção do IPVA, a exemplo do que já acontece com o ICMS: todo portador de deficiência ao adquirir seu veí-

culo, tem a isenção do ICMS. Nada mais justo que tenha, também, a isenção do IPVA.

É isso que estamos propondo com essa Emenda.

O SR. GERALDO CARTÁRIO (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, ontem, ao projeto do deputado Ricardo Chab, apresentei uma Emenda que versava sobre outro assunto meio semelhante e V. Exa. determinou que fosse feito um projeto específico.

Neste caso, votarei a favor do projeto se ele for criado especificamente para isentar os deficientes, mas não nessa Emenda, porque não cabe, visto que se trata de outro assunto.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Mas esse não foi o comportamento de V. Exa. ontem, com relação ao artigo 3º da Lei do IPVA, que incluía um assunto diferente naquele projeto de lei.

Nós já alertamos V. Exa., que concordou ontem.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está em votação a Emenda.

Os deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovada.**

O SR. DURVAL AMARAL

Verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Será feita a verificação de votação.

Deputados que aprovam a emenda, queiram levantar-se.

22 senhores deputados aprovam.

Os que rejeitam, queiram levantar-se.

26 senhores deputados rejeitam.

Está rejeitado.

Emenda nº 3 de Plenário - deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, só para esclarecer o Plenário.

Se trata da retirada da cobrança do IPVA de aeronaves, porque a mim parece que essas aeronaves não se utilizam das rodovias do nosso Estado e segundo também sabemos, os recursos oriundos do IPVA destinam-se justamente à manutenção da malha rodoviária do Estado do Paraná, e nada mais justo do que isentar quem não se utiliza das rodovias.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Mas é manutenção dos aeroportos, nobre deputado.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Até hoje, não foi nenhum centavo do dinheiro do IPVA para manutenção de aeroportos!

O SR. DURVAL AMARAL

Só queria perguntar ao nobre deputado Orlando Pessuti, brilhante que é: o que tem a ver rodovia com a base de cálculo do lançamento do IPVA, que é imposto sobre produtos e veículos automotores de propriedade. Tem alguma coisa a ver, deputado?

O SR. ORLANDO PESSUTI

Tem a ver! Justamente os veículos automotores que V. Exa. se refere, nem todos eles se utilizam das rodovias.

O SR. DURVAL AMARAL

O fato gerador, o senhor sabe me informar se é a propriedade?

O SR. ORLANDO PESSUTI

Não sei lhe informar.

Se V. Exa. souber, gostaria que me explicasse.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Em votação a emenda.

Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovada.**

O SR. DURVAL AMARAL

Verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Verificação de votação.

Deputados que aprovam a Emenda queiram levantar-se.

22 senhores deputados aprovam.

Os que rejeitam, queiram levantar-se.

27 senhores deputados rejeitam.

Está rejeitada a emenda.

ITEM 24

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 452/2001, de autoria do deputado Marcos Isfer, que introduz alterações na Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996, que dispõe sobre o ICMS. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. **Aprovado. (Publ. no DA nº 126/2001, de 17/09/2001)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 452/2001

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 452/2001, de autoria do deputado Marcos Isfer, altera a Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996, que dispõe sobre o ICMS, modificando a alínea "i" do inciso II do artigo 14 e o inciso IV do artigo 27, bem como acrescenta o parágrafo 9º no artigo 25.

O artigo 14, inciso II e o artigo 27, inciso IV da Lei 11.580/96 assim dispõem:

“Art. 14 - As alíquotas internas são seletivas em função da essencialidade dos produtos ou serviços, assim distribuídas:

omissis

II - alíquota de 12% (doze por cento) para as operações e prestações com os seguintes bens, mercadorias e serviços;

omissis”

“Art. 27 - É vedado, salvo determinação em contrário da legislação, o crédito relativo a mercadoria ou bem entrados no estabelecimento ou a prestação de serviços a ele feita:

IV - quando o contribuinte tenha optado pela dedução a que se refere o § 2º do artigo 26”.

O projeto pretende reduzir a alíquota do ICMS nas operações internas de fornecimento de alimentação em bares, restaurantes e estabelecimentos similares de 17% para 12%, bem como estabelecer o uso de equipamento emissor de cupom fiscal em substituição ao sistema normal de apuração, facultando ao contribuinte apurar o imposto devido mediante a aplicação de 3,2% sobre a receita bruta auferida, excluindo-se os valores correspondentes a saídas de mercadorias abrangidas pelo regime de substituição tributária.

A proposição está de acordo com as disposições constitucionais e infraconstitucionais, não havendo óbice para sua tramitação.

Pelo exposto, opino favoravelmente à sua regular tramitação.

Sala das Comissões, em 20.11.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSI - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 452/2001

P A R E C E R :

Chamada esta Comissão de Finanças a manifestar-se sobre o Projeto de Lei nº 451/2001, de autoria do deputado Marcos Isfer, o qual “introduz alterações na Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996, que dispõe sobre o ICMS”, nada há ao nosso entender que impeça sua normal tramitação junto a este Poder Legislativo.

Assim sendo, manifesta-se esta comissão com parecer favorável.

Sala das Comissões, em 05.12.2001.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente

NEIVO BERALDIN - Relator

ITEM 25

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 558/2001, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 049/2001, que autoriza o Poder Executivo a permutar por fração ideal do solo e respectiva área a ser construída nos imóveis de propriedade do Estado do Paraná, lotes localizados no bairro Centro Cívico e registrados no Registro de Imóveis da 2ª Circunscrição da Comarca de Curitiba.

ba. SEM PARECERES. (Publ. no DA nº 159/2001, de 29/10/2001)

Solicito ao deputado Durval Amaral para que relate o Projeto de Lei nº 558/2001.

O SR. DURVAL AMARAL

Senhor presidente, trata-se do item 25 da pauta, que se encontra em 1ª Discussão, Mensagem 049/2001 do Poder Executivo, Projeto de Lei nº 558/2001, que autoriza o Poder Executivo a permutar por fração ideal do solo e respectiva área a ser construída nos imóveis de propriedade do Estado do Paraná, lotes localizados no bairro Centro Cívico, e registrados no Registro de Imóveis da 2ª Circunscrição da Comarca de Curitiba.

Sobre o aspecto regimental, constitucional e legal, senhor presidente, nada obsta a apreciação pelo soberano Plenário desta Casa, razão pela qual sou de parecer favorável pela tramitação e votação.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão)

Em votação o parecer de V. Exa.

Deputados que aprovam, permaneçam como estão.

Aprovado o parecer.

Em votação o projeto. Em discussão o projeto.

Encerrada a discussão. Em votação.

Deputados que aprovam, permaneçam como estão.

Aprovado.

O SR. IRINEU COLOMBO

Queremos registrar o voto contrário da Bancada do PT, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão)

Está registrado o voto contrário das Bancadas do PT, PTB, PDT e PMDB.

ITEM 26

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 560/2001, de autoria do deputado Nelson Tureck, que autoriza a construção da Pequena Central Hidrelétrica (PCH) de Salto Natal no município de Campo Mourão. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. (Publ. no DA nº 159/2001, de 29/10/2001)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 560/2001

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 560/2001, de autoria do deputado Nelson Tureck, autoriza a construção da Pequena Central Hidrelétrica (PCH) de Salto Natal, no município de Campo Mourão.

A Lei Federal nº 9427, de 26 de dezembro de 1996, criou a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, e esta entidade tem a incumbência, conforme artigo 3º da referida lei, inciso IV, de “celebrar e gerir os

contratos de concessão ou de permissão de serviços públicos de energia elétrica, de concessão de uso de bem público, expedir as autorizações, bem como fiscalizar, diretamente ou mediante convênios com órgãos estaduais, as concessões e a prestação dos serviços de energia elétrica”.

A autorização neste caso é requisito legal.

Cabe salientar que o artigo 2º condiciona a autorização ao cumprimento das normas ambientais, as quais o autor da matéria, na justificativa, diz já terem sido cumpridas junto ao IAP.

Isto posto, emitimos nosso parecer favorável à tramitação do Projeto de Lei nº 560/2001.

Sala das Comissões, em 04.12.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 560/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Nelson Tureck, autoriza a construção da Pequena Central Hidrelétrica (PCH), de Santo Natal no município de Campo Mourão. - PR.

Constatamos já existir o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar esta Comissão de Finanças, de acordo com o que preceitua o artigo 33, parágrafo 3º do Regimento Interno desta Casa, não encontramos nenhum impedimento quanto à sua normal tramitação. No entanto sugerimos o encaminhamento da matéria para parecer da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente que irá analisar a documentação exigida pela legislação em vigor.

Sendo assim, esta Comissão opina favoravelmente ao presente plano de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05.12.2001.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

Aprovado.

O SR. DURVAL AMARAL

Verificação de votação, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Deputados que votam favoravelmente ao projeto, queiram levantar-se.

27 senhores deputados aprovam.

Os que rejeitam, queiram levantar-se.

22 senhores deputados rejeitam.

ITEM 27

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 627/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão. Extinção, transformação e criação de cargos que especifica, no Tribunal de Contas do Estado e adota outras providências. SEM

PARECERES. (Publ. no DA nº 197/2001, de 12/12/2001 - 1ª Discussão)

Solicito ao deputado Kielse Crisóstomo que relate o referido projeto sobre a constitucionalidade.

O SR. CLEITON KIELSE

Senhor presidente, senhores deputados, do ponto de vista constitucional, está de pleno acordo, dentro de todas as normas, principalmente porque está sendo feito por um deputado, em favor do Tribunal de Contas do Estado, tornando não só a transformação de 86 cargos, para 32 cargos em favor daquele Tribunal.

Por isso o nosso parecer favorável.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está em votação o parecer do deputado Kielse.

Deputados que aprovam o parecer, permaneçam como estão. **Aprovado.**

Para discutir, para encaminhar, deputado Ribas Carli.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Senhor presidente, senhora e senhores deputados.

Nós, já em outras oportunidades, temos questionado algumas ações do Tribunal de Contas.

E me permito fazer esse encaminhamento contrário a esse projeto, respeitando a sua autoria, nobre deputado Hermas Brandão.

Mas eu procurei analisar esse projeto, os documentos que chegaram em minhas mãos, inclusive uma planilha dos cargos que serão extintos e dos que serão criados.

E não constam dessa planilha os valores desses cargos. E mais, a Lei de Responsabilidade Fiscal exige que nós apreciemos o impacto que acontecerá no Orçamento, com a transformação ou a criação de novos cargos.

Tendo em vista que o Tribunal de Contas tem o seu Orçamento vinculado a esta Casa, ao Poder Legislativo, seria de bom alvitre que conhecêssemos qual é o impacto no orçamento do Poder Legislativo da transformação desses cargos.

Porque ali existem cargos de datilógrafos, ou de auxiliares que serão extintos. Em contrapartida, estão criando cargos de consultores, certamente com salários diferenciados.

Então, gostaríamos de conhecer com mais profundidade esse projeto, para que possamos realmente saber qual é o impacto financeiro que vai causar a transformação desses cargos para nós, em um futuro muito próximo, não termos os índices percentuais, que determina a Lei de Responsabilidade Fiscal, ultrapassados.

Então, o meu encaminhamento é contrário à aprovação desse projeto.

O SR. NEREU MOURA (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, para quem criou 205 cargos no Poder Judiciário, 386 cargos de delegado de Polícia,

aumentou o ICMS, criar uns “carguinhos” no Tribunal de Contas não vai aumentar nada, porque virou um festival, aliás a maior indústria que o Paraná tem foi esse final de ano, a indústria gerando emprego, que na verdade não é gerando emprego, é gerando “cabide de emprego”.

Então, criar uns “carguinhos” no Tribunal de Contas não vai afetar em nada para quem criou tantos cargos...

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Para encaminhar, deputado Irineu Colombo.

O SR. IRINEU COLOMBO

Senhor presidente, o projeto não está anexado na Ordem do Dia para tomarmos conhecimento do inteiro teor, mas mesmo assim a deputada Luciana passou-me o texto e eu tive o cuidado de ler e sobretudo a justificativa, porque é muito importante quando a Mensagem vem à Assembléia, nós observarmos a justificativa, porque ela é um procedimento formal, porque tem o seu valor: vai explicar qual é a intenção do projeto, quais são as razões que muitas vezes os artigos não revelam de pronto.

E a justificativa, senhor presidente, não é assinada por V. Exa., por óbvio, porque é um pedido daquele Tribunal, assinado pelo Conselheiro. Ele não justifica nada, não explica, ele cita a Lei de Responsabilidade Fiscal como estão fazendo atualmente, de forma absolutamente banal. Olha, é Lei de Responsabilidade Fiscal! Aí vale tudo.

Então, primeiro, a justificativa não me convenceu; segundo, não tem publicação; e terceiro aspecto, os valores não estão colocados. E aí, sim, quando se fala de Lei de Responsabilidade Fiscal, a lei fala em números. Não mais aquele negócio de ficar colocando cargos P - “não sei o que”, G - “não sei o que”. Então, os cargos têm valores. Por que não cita os valores para analisarmos? Não tem condições de analisarmos completamente, e quando se esconde valores, porque alguma coisa não anda bem e o Tribunal de Contas não tem sido um órgão absolutamente transparente por aquilo que nos desejamos.

Portanto, estou encaminhando votação contrária.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Para encaminhar, deputado Cezar Silvestri.

O SR. CEZAR SILVESTRI

Senhor presidente, eu somente quero discordar do deputado Nereu Moura, porque eu acho que um erro não justifica o outro.

Com relação à questão específica do projeto, deputado Hermas Brandão, até como presidente da Comissão de Orçamento, V. Exa. acompanhou quando o presidente do Tribunal de Contas no ano passado, e havia uma emenda do deputado da Casa sugerindo inclusive que houvesse uma redução da participação do Orçamento que é do Poder Legislativo ao Tribunal de Contas, e o presi-

dente alegava que não poderia ser reduzido em função das despesas que ele tinha com pessoal e aquelas despesas que ele já tinha assumido principalmente durante o ano de 2001.

Agora, realmente, não veio o estudo do impacto que terá sobre o Orçamento! E eu pediria aos deputados e encaminho contrariamente à aprovação desse projeto, até porque com certeza vai acontecer o seguinte: aumenta-se a folha de pagamento do Tribunal de Contas e eles vão solicitar novamente à Assembléia Legislativa para que nós reduzamos o nosso orçamento para favorecê-los. Eu sou contra esse aumento e até porque, senhor presidente, várias informações que nos passam é no seguinte sentido: que estão extinguindo cargos pequenos para que sejam criados cargos de alto valor, para favorecer inclusive pessoas ligadas aos Conselheiros.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Para encaminhar, deputado Neivo Beraldin.

O SR. NEIVO BERARDIN

Senhor presidente, esse projeto merece uma atenção especial dos senhores deputados.

Nem quero entrar no mérito do valor e a importância dos cargos, que não tenho conhecimento, mas para cumprimentar o presidente da Assembléia Legislativa Hermas Brandão que determinou de uma vez por todas, que o Tribunal de Contas não tem mais autonomia para mandar mensagem ao Poder Legislativo. Era um equívoco incrível. O presidente desta Casa, com esse projeto - que preferiu transformar em projeto de autoria do presidente da Casa, determina de uma vez por todas - está saneando um equívoco e um erro que esta Casa vinha cometendo em aceitar mensagem de um órgão auxiliar do Poder Legislativo.

Então, quero cumprimentar o presidente da Casa por essa compreensão e dar esse fim de festa no que diz ao não cumprimento da Constituição visto que podem remeter mensagem a este Poder, o Poder Judiciário, e não, por exemplo, o Tribunal de Alçada, pode oferecer mensagem a este Poder, o Poder Executivo, e não a Secretaria do Governo, era o que vinha acontecendo.

Meus cumprimentos, senhor presidente!

O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS (Para Encaminhar)

Senhor presidente, eu queria só rapidamente aproveitar para dizer, prestei bem atenção no que o deputado Nereu Moura falou, e queria deixar registrado aqui a preocupação também nessa questão da criação de cargos e dizer que fiz um apelo até naqueles projetos anteriores, de autoria do Tribunal de Justiça, que estão criando cargos para o Tribunal de Justiça e para o Tribunal de Alçada.

Na maioria das vezes nós sabemos e temos certeza que os desembargadores precisam de motoristas, as varas precisam de oficiais de Justiça, mas que viessem aqui para dividir a responsabilidade.

Então, eu quero deixar aqui consignado, registrado que não veio aqui o presidente do Tribunal de Alçada, nem o presidente do Tribunal de Justiça, nenhum desembargador, para dividir a responsabilidade com a Assembléia.

E depois, deputado Nereu, todos nós pagamos pela criação, realmente, desse excesso de cargos, embora em alguns casos saibamos todos que há necessidade.

Então, eu quero só registrar, senhor presidente.

O SR. CLEITON KIELSE (Para Encaminhar)

Senhor presidente, senhores deputados.

Já em contato na tarde de ontem com o presidente do Tribunal de Contas, que realmente faltou uma explicação a essa Assembléia, que essa extinção e transformação de alguns cargos que existem no Tribunal de Contas, simplesmente é uma adequação administrativa necessária neste momento.

Esses cargos estão à disposição de qualquer deputado, quanto à questão de valores, quanto à questão das alterações e trago até as informações que não vai haver nenhum aumento em cima do valor do custeio do Tribunal. E, em cima disso, já está previsto no orçamento de 2002 o custo desses cargos, já embutida essa transformação. Até é uma preocupação desse presidente, deputado Hermas Brandão, nessa discussão, que até indicou para relatar dessa discussão, que até indicou-me para relatar dessa forma, e dizendo que não é nenhuma alteração orçamentária do Tribunal de Contas perante o orçamento geral que existe em parceria com a Assembléia Legislativa.

Seria isso, senhor presidente.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (Pela Ordem)

Senhor presidente, só para contribuir, eu gostaria de comunicar à Casa que o Tribunal de Contas o Paraná no seu site, na Internet, traz toda uma relação de seus funcionários e seus respectivos cargos, só não traz a remuneração.

Então, estou informando à Casa, para quem não sabe, o site do Tribunal de Contas traz, hoje, o nome de todos os funcionários e seus respectivos cargos naquele Tribunal.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (Para Encaminhar)

Senhor presidente, nós temos um projeto que é discutível, ele não está preenchendo todas as formalidades para que esta Casa, possa votar com tranqüilidade.

Já houve um avanço no sentido de que a Casa faça a apresentação diante do Plenário, mas mesmo assim, como é que vamos saber quanto vai ganhar, qual o salário? Nós estamos votando o cargo sem a designação do salário!

Então, sugiro à Mesa, e posso encaminhar o requerimento em seguida, se possível e regimentalmente, que ele fosse retirado e nós votaríamos isso em uma outra

oportunidade, quando o Tribunal encaminhasse a esta Casa os valores de cada cargo que está sendo compensado, sendo feito a comutação, e nós aí teríamos a condição de avaliarmos.

Não há por que esta Casa votar sem conhecer os valores. E como se abrir os cargos para o Governo do Estado sem ter o valor de cada cargo!

Tecnicamente é inadmissível, mesmo que o deputado Kielse afirme que não amplia a despesa ou fica dentro do orçamento, mas não está cumprindo às necessidades técnicas para a aprovação deste Plenário.

Por isso, requero a V. Exa. estou encaminhando em seguida o requerimento solicitando a retirada da pauta deste projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Deputado, regimentalmente, somos impedidos de adiar novamente, a não ser que haja entendimento do Plenário.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor presidente, com todo o respeito à questão, ele não está contemplado - a Mesa não poderia recebê-lo. Desculpe-me, mas ele não tem o valor dos cargos. Votaremos algo, aqui, que não tem valor dos cargos.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Deputado, sou autor do projeto e, simplesmente, sanei uma falha legal.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Ele tem uma falha técnica, que é muito maior. Vamos estar dando um cheque em branco e não sabemos qual é o valor desse cheque e assinamos embaixo.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Vou encaminhar o requerimento de V. Exa. O Plenário é soberano para decidir.

Os deputados que aprovam o requerimento do deputado José Maria, com apoio dos deputados Renato Gaúcho, Pastor Edson Praczyk, Luciana Rafagnin e demais deputados, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 03 (três) Sessões.

Aprovado.

Verificação de votação, a pedido do deputado Durval Amaral. Os deputados que aprovam o requerimento do deputado José Maria, solicitando o adiamento da discussão desse projeto, queiram levantar-se.

Vinte e oito deputados aprovam.

Os deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

Quinze deputados.

Está **aprovado** o seu requerimento.

Fica, portanto, adiada a discussão por 03 (três) Sessões do Projeto de Lei nº 627/2001.

Volta à pauta no ano que vem.

ITEM 28

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 660/2001, de autoria do deputado Orlando Pessuti, que autoriza a construção de usina termoeétrica no município de Imbituva. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. **Aprovado. (Publ. no DA nº 180/2001, de 28.11.2001)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 660/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Orlando Pessuti, visa autorizar a construção de usina Termoeétrica no município de Imbituva.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir a sua normal tramitação.

Assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 04.12.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 660/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Orlando Pessuti, autoriza a construção de usina termoeétrica no município de Imbituva - PR.

Sobre a matéria já existe o pronunciamento favorável, da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar esta Comissão de Finanças, de acordo com o que preceitua o artigo 33, parágrafo 3º do Regimento Interno desta Casa, não encontramos nenhum impedimento quanto sua normal tramitação. No entanto, sugerimos o encaminhamento da matéria para parecer da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente que irá analisar a documentação exigida pela legislação em vigor.

Sendo assim, esta comissão opina favoravelmente ao presente plano de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05.12.2001.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 4318, de autoria dos senhores deputados Cezar Silvestri e Marcos Isfer, com apoio dos deputados Edson Strapason, José Maria Ferreira, Ademir Bier, Luciana Rafagnin e outros, constante do expediente de Sessão anterior. Rejeitado.

Verificação de votação, a pedido do deputado Durval Amaral.

O SR. DURVAL AMARAL (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, senhores deputados, essa é uma solicitação que foi feita a esta Casa já há algum tempo; discutimos bastante. É uma situação que hoje está na Justiça, e está tomando algumas atitudes, mas acho muito importante que esta Casa tenha condições de discutir, de tomar conhecimento do que efetivamente está se passando, a não ser que sejamos coniventes com determinados assuntos que estão totalmente à margem da lei, totalmente fora do princípio da moralidade, da legalidade e principalmente, da publicidade do uso do dinheiro público, por se tratar de empresa de economia mista.

Então, acredito que será muito importante que esta Casa participe efetivamente desse processo, investigando o que está acontecendo em relação a esta empresa tão já denunciada, mas tão pouco investigada.

O SR. CEZAR SILVESTRI (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, acho que apesar de estarmos discutindo esse assunto há muito tempo, ele é extremamente atual. Se olharmos hoje a manchete de vários jornais de circulação estadual, a Justiça paranaense cancela a importação de energia feita exatamente através dessa empresa Tradener, uma empresa que tem a maior "mamata" da história política, da história do Paraná, onde ela recebe 2% sobre todas as operações de comercialização de energia, tanto da venda quanto da compra de energia feita pela Copel.

A Copel tem mais de 50 anos! Nunca necessitou de uma intermediária para comercializar energia e de repente, vemos essa empresa ganhando agora nessa importação de energia, parece que era cento e poucos milhões de comissão que ganharia uma empresa que começou com 10 mil reais de capital social!

Acho que todos temos o dever, como representantes do povo que somos, independente de ser Situação, Oposição, independente de Partido político, temos o dever de pelo menos investigarmos todas essas denúncias que estão sendo feitas por diversas pessoas, sindicatos, engenheiros, ex-funcionários da Copel, e agora mais recentemente a própria Justiça está questionando as ações dessa empresa.

Peço apoio de todos os deputados. Ouvi aqui vários discursos hoje, inclusive deputados da Base do Governo questionando questões de custas, que seriam levadas, mas acho que o mínimo que podemos fazer é realmente investigar essa empresa, porque senão seremos cobrados, tenho certeza absoluta, pela sociedade paranaense!

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor presidente, só para corroborar nesta questão da solicitação dessa Comissão Especial: a Tradener, mais um dado, talvez não seja a maior maracutaia, porque vem a Cien na frente dela. Mas ela inclusive recebe comissão por energia não consumida, mas paga pela

Copel, de valor de 10 milhões, todo mês, sobre 10 milhões, ela tem 2% de comissão.

Então, é imperioso que façamos aqui um levantamento, investigação para conhecer com profundidade a situação da Copel e das suas coligadas, que hoje são uns verdadeiros drenos que o Estado do Paraná tem no setor das empresas privadas.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está em votação o requerimento. Os deputados que aprovam, permaneçam como estão.

Aprovado.

Verificação de votação, a pedido do deputado Durval Amaral.

Deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se.

Dezessete (17) deputados.

Está **rejeitado**, mas quero participar aos senhores parlamentares que a Mesa Executiva da Casa está analisando e, provavelmente, entrará no Judiciário também para conseguir alguns esclarecimentos a respeito dessa empresa.

O SR. NEIVO BERALDIN (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, acabo de receber um telefonema de Almirante Tamandaré, mais especificamente da região de Tranqueira. A senhora me disse o seguinte: “No mês de setembro foram roubados aqui, em torno de 1 milhão e meio de fios da Copel”, e, segundo ela, foram presos em flagrante três pessoas que possivelmente seriam de empresas terceirizadas; haveria o roubo e depois a Copel compraria.

Agora, se isto é verdade, precisamos ver na Delegacia de Polícia de Almirante Tamandaré, esse flagrante feito, para ver se é real essa informação. No entanto, a comunidade está muito organizada, dizendo que esse fato está acontecendo em Almirante Tamandaré. A Rede Globo trouxe isso, publicamente. Só faltava essa, sinceramente!

Solicito ao líder do Governo, que determine ao secretário da Segurança, que investigue junto à Delegacia de Almirante Tamandaré, sobre esta ocorrência, sobre esta prisão em flagrante dos ladrões de fios da Copel.

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, recebi uma ligação da Finlândia, dizendo que o Papai Noel está chegando e que vai trazer um presentinho para o deputado Neivo Beraldin! Ele acredita em Papai Noel!

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (**Pela Ordem**)

É final de ano, sim, mas acho que todo o parlamentar merece respeito nesta Casa! Acho que o deputado Durval Amaral, com todo o respeito, com toda a amizade que tenho, não deve tratar o colega assim, com este

menosprezo! O que tem acontecido, deputado Durval Amaral, inclusive na região de Londrina e V. Exa. deve ter conhecimento, é roubo de fios e equipamentos.

O SR. DURVAL AMARAL

Mas que a Copel compre, deputado José maria, não creio que o senhor também acredito nisso.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Não se o deputado chegou a dizer isso, ele disse que existe e que precisa verificar. Agora, não podemos fazer o trocadilho da brincadeira quando alguém traz uma situação com tanta veemência! Espero que tenha sido apenas um lapso de V. Exa.!

Quero cumprimentar o presidente pela intenção em entrar com iniciativa de esclarecimento junto à Justiça na questão da Tradener, e solicitaria que colocasse também sobre a Cien - Companhia de Interconexão de Energia, que esta é formada pela subsidiária Andesa e a Copel, 20% da Copel e 80% da Andesa, que nós vamos encontrar coisas muito maiores.

Gostaria de registrar como votaram os deputados com relação à criação da Comissão, votaram favoráveis os deputados Nereu Moura, Augustinho Zucchi, Cezar Silvestri, Ademir Bier, Waldyr Pugliesi, Neivo Beraldin, Serafina Carrilho, Pastor Edson, Luciana Rafagnin, Caíto Quintana, Orlando Pessuti, Anibelli, Marcos Isfer, Eli Ghellere e Irineu Colombo.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está registrado.

Requerimento nº 4321, de autoria do senhor deputado Edson Praczyk, constante do expediente de sessão anterior. **Rejeitado**.

O SR. DURVAL AMARAL

Verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

16 deputados aprovam.

25 deputados rejeitam. **Rejeitado**.

Requerimento nº 4380, de autoria do senhor deputado Hermas Brandão, constante do expediente. **Aprovado**. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 4392-A, de autoria do senhor deputado Durval Amaral, constante do expediente. **Aprovado**. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 4322, de autoria do senhor deputado Neivo Beraldin, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado**. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 4362, de autoria do senhor deputado Edno Guimarães, constante do expediente. **Aprovado**. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 4373, de autoria do senhor deputado Algaci Tulio, constante do expediente. **Aprovado**. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 4374, de autoria dos senhores deputados Hermas Brandão e Antonio Annibeli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 4375 de autoria do senhor deputado Antonio Annibeli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 4365 a 4372, 4376 a 4378 e 4381 a 4384, de autoria do senhor deputado Augustinho Zucchi, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem)

Senhor presidente, antes de V. Exa. encerrar, estou encaminhando a V. Exa. em nome da CPI Alimentos, Ofício nº 01/2001, dizendo o seguinte: Venho através do presente comunicar a V. Exa. e evidentemente a toda Casa que a Comissão funcionará de acordo com o parágrafo 3º do Artigo 36 do Regimento interno no recesso parlamentar. Outrossim solicitamos as providências necessárias funcionais e logísticas para que a mesma possa realizar os trabalhos com sucesso.

Informo ainda que a Comissão já agendou convocação de técnicos e entidades relacionadas ao setor alimentício.

Na oportunidade renovo a V.Exa. protestos de consideração e apreço.

Esta decisão foi tomada numa reunião realizada pela Comissão no dia de hoje, porque nós temos urgência e premência em concluir os trabalhos da CPI Alimentos, principalmente no que diz respeito à produção de um relatório sobre a questão do leite, já que outras Assembléias do Brasil desta forma estão fazendo.

O SR. DURVAL AMARAL (Pela Ordem)

Senhor presidente, eu quero só cumprimentar V. Exa. e toda Mesa Executiva porque esta é a última Sessão Ordinária que nós estamos realizando e efetivamente o trabalho conduzido por V. Exa. como presidente da Casa, dignifica e dá orgulho a todos nós da Casa.

Também agradecer a todos os deputados, tanto da Situação quanto de Oposição, que sempre tiveram postura, apesar de todas as questões levantadas, por mais que os temas tenham sido contraditórios, em todo momento não houve falta ao respeito de um parlamentar para com o outro.

Agradecer aos jornalistas, à imprensa que cobriu, durante todo este ano os trabalhos legislativos, e a todos os funcionários da Casa, setor de taquigrafia, a gráfica, enfim os funcionários que prestam serviços à Mesa, todos os funcionários que com muito empenho apoiaram todos os trabalhos desenvolvidos pelos parlamentares da Assembléia Legislativa.

O SR. WALDYR PUGLIESI (Pela Ordem)

Senhor presidente, também nós, da Oposição queremos dirigir algumas palavras a V. Exa. que dirigiu os trabalhos da Casa, durante este ano, à Mesa diretora e

dizer que a Assembléia Legislativa viveu momentos importantes, nesse ano. Acho que um marco na vida da Assembléia foi aqui a discussão do projeto de iniciativa popular, eu tenho ainda na minha memória o gesto de V. Exa. se retirando da Presidência e indo à praça pública para receber o projeto de iniciativa popular.

Pena que ele não teve, por parte da maioria da Assembléia, a acolhida que o povo do Paraná pretendia que ele tivesse.

Nós queremos registrar aqui, em nome da Oposição, um voto, vamos dizer assim, favorável ao trabalho de todos os funcionários da Casa. Mais uma vez registrar o trabalho fundamental e insubstituível da imprensa. Nós temos, repetidas vezes, dito o seguinte: Não há nação, na acepção da palavra, se ela não tiver uma imprensa que possa ser a repercussão daquilo que a sociedade mais anseia.

Portanto, dizer que o embate político se fez aqui, muitas vezes de maneira até veemente mas, de nossa parte nós temos um caminho a seguir, nós temos convicções e fazemos política dessa maneira, portanto, acho que o debate se verificou, não na medida que nós gostaríamos que se verificasse, porque hoje inclusive vi o deputado Belinati fazer um requerimento de informação ao deputado Pessuti, foi assim que eu vi, e, na realidade, o deputado Pessuti, nesse aparte, requerimento de informação, se portou como eu gostaria que a Assembléia se comportasse nesse momento, na minha visão.

Os requerimentos de informação que servem para dar sustentação às nossas posições, fossem aprovados pela maioria, para que essas informações viessem aqui.

Veja bem, V. Exa., agora mesmo acaba de dizer: “A Presidência vai tomar medidas no campo da Justiça em relação à Tradener”. E, um minuto antes, a bancada do Governo impediu estes dados que V. Exa., como presidente do Poder, está pretendendo tê-los. Seria tão fácil que nós votássemos aqui favoravelmente a um requerimento dos deputados Isfer e Silvestri. Mas, nós queremos continuar trabalhando, na medida do possível, para que o Parlamento possa ficar acima dos Partidos, cumprindo sua extraordinária missão, que é a de representar o povo.

Portanto, acho que nós tivemos um ano positivo. Logicamente que gostaríamos que esta carga tributária, que o povo já carrega com dificuldades, não fosse aumentada, com aprovação, por exemplo, das elevações das alíquotas do ICMS.

Obrigado.

O SR. CEZAR SILVESTRI

Senhor presidente, até para prestar contas aos senhores deputados, e a imprensa nos questionava com relação às emendas coletivas que foram aprovadas no orçamento. E essas emendas estão assinadas pela minha pessoa e pela pessoa do deputado Durval Amaral. Eu, como presidente, e o deputado Durval, como relator.

Mas, para fazer justiça, as emendas coletivas que foram aprovadas e todos os deputados podem falar isso,

elas são de autoria dos 54 deputados, num acordo de lideranças que fizemos. Então, foi aprovada uma emenda de 5 milhões que beneficia as APAE's do Estado do Paraná; uma Emenda de 5 milhões para o programa de calcário, para atender aos pequenos produtores rurais; uma Emenda de 1 milhão de reais para o Hospital de Clínicas; um milhão de reais para o departamento pediátrico do Hospital de Clínicas; um milhão de reais para o Hospital Erasto Gaertner e 3 milhões de reais para cada uma das universidades estaduais do Estado do Paraná.

Estas emendas, então, todos podemos falar, é de autoria de todos nós; não somente da minha pessoa e do deputado Durval Amaral, que assinamos como presidente e como relator, e os membros da Comissão de Orçamento.

Quero aqui compartilhar com todos. Acho que foi um grande avanço que tivemos na Comissão de Orçamento, através do diálogo e do entendimento. Tenho certeza absoluta que para o ano que vem muito mais avanços teremos se agirmos desta forma.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Esta Presidência também não poderia deixar de manifestar sua gratidão pelo companheirismo, pela solidariedade de todos os parlamentares com assento nesta Casa.

Realmente, tivemos momentos difíceis na Casa. Mas, é a democracia. É justamente através destas dificuldades que fortalecemos a democracia em nosso País. E realmente nossa Casa está muito democrática. Estamos abrindo muito a Casa para todos os segmentos organizados do Estado. E com certeza, durante nossa gestão, vai continuar desta forma.

Meus agradecimentos a todos os parlamentares, os amigos da imprensa e aos meus companheiros da Mesa Executiva: deputados Rossoni e Anibelli, que foram parceiros e companheiros em todas as horas.

Muito obrigado, e desejo, a todos vocês um Feliz Natal, um próspero ano. Tenho certeza de que o ano 2002 vai ser um ano bom.

Confesso a vocês que sou muito otimista e 2002 será um ano de grandes conquistas para todos nós. Com certeza todos nós estaremos de volta em 2003.

Um grande abraço a vocês.

Está concluída a Sessão, para logo em seguida abriremos outra extraordinária.

Levanta-se a Sessão.

Atas das Comissão:

COMISSÃO DO MERCOSUL 3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos oito dias do mês de junho do ano de dois mil e um, reuniu-se na Assembleia Legislativa do Estado de São

Paulo, a Comissão do Mercosul da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, sob a presidência do senhor deputado Fernando Ribas Carli e com a presença dos senhores deputados Hermes Fonseca e Cesar Seleme. Com o objetivo de eleger e dar posse à Diretoria do Bloco Parlamentar Brasileiro da União dos Parlamentares do Mercosul e Assuntos Internacionais, a presente reunião transcorreu conforme ata de posse anexa. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente, pelos senhores deputados presentes e por mim, Augusto Cesar Conciani, secretário desta Comissão.

(aa) FERNANDO RIBAS CARLI - Presidente
Augusto Cesar Conciani - Secretário

COMISSÃO DO MERCOSUL 3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e cinco dias do mês de julho do ano de dois mil e um, reuniu-se na cidade de Valparaíso, Chile, a Comissão do Mercosul da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, sob a presidência do senhor deputado Fernando Ribas Carli e com a presença dos senhores deputados Hermes Fonseca, José Maria Ferreira e Cesar Seleme. Com o objetivo de participar da reunião voltada para os assuntos atinentes ao Mercado Comum do Sul - Mercosul, a presente reunião transcorreu conforme programa anexo. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente, pelos senhores deputados presentes e por mim, Augusto Cesar Conciani, secretário desta Comissão.

(aa) FERNANDO RIBAS CARLI - Presidente
Augusto Cesar Conciani - Secretário

COMISSÃO DO MERCOSUL 3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos treze dias do mês de setembro do ano de dois mil e um, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão do Mercosul, sob a presidência do senhor deputado Fernando Ribas Carli e com a presença do deputado Hermes Fonseca. Com o objetivo de participar da reunião de Assembleia Geral do Bloco Parlamentar Brasileiro da União dos Parlamentares do Mercosul, a presente reunião transcorreu conforme programa e relatório anexos. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente, pelos senhores deputados presentes e por mim, Augusto Cesar Conciani, secretário desta Comissão.

(aa) FERNANDO RIBAS CARLI - Presidente
Augusto Cesar Conciani - Secretário

COMISSÃO DO MERCOSUL
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA
4ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos três dias do mês de outubro do ano de dois mil e um, reuniu-se na Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, a Comissão do Mercosul da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, representada pelo senhor deputado Hermes Fonseca. Com o objetivo de participar da reunião preparatória para definir a pauta da reunião da UPM - União de Parlamentares do Mercosul na cidade de Ushuaia, Argentina, a presente reunião transcorreu conforme programa anexo. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente, pelos senhores deputados presentes e por mim, Augusto Cesar Conciani, secretário desta Comissão.

(aa) FERNANDO RIBAS CARLI - Presidente
Augusto Cesar Conciani - Secretário

COMISSÃO DO MERCOSUL
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA
5ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezoito dias do mês de outubro do ano de dois mil e um, reuniu-se na cidade de Ushuaia, Argentina, a Comissão do Mercosul da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, sob a presidência do senhor deputado Fernando Ribas Carli e com a presença dos senhores deputados Hermes Fonseca, José Maria Ferreira e Cesar Seleme. Com o objetivo de participar da III Reunião Ordinária da União dos Parlamentares do Mercosul - UPM, a presente reunião transcorreu conforme programa e relatórios anexos. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente, pelos senhores deputados presentes e por mim, Augusto Cesar Conciani, secretário desta Comissão.

(aa) FERNANDO RIBAS CARLI - Presidente
Augusto Cesar Conciani - Secretário

COMISSÃO DO MERCOSUL
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA
6ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos treze dias do mês de novembro do ano de dois mil e um, reuniu-se na cidade de Caracas, Venezuela, a Comissão do Mercosul da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, sob a presidência do senhor deputado Fernando Ribas Carli e com a presença dos senhores deputados Hermes Fonseca e José Maria Ferreira. Com o objetivo de participar da Missão do Bloco Parlamentar Brasileiro da União de Parlamentares do Mercosul e Assuntos Internacionais, objetivando oficializar o convite ao Parlamento Venezuelano para participar da UPM e estimular o intercâmbio comercial Brasil/Venezuela, conforme convites anexos. Nada mais havendo a tratar, e para constar e

produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente, pelos senhores deputados presentes e por mim, Augusto Cesar Conciani, secretário desta Comissão.

(aa) FERNANDO RIBAS CARLI - Presidente
Augusto Cesar Conciani - Secretário

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA
7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos dez dias do mês de dezembro do ano de dois mil e um, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do senhor deputado Basílio Zanusso e com a presença dos seguintes deputados: Ademar Traiano, Antonio Carlos Belinati, Moysés Leônidas, Carlos Simões, Serafina Carrilho, Duílio Genari, Algaci Túlio, José Maria Ferreira, Marcos Isfer, Hermes Fonseca e Sérgio Spada. Havendo número legal, o senhor presidente deu por aberta a presente reunião. Passou-se ao Expediente: Retificação da Ata da 27ª Reunião Ordinária, item nº 35, onde deveria ser: Parecer FAVORÁVEL do deputado Plauto Miró Guimarães na forma da emenda anexa, lido pelo deputado Durval Amaral - APROVADO. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 684/2001 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do deputado Ademar Traiano - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 628/2001 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do deputado Plauto Miró Guimarães, lido pelo deputado Ademar Traiano - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 682/2001 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do deputado Antonio Carlos Belinati - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 478/2001 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do deputado Antonio Carlos Belinati à emenda de Plenário - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 683/2001 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do deputado Carlos Simões - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 533/2001 de autoria do deputado Geraldo Cartário. Parecer FAVORÁVEL do deputado Carlos Simões - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 165/2000 de autoria do deputado Geraldo Cartário. Parecer FAVORÁVEL do deputado Carlos Simões - APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 575/2001 de autoria do deputado Edson Strapasson. Parecer FAVORÁVEL do deputado Moysés Leônidas - APROVADO; 09) Projeto de Lei nº 649/2001 de autoria do deputado Nelson Tureck. Parecer FAVORÁVEL do deputado Moysés Leônidas na forma da emenda anexa - APROVADO; 10) Projeto de Lei nº 657/2001 de autoria do deputado Hidekazu Takayama. Parecer FAVORÁVEL da deputada Serafina Carrilho na forma da emenda anexa - APROVADO; 11) Projeto de Lei nº 659/2001 de autoria da deputada Luciana Rafagnin. Parecer FAVORÁVEL da deputada Serafina Carrilho na forma da emenda anexa - APROVADO; 12) Projeto de Lei nº 647/2001 de autoria do deputado

Nelson Tureck. Parecer FAVORÁVEL da deputada Serafina Carrilho na forma da emenda anexa - APROVADO; 13) Projeto de Lei nº 430/2001 de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães. Parecer CONTRÁRIO do deputado Hermes Fonseca - APROVADO; 14) Projeto de Lei nº 252/2001 de autoria dos deputados Cezar Silvestri e Marcos Isfer. Parecer FAVORÁVEL do deputado Hermes Fonseca - APROVADO; 15) Projeto de Lei nº 629/2001 de autoria do Tribunal de Justiça. O senhor deputado Antonio Carlos Belinati sugere a retirada da matéria até a próxima reunião ordinária - DEFERIDO; 16) Projeto de Lei nº 630/2001 de autoria do Tribunal de Justiça. O senhor deputado Antonio Carlos Belinati sugere a retirada da matéria até a próxima reunião ordinária - DEFERIDO; 17) Projeto de Lei nº 497/2001 de autoria do deputado Ricardo Maia. Parecer FAVORÁVEL do deputado Orlando Pessuti, lido pelo deputado José Maria Ferreira. O deputado Algaci Tulio solicita a palavra para requerer a conversão da presente matéria em diligência junto à Secretaria da Saúde - DEFERIDO; 18) Projeto de Lei nº 486/2001 de autoria do deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do deputado Algaci Tulio - APROVADO; 19) Projeto de Lei nº 243/2001 de autoria do deputado Algaci Tulio. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO; 20) Projeto de Lei nº 455/2001 de autoria do deputado Ricardo Maia. Concedido vistas aos deputados Marcos Isfer e Ademar Traiano. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente, pelos senhores deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta Comissão.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
Ana Lúcia Andretta - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA
28ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos onze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e um, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do senhor deputado Basílio Zanusso e com a presença dos seguintes deputados: Ademar Traiano, José Maria Ferreira, Antonio Carlos Belinati, Carlos Simões, Moysés Leônidas, Serafina Carrilho, Duílio Genari, Algaci Tulio, Orlando Pessuti, Caíto Quintana e Hermes Fonseca. Havendo número legal, o senhor presidente deu por aberta a presente reunião. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 558/2001 de autoria do Poder Executivo. CONCEDIDO VISTAS ao deputado Orlando Pessuti; 02) Projeto de Lei nº 421/2001 de autoria do deputado Cleiton Kielse Crisóstomo. Parecer FAVORÁVEL do deputado Ademar Traiano - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 577/2001 de autoria do deputado Cleiton Kielse Crisóstomo. Parecer FAVORÁVEL do deputado Ademar Traiano - APRO-

VADO; 04) Projeto de Lei nº 358/2001 de autoria do deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do deputado José Maria Ferreira à emenda de Plenário - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 467/2001 de autoria do deputado Geraldo Cartário. Parecer FAVORÁVEL do deputado José Maria Ferreira - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 363/2001 de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati. Parecer FAVORÁVEL do deputado José Maria Ferreira - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 412/2001 de autoria do deputado Sérgio Spada. O senhor relator da matéria, deputado José Maria Ferreira requer mais prazo para exarar seu parecer - DEFERIDO; 08) Projeto de Lei nº 274/2001 de autoria do deputado Luiz Carlos Zuk. Parecer do senhor deputado José Maria Ferreira, FAVORÁVEL ao encaminhamento da matéria ao autor por ferir o artigo 127 do Regimento Interno desta Casa de Leis - DEFERIDO; 09) Projeto de Lei nº 062/2001 de autoria do deputado Cesar Seleme. Parecer FAVORÁVEL do deputado José Maria Ferreira na forma da emenda anexa - APROVADO; 10) Projeto de Lei nº 668/2001 de autoria do deputado Durval Amaral. CONCEDIDO VISTAS aos deputados Hermes Fonseca e Orlando Pessuti; 11) Projeto de Lei nº 216/2001 de autoria do deputado Antonio Anibelli. Parecer do deputado Antonio Carlos Belinati, convertendo a matéria em diligência junto à Secretaria de Estado de Transportes - DEFERIDO; 12) Projeto de Lei nº 483/2001 de autoria do deputado Cesar Seleme. Parecer FAVORÁVEL do deputado Antonio Carlos Belinati - REJEITADO por 6X5 votos. O senhor presidente designará novo relator; 13) Projeto de Lei nº 004/2000 de autoria do deputado Luiz Fernandes Litro. Parecer FAVORÁVEL do deputado Carlos Simões à emenda de Plenário - APROVADO; 14) Projeto de Lei nº 545/2001 de autoria do deputado Ricardo Maia. Parecer FAVORÁVEL do deputado Carlos Simões - APROVADO; 15) Projeto de Lei nº 462/2001 de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati. CONCEDIDO VISTAS ao deputado Hermes Fonseca; 16) Projeto de Lei nº 642/2001 de autoria do deputado Ricardo Maia. CONCEDIDO VISTAS a senhora deputada Serafina Carrilho; 17) Projeto de Lei nº 629/2001 de autoria do Tribunal de Justiça. Parecer FAVORÁVEL do deputado Moysés Leônidas - APROVADO; 18) Projeto de Lei nº 630/2001 de autoria do Tribunal de Justiça. Parecer FAVORÁVEL do deputado Marcos Isfer - APROVADO; 19) Projeto de Lei nº 627/2001 de autoria do Tribunal de Contas. CONCEDIDO VISTAS aos deputados Orlando Pessuti e Antonio Carlos Belinati; 20) Projeto de Lei nº 287/99 de autoria do deputado Algaci Tulio. Parecer FAVORÁVEL do deputado Marcos Isfer à emenda de Plenário - APROVADO; 21) Projeto de Lei nº 529/2001 de autoria do deputado Ricardo Maia. Parecer FAVORÁVEL do deputado Marcos Isfer - APROVADO, com voto contrário da deputada Serafina Carrilho; 22) Projeto de Lei nº 059/2001 de autoria dos deputados Cezar Silvestri e Marcos Isfer. Parecer do deputado Antonio Belinati, no sentido de corrigir erro na numeração das

emendas de plenário e confirmar parecer FAVORÁVEL anterior desta Comissão - APROVADO; 23) Projeto de Lei nº 673/2001 de autoria do deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO; 24) Projeto de Lei nº 585/2001 de autoria do deputado Ricardo Maia. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO; 25) Projeto de Lei nº 153/2001 de autoria do deputado Geraldo Cartário. Parecer FAVORÁVEL do deputado Hermes Fonseca na forma da emenda anexa - APROVADO; 26) Projeto de Lei nº 338/2001 de autoria do deputado Geraldo Cartário. CONCEDIDO VISTAS ao deputado Antonio Carlos

Belinati; 27) Projeto de Lei nº 339/2001 de autoria do deputado Geraldo Cartário. CONCEDIDO VISTAS ao deputado Antonio Carlos Belinati; 28) Projeto de Lei nº 636/2001 de autoria do deputado Algaci Tulio. Parecer FAVORÁVEL do deputado Orlando Pessuti- APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente, pelos senhores deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta Comissão.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

Ana Lúcia Andretta - Secretária